

RESUMOS DO VI SEMINÁRIO DO PPGCP-UFF

Mesa – Intérpretes do Brasil

Um projeto de nação: o pensamento social brasileiro em Nelson Werneck Sodré

Alex Vasconcelos

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do pensamento de Nelson Werneck Sodré, um dos expoentes do Pensamento Social Brasileiro. A sua obra notabiliza-se pela necessidade de entender as estruturas políticas, sociais e econômicas do Brasil, ao longo da sua formação, ou melhor, construção, para que assim pudéssemos entender os hábitos, as tradições existentes na sociedade brasileira, em outras palavras, havia uma necessidade de entender o passado para compreender o presente; compreender também, o longo processo da construção da mentalidade das classes dominantes do Brasil, para entender a sua intensa relação com o exterior, com o mercado externo, o seu mutualismo com o capital internacional, a sua mentalidade agrária e escravocrata, que refletia-se no mais completo desprezo pelo Brasil, impedindo o desenvolvimento brasileiro, ou melhor, impedindo a edificação de uma nação brasileira. Em sua obra, observa-se que o autor buscou compreender a velha ordem, para combatê-la, superá-la, edificando assim a nova ordem, no caso, a edificação da nação brasileira, de uma comunidade brasileira, marcada pela fraternidade, pela cidadania, pela independência política, cultural e econômica, porém dentro do viés marxista, em outras palavras, através da concepção dialética, do choque entre os opostos cujo resultado é a edificação da nova ordem, ou melhor, do confronto entre a tese, que no caso vem a ser a modernidade (um projeto de nação, o Brasil urbano) e a antítese, que no caso vem a ser a tradição (o colonialismo, o Brasil rural), cuja síntese seria o surgimento da nação brasileira (a Revolução Brasileira). Então venho-lhes propor essa singela homenagem ao centenário de Sodré para que possamos demonstrar a importância de sua obra para o pensamento social brasileiro.

Nestor Duarte entre os intérpretes do Brasil

Diego Ambrosini

Nas páginas de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), Nestor Duarte dialoga com vários dos ensaios de “interpretação do Brasil” publicados ao longo dos anos trinta. Neste trabalho destacarei três das questões abordadas pelo autor, contrastando sua análise com as posições adotadas por outros participantes do debate daquela década. Eis os pontos examinados: i) seu diagnóstico crítico da permanência de uma lógica “privatista” na formação histórica da organização social brasileira; ii) sua proposta normativa do Estado como dimensão pública de convivência; e iii) sua defesa da democracia como processo preferencial de pedagogia política. Dessas teses de Duarte emerge uma ácida crítica do regime “forte e centralizado” do Estado Novo, em claro antagonismo com o proposto, por exemplo, por um pensador como Oliveira Vianna.

Oliveira Vianna: uma visão elitista e autoritária do Brasil

Eudenia Magalhães

Pressupondo que todos os homens são egoístas por natureza, Hobbes, em sua obra *Leviatã*, afirma que, a fim de manter uma paz comunal para que os próprios homens não guerreiem entre si, há a necessidade de se estabelecer um contrato social. Mesmo assim, existem aqueles que podem descumprir o contrato, e para esses, é necessário um soberano – *Leviatã* – que gerencie e mantenha a ordem, punindo os desobedientes. Os pensadores políticos autoritaristas baseavam-se na ideia de que a ferramenta primordial para se atingir uma sociedade moderna e plenamente liberal seria um Estado centralizado, o qual deveria além de unificar a sociedade brasileira – até então uma dispersão de micro-poderes regional – ter o papel de conscientizar politicamente a população e reformar as instituições que por sua vez eram baseadas em relações tradicionalistas e personalistas. No presente ensaio, irei pontuar algumas ideias que permeavam o

pensamento político por volta dos anos 1920 a 1930, onde predominava a corrente hoje conhecida como “pensamento autoritário brasileiro”. Darei ênfase no autor conhecido como um dos principais representantes dessa vertente, Oliveira Vianna, baseando-me na interpretação dessa corrente de pensamento denominada, por alguns estudiosos, de autoritarismo instrumental.

Considerações acerca da democracia (possível) no Brasil na leitura de Oliveira Vianna (1951-1983)

George Freitas

O conceito de democracia é, desde a Grécia clássica ao tempo presente, objeto de disputa e conflito, sendo “uma das ideias mais duráveis em política” e, a partir do século XX, consagrada como fundamental (ARBLASTER, 1988, p. 17). Se há uma regularidade nas diversas conceituações de democracia, governo e/ou poder do povo é uma definição basililar. Contudo, isto pouco ou nada indica sobre o que seja o conceito em questão e, tão pouco, versa sobre o que seria “povo”. Imerso num momento específico deste debate histórico em torno do conceito de democracia, pretendemos revisitar o pensamento político do fluminense Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), considerado um dos “intérpretes do Brasil”, de forma a iluminar o posicionamento do autor num espaço social de disputa pela legitimidade política. Em poucas palavras, o propósito deste trabalho é analisar criticamente o conceito de democracia (possível) no Brasil na obra de Oliveira Vianna, evidenciando suas condições de possibilidade, impasses e dilemas.

A teoria do autoritarismo de Fernando Henrique Cardoso.

Marcos Abraão Ribeiro

Esta comunicação se estrutura em dois eixos sequenciados. No primeiro eixo debate com algumas interpretações do pensamento de Fernando Henrique Cardoso que o reduzem unicamente à temática da dependência, deixando plenamente obscurecido o seu pensamento político. No segundo eixo analisa a teoria do autoritarismo produzida por Cardoso nos anos 1970 para caracterizar a ditadura militar iniciada em 1964. A partir da exposição dos elementos centrais desta teoria, aponto como sua interpretação se distancia das interpretações produzidas por Florestan Fernandes e Octávio Ianni, que se notabilizaram juntamente com Cardoso como os principais intelectuais da chamada Escola Paulista de Sociologia. Isto porque as interpretações feitas por Florestan e Ianni os ligam à interpretação da superexploração capitalista de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, com a qual guardarão “afinidades eletivas”; já a interpretação de Cardoso sobre o regime burocrático-autoritário faz com que o autor tome posição oposta a Florestan e Ianni, uma vez que os dilemas do capitalismo dependente e do autoritarismo brasileiro estavam no âmbito institucional representado pela ação da “burguesia de Estado”. Com isso, Cardoso estará próximo à interpretação liberal da Faoro, Schwartzman e Paim, com a qual guardará “afinidades eletivas”. Apontaremos também a importância da teoria do autoritarismo para o projeto político de reforma do Estado protagonizado pelo PSDB nos anos 1990, que possuía como um de seus principais objetivos instituir uma gestão racional em molde gerencial na burocracia estatal brasileira, bem como a consequente desprivatização das estruturas do Estado. Com isso, advogamos que uma análise ampla de sua ação política levada a cabo nos anos 1990 tem de levar em consideração o seu pensamento político juntamente com sua teoria da dependência e seus diagnósticos sobre a globalização e a crise fiscal do Estado brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda e Max Weber: O Homem cordial e a ética social brasileira em Raízes do Brasil

Leonardo Almeida

Este artigo busca analisar alguns dentre os principais momentos em que Sérgio Buarque de Holanda esteve em diálogo ou ao menos sob influência do sociólogo alemão Max Weber quando da redação de Raízes do Brasil, no que diz respeito à formação da ética social brasileira. Em um primeiro momento mencionamos a viagem do pensador brasileiro à Alemanha e o contexto em que surgia a obra. Em seguida analisamos mais especificamente a ética social brasileira como tendo sido formada a partir de um contraponto do modelo protestante ascético evidenciado por Weber quando do surgimento do capitalismo, corroborado em nosso contexto pela concepção de homem cordial definida por Sérgio Buarque.

Saber e Poder: O caso ibérico

Renata Rodrigues

A difícil tarefa de se pensar o Brasil pode ser realizada por diferentes caminhos, sendo a referência à “cultura ibérica” um deles. Classificada geralmente como uma tradição “pré-moderna” e “atrasada”, as representações da cultura ibérica evocam a necessidade de ruptura a fim de que se alcance a “modernidade”. No entanto, isto não significa que seja sempre assim. Em alguns casos, embora em número menor, a cultura ibérica é representada como um elemento positivo, garantidor de uma especificidade brasileira, ou latino-americana. A presente comunicação pretende, pois, discutir essas construções através de duas representações da Ibéria no pensamento social brasileiro: Raymundo Faoro e Rubem Barboza Filho. Assim, por exemplo, a característica diferencial da Ibéria – o territorialismo, ou seja, sua opção pelo espaço ao invés de pelo tempo – é entendida pelo primeiro como marca do atraso e, pelo segundo, como uma opção alternativa. Dessa forma, a hegemonia de um discurso sobre o que seja o “moderno” – no caso do presente trabalho, o ocidente europeu – acaba por negar legitimidade às demais formas de trajetória política, classificando-as pejorativamente de “tradição cultural” ou resquício do passado, como uma cultura que nega modernizar-se. Este tipo de discurso nega à Ibéria a possibilidade de a resistência aos valores culturais anglo-saxões ser uma opção consciente de desenvolvimento político. A constante referência à Ibéria no pensamento social brasileiro demonstra a importância desta na construção do nosso imaginário sobre nós mesmos. Entendendo que a representação de uma sociedade é dada através do discurso construído a respeito dela, a compreensão de como estes discursos “competem” entre si, ou mesmo a identificação destes pontos divergentes, sob a perspectiva de que o discurso é construído e funciona como instrumento de poder, poderá enriquecer o debate, produzindo uma compreensão mais rica sobre nós mesmos.

O problema da representação política à luz do pensamento social brasileiro

Ana Lígia Muniz

Este trabalho busca refletir, a partir de uma abordagem histórica, sobre os pilares que sustentam as instituições políticas brasileiras tendo como foco o problema da representação política e a centralização do poder no executivo. Para a consecução desse desiderato traço um panorama sobre autores do pensamento social brasileiro que tentaram explicar a instalação do liberalismo no Brasil e a sua relação com as prerrogativas do Estado. Posteriormente discorro sobre como a instituição latifundiária gerou relações de favores interferindo na relação entre coisa pública e o privado assim como o problema da natureza do sistema partidário no Brasil.

Linhagens do Liberalismo Político Brasileiro no século XIX

Ricardo Ferreira

Este trabalho se propõe a estudar o liberalismo político durante o século XIX buscando atentar para a pluralidade que caracterizou a atividade liberal no Brasil, em que se levará em consideração não somente aspectos programáticos e doutrinários, como também a práxis política das distintas vertentes liberais neste período histórico. Assim sendo, a delimitação do campo de ação teórica e prática do liberalismo só se torna possível a partir da conceituação do que concebemos como prática liberal no Brasil, distinguindo a posteriori as diversas vertentes liberais existentes. Para isso, utilizar-se-á uma bibliografia que terá como foco a historicização do liberalismo a fim de escavar as origens dessa tradição política, estabelecendo em seguida, um contraste preciso entre as vertentes políticas encontradas. Esse processo torna-se importante na medida em que a distinção entre as vertentes liberais implica em percepções distintas acerca de questões como a escravidão, a democracia, a república, o Poder Moderador e a representação política. Ou seja, não entendemos o liberalismo como fenômeno universal, mas como uma doutrina que possui variantes. Pelos motivos expostos, a diferenciação das vertentes liberais carece de certa acuidade metodológica posto que em determinados momentos da história do império, tais grupos assumiram posições politicamente contrárias à outra vertente do liberalismo. A heterogeneidade que caracterizou a atividade política liberal ao longo dos oitocentos decorreu em certo sentido, da capacidade de reordenamento/adequação dos grupamentos liberais às novas demandas que emergiram no decorrer do

processo histórico. Problematizaremos assim, o liberalismo político no contexto histórico do século XIX, atentando para os fundamentos, as raízes e o desenvolvimento da práxis liberal na história política brasileira, notadamente, o Brasil Império (1822-1889).

Ruy Mauro Marini e René Dreifuss: Duas Visões sobre o Capitalismo Brasileiro

Tahirá Endo

Ruy Mauro Marini e René Dreifuss desenvolveram teorias com bases conceituais distintas, porém, com pontos de convergência para a análise do papel do Estado em relação à sociedade brasileira e seu papel na divisão internacional do trabalho e no sistema mundial capitalista. Procuraremos, a partir de seus principais trabalhos, desenvolver um estudo sobre os conceitos elaborados por ambos em suas análises sobre o Estado, a sociedade e a luta de classes no Brasil. Estes autores sintetizam e ao mesmo tempo colocam em outro patamar, através da produção criativa, os avanços trazidos pelo longo processo de maturação do pensamento social e político brasileiro. Sustento a idéia de que seus trabalhos e, portanto, suas criações teórico-conceituais e suas análises concretas da sociedade, podem funcionar de maneira complementar – embora em muitos pontos tenham enfoques distintos - para apontar caminhos de investigação científica e para o entendimento histórico, econômico, cultural e político da sociedade brasileira. Ambos utilizam-se dos aportes teóricos marxistas aproximando-se de duas correntes principais: Marini desenvolve sua obra a partir dos escritos de Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky; enquanto Dreifuss aproxima-se do arcabouço produzido por Gramsci, Poulantzas e Miliband. Outrossim, os impactos do debate intelectual dos anos 1950-60, sobre os possíveis modelos de desenvolvimento brasileiro e sua incorporação ao moderno capitalismo industrial são fundamentais para a constituição de suas obras. Assim, entendo que se enquadram na corrente intelectual que a partir da metade do século passado abriu amplas perspectivas para a compreensão integral de nossa realidade, utilizando-se dos ramos específicos das Ciências Humanas de maneira interdisciplinar e aproveitando o fértil solo proporcionado pelo pensamento crítico e original de gerações anteriores.

O pensamento da Transição brasileira: preceitos e singularidades em relação ao Cone Sul

Tiago Monteiro

A seguinte comunicação terá como objetivo discutir os termos da chamada “Democracia Forte”, o projeto político dos líderes, aliados e ideólogos da Ditadura Militar brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Para os seus defensores, a “Democracia Forte” ou “Democracia Relativa” seria o regime político que consolidaria a ditadura imposta em 1964, “Revolução” para os seus simpatizantes. Minha hipótese é que este projeto era baseado nos valores da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elaborados no Brasil e tinha como preceitos a imposição do pluralismo político limitado, do controle sobre os trabalhadores e na manutenção do poder castrense. Assim, tal raciocínio não negava os valores ditatoriais e congregava algumas ideias tradicionais da Direita brasileira como o anticomunismo, o preconceito com os pobres, o liberalismo conservador. Do mesmo modo, considero que a especificidade destas ideias ficará mais evidente caso seja comparada com os projetos políticos de alguns países do Cone Sul: Argentina e Chile. Como o Brasil, ambos os países estavam submetidos a regimes ditatoriais orientados por versões nacionais da DSN e seus dirigentes iniciaram um processo de reflexão sobre os rumos dos Regimes no início da década de 1980. A conclusão foi semelhante: Transição e estabelecimento de uma “Democracia Protegida”, para citar o Chile. Todavia, além das disparidades históricas, acredito nestas conjunturas, a tradição intelectual das Direitas e a composição do Bloco Político que iniciou o processo de Transição explicam as singularidades dos intentos de cada nação. No Brasil encontramos a ausência do catolicismo conservador, de uma visão integradora e nostálgica com a antiga metrópole colonial ou uma tendência corporativista análoga ao fascismo. Estas ideias estavam em voga nos países vizinhos ao Brasil e ajudam a explicar os rumos das Transições em cada país.

A questão racial e o tratamento criminal durante a Primeira República

Artur Dalla

Este estudo tem por objetivo demonstrar como a relação entre a questão racial e o paradigma criminológico repercutiu na formação institucional do país durante a Primeira República. Ao final do século XIX, a abolição e a república trouxeram as premissas do ideal de civilidade que deveria ser seguido. Para tanto, a criminologia respaldou a criação de critérios de tratamento desiguais para pessoas que considerava desiguais. Este debate foi realizado nas primeiras instituições de ensino superior do país e por renomados intelectuais como Silvio Romero, Nina Rodrigues, entre outros. Regularmente a questão racial era abordada pelo prisma do positivismo filosófico e criminológico, onde o determinismo social e a busca por soluções institucionais autoritárias eram preponderantes. Nos esparsos estudos de Silvio Romero sobre criminologia, reunidos em “A obra de Sylvio Romero em Direito Criminal”, subjaz a aceitação da criminologia positivista e da desigualdade racial como elementos de justificação da incivilidade do brasileiro. No entanto, para Romero, o positivismo filosófico se mostrava incapaz de oferecer uma proposta de “incorporação proletária” a uma almejada sociedade moderna futura. Em semelhante abordagem, Nina Rodrigues em “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, sustentava que a liberdade e a autonomia da vontade eram determinadas por instintos primitivos que variavam conforme a raça. Em uma acepção próxima à descrita por Max Weber em “Parlamentarismo e Governo em uma Alemanha Reordenada”, Rodrigues personificou a influência do saber técnico sobre a orientação política do Estado no final do século XIX, ao sustentar o uso dos saberes criminológicos na construção das instituições nacionais. Tais ideias repercutiram sobre a gestação das instituições políticas brasileiras do pós Império, exercendo especial influência sobre o controle e o tratamento penal.

A Questão Racial e a Cidadania no Pensamento Social Brasileiro

José Antonio Junior

Ao analisar a história do mundo ocidental no século XIX, percebemos que em muitos países houve a conquista do direito e a emancipação social. Neste mesmo século a escravidão foi condenada, não por motivos vinculados aos Direitos Humanos, mas pela própria lógica do capitalismo e do liberalismo. Porém, inúmeros discursos foram desenvolvidos para limitar a emancipação civil, social e política. Os discursos raciais do século XIX estavam inseridos no diálogo do pensamento racial-biológico. A ciência em fins do século XIX tem como “perspectiva não igualar, mas sim hierarquizar e aproximar, para comparar e isolar” (SCHWARCZ, 1993, p.79). A biologia tinha como tese o paralelo entre o desenvolvimento cultural e racial. A noção de evolução, no caso brasileiro, se viu diretamente associada ao problema da raça. Neste trabalho será elaborada uma discussão acerca da conquista da cidadania do negro. Para compreensão deste fenômeno se faz necessário o retorno às origens históricas desse problema. É indispensável esta volta às origens para não cair na armadilha de naturalizar as diferenças sociais que colocam os negros a margem da sociedade e do Estado. A construção da cidadania no Brasil foi realizada de forma peculiar. Na visão de Carvalho (2002), no caso brasileiro houve maior ênfase nos direitos sociais em detrimento aos outros. Outra característica é que no Brasil a sequência em que os direitos foram adquiridos foi o inverso do que houve na Inglaterra. No Brasil o direito social precedeu aos outros direitos. A produção bibliográfica de autores como Lima Barreto, Aluzio de Azevedo, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Costa Pinto e Octávio Ianni serviram de base para compreender o contexto social da época e encontrar situações concretas do imaginário social e científico.

“Velha Praga” e “Urupês”: o agregado rural retratado como atrasado e indolente

Luciana Meire

Neste trabalho analisamos sociologicamente o pensamento de Monteiro Lobato (1882 – 1948) a partir dos textos “Velha Praga” e “Urupês” escritos em 1914 e publicados pela primeira vez no livro Urupês em 1918. No momento em que escreve, Monteiro Lobato é fazendeiro no Vale do Paraíba região do estado de São Paulo e está indignado com a prática incendiária dos seus agregados, observamos a crítica que o autor faz do trabalhador rural e da mão-de-obra imigrante. Em “Velha Praga” e “Urupês” quando cria o

personagem Jeca Tatu como uma raça inferior Lobato está influenciado pelas idéias positivistas que vigoram entre a intelectualidade brasileira no início do século XX. Jeca Tatu não desenvolve o trabalho racional e disciplinado, a lavoura planejada nos moldes capitalistas para o mercado consumidor. Seu trabalho se baseia em apanhar da natureza o que esta derrama pelo mato e para Lobato, esse trabalho extrativista não é importante nem valorizado para as necessidades de desenvolvimento econômico e agrário da região do Vale do Paraíba e por isso ele é a “quantidade negativa” da vida rural da nação. Ao contrário do Jeca Tatu, Monteiro Lobato elogia a disciplina do trabalho, do imigrante europeu. Podemos dizer que este olhar dispensado ao homem pobre rural pode ser atribuído a um narrador proprietário de terras, que está posicionado em um momento histórico no qual a sociedade brasileira necessita de braços diligentes para os trabalhos nas lavouras. Este narrador assistiu a transição do trabalho escravo para o livre, e a não adaptação do agregado rural a essa nova forma de organização de trabalho lhe parece uma incapacidade voluntária do trabalhador nacional em adaptar-se ao progresso. Por isso, afirma que nosso caipira é preguiçoso e indolente enquanto que o imigrante é diligente e apto para o trabalho capaz, portanto de contribuir para o progresso da nação.

Pelo Bem da Nação: a teoria política de Silvestre Pinheiro Ferreira

Sandra Rinco

A obra de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) pode ser vista como um importante marco na história do pensamento político luso-brasileiro. Ao estadista e pensador português é atribuído o crédito de ter sistematizado, pela primeira vez em língua portuguesa, a teoria do Estado liberal constitucional. Podemos encontrar em seus vários livros a preocupação de arquitetar uma teoria política que, antes da Independência do Brasil, contribuísse para a modificação e modernização das instituições monárquicas luso-brasileiras e, depois da separação de Portugal, se tornasse o arquétipo para a composição política de ambos os países. Essa comunicação tem como objetivo expor em linhas gerais dois momentos importantes que marcam as duas perspectivas mencionadas acima: primeiramente Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815, que trata-se do parecer elaborado a pedido de D. João sobre a situação do Império português com o fim do período napoleônico e toda a pressão de Portugal para o retorno da Corte, no qual ele desenvolveu um sistema de providências a serem tomadas, com o intuito de atenuar a coação e a insatisfação dos portugueses do Reino, impedir o desencadeamento de um iminente processo revolucionário e assegurar a plena vitalidade da Monarquia; o segundo momento que discutiremos é o Projeto de Código Político para a Nação Portuguesa, redigido em 1858, já no final de sua vida, no qual buscou desenvolver um amplo sistema de leis que serviriam para embasar as constituições liberais, bases do governo representativo. Feito essa exposição, será possível entendermos o amadurecimento das idéias de Pinheiro Ferreira, assim como sua evolução.

Desdobramentos do Coronelismo de Victor Nunes Leal

Larissa Arruda

Esse trabalho revisita a contribuição de Victor Nunes Leal as Ciências Sociais brasileiras através de sua obra Coronelismo, Enxada e Voto. A obra clássica de Leal rompe com os paradigmas utilizados até então, além de acrescentar imensa complexidade ao debate. Objetiva analisar as críticas que o livro despertou, destacando as acirradas discussões que chegaram até a questionar a existência do coronelismo, feitas por Paul Cammarck, assim como as críticas de Queiroz a Leal. Será ressaltado também a interpretação de Carvalho no que se refere a esse debate. As obras trabalhadas serão Coronel, Coronéis, de Vilaça e Albuquerque; Mandonismo na Vida Política Local e Coronelismo em Uma Interpretação Sociológica Mandonismo, de Maria Isaura Pereira de Queiroz; Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual, de José Murilo de Carvalho; Discussão em torno do Conceito de Coronelismo: da propriedade da terra as formas de manutenção do poder local, de João Morais de Sousa.

Mídias e Economia: Embate de ideias na construção de um projeto nacional

Ana Bichoffe

Este estudo pretende dedicar-se ao debate midiático travado em torno das opções de modelos político econômicos. Diante de uma história marcada por políticas alicerçadas em um modelo nacional desenvolvimentista a partir da década de 1990 emerge um novo modelo como saída para crise que arrastava o país já há alguns anos. Esse novo projeto para o país alicerçado no liberalismo econômico trouxe para a arena nacional um novo fenômeno que no cenário internacional já ganhava grande peso – a financeirização. Associado a este fenômeno estão novas instituições e agentes que passam a travar uma batalha em busca da legitimação de suas ideias e modelos, execrando o modelo anterior e interferindo diretamente na condução Estado. O foco deste trabalho reside justamente em expor como a mídia se posiciona diante desta disputa. Um momento interessante para se analisar esta “guerra” é o momento das eleições presidenciais de 2006. Neste momento se observa a polarização dos discursos dos candidatos e o posicionamento da mídia mainstream instadas em jornais e revistas de grande circulação e de outro lado um novo participante do jogo – a blogosfera. Analisar quem são e como ocorreram as cooperações e disputas desses atores em torno de um projeto político nacional é o grande mote deste trabalho.

Internet e cultura cívica no Brasil: alguns apontamentos teóricos

Antonio Engelke

O presente trabalho é o ponto de partida de uma exploração teórica ainda em fase inicial, e não almeja nada mais do que levantar hipóteses sobre os usos políticos da internet no Brasil. Está dividido em três partes. A primeira apresenta uma boa razão para pensar de maneira generosa os impactos políticos da web, qual seja, o fato de que a reciprocidade, entendida como um mecanismo de coordenação de ação coletiva, que está na base do sucesso das redes sociais e das ferramentas de compartilhamento de informações on-line, é um aspecto central aos usos que atualmente os indivíduos fazem da internet. A segunda parte lembra que a mera observação do estado atual de nossa cultura cívica basta para considerar com bons olhos a razão evocada. Pois, como se sabe, a cultura política brasileira flerta perigosamente com o círculo vicioso da alienação política e individualismo predatório – cidadãos percebem a política como uma atividade remota e suja, refém de interesses particulares, o que faz com que não se reconheçam como participantes de uma mesma trajetória coletiva, o que por sua vez só lhes reforça a alienação e a desconfiança mútua, esgarçando os laços cívicos. Por fim, a terceira parte procura costurar os argumentos colocados nas seções anteriores de modo a sugerir uma perspectiva teórica que permita apreciar a política na internet numa chave positiva. Para tanto, é preciso superar o enrijecimento cético que emana de um materialismo empedernido, de um lado, e de um republicanismo idealista, de outro.

A imagem do Brasil na América do Sul – Paraguai, a Itaipu binacional e renegociação da dívida

Guilherme Sobrinho

O presente trabalho busca retratar a imagem brasileira na mídia paraguaia, principalmente no que tange às renegociações em torno da dívida e do Tratado de Itaipu. Verifica-se que, embora o discurso do governo brasileiro indique a pretensão em protagonizar um papel de liderança no continente sul-americano, a legitimidade desta intenção não se encontra incontestada. Através da análise de periódicos paraguaios acerca do tema, tentará se demonstrar a existência de uma outra imagem de Brasil, incoerente com as pretensões governamentais de liderança regional. A análise dos periódicos focará no período de 2008 a 2011, contexto da revitalização das reivindicações paraguaias em torno de sua soberania energética.

Poder, ideologia e acesso ao discurso: apontamentos teóricos para um estudo de caso

Cristiano Bodar /Cassiano Pessanha

O presente artigo realiza apontamentos teóricos para o estudo do discurso - em sua vertente política - apontando a importância dos conceitos “poder”, “ideologia” e “discurso” para a compreensão dos jogos políticos que permeiam os discursos jornalísticos. O marco teórico do presente estudo está fundado nas

contribuições de Dijk (2010), Ricoeur (1977), Foucault (2008) e Bourdieu (2001). A fim de testar a potencialidade dos apontamentos teóricos deste trabalho tomou-se como estudo de caso os discursos contidos nos principais jornais impressos locais publicados nos últimos 12 meses, os quais trataram de forma direta dos Grandes Projetos Industriais que estão sendo implementados na Microrregião Expandida Sul do estado do Espírito Santo, mais especificadamente no município de Anchieta/ES, a saber: a construção de uma quarta usina pelletizadora de minério de ferro da Samarco Mineradora, de uma siderúrgica da Vale do Rio Doce, de uma estação de tratamento de gás natural da Petrobrás e de um porto marítimo, também desta última empresa. Foi identificado, com base no marco teórico escolhido, que o estudo do discurso deve se caracterizar como “estudo”, não podendo ser classificado como “análise”, como apontam alguns autores, isso devido a multiplicidade de métodos; bem como reconhecer a parcialidade desse tipo de estudo, por tanto “crítico”. Por meio desta perspectiva foi identificado, no estudo de caso, que tais jornais possuem um discurso marcado por uma ideologia dos grupos dominantes, o que tem contribuído significativamente para a legitimação desses empreendimentos e a criação de um cenário menos conflitante, ou se preferir, menos democrático e que um “estudo crítico do discurso” pode colaborar para rediscutir o poder estabelecido, legitimado e naturalizado pelos discursos, assim como apontar a necessidade da ampliação do acesso ao discurso, especialmente dos grupos dominados.

Crítica da Constituição ideológica da subjetividade contemporânea através do cinema

Romero Jasku

O trabalho pretende fazer uma crítica à constituição ideológica da estrutura da subjetividade contemporânea a partir da “ideia de sujeito”, nos termos do filósofo esloveno Slavoj Žižek. Para Žižek, “em termos diretos e vulgares”, adianta o filósofo, “todo sujeito é o Real”. Aqui, é claro, o “sujeito é o Real” no sentido estritamente lacaniano do termo, isto é, “concerne à dimensão de um excesso insuportável, que é exatamente a dimensão do sujeito”; algo que por definição não pode ser adequadamente simbolizado, plenamente integrado à ordem simbólica. Por sua vez, a “ideia de sujeito” será abordada através de uma breve análise e interpretação de alguns filmes de faroeste norte-americanos, em especial os filmes 3:10 to Yuma [“Galante e sanguinário”] e The Hanging Tree [“A árvore dos enforcados”], ambos do diretor Delmes Daves, e High Noon [“Matar ou morrer”], de Fred Zinnemann. Com isso, a “ideia de sujeito”, tal como definida por Žižek, a fim de servir de paradigma para uma crítica da constituição ideológica da estrutura da subjetividade contemporânea, será então contrastada com “a imagem hegemônica do sujeito liberal que, como o Último Homem nietzschiano, interessa-se apenas pela busca dos prazeres particulares e dos ideais privados de felicidade”. Com efeito, segundo Žižek, a perspectiva propriamente nietzschiana do Último Homem é o pressuposto implícito dos filmes de guerra em geral. Ao contrário dos filmes de guerra, “em que vemos a representação de um horror interminável, um morticínio e uma violência sem limites, o western, “único gênero que se concentra na coragem”, o que se afirma na representação da figura ética tradicional do caubói é que “existem coisas, como honra, vergonha, liberdade etc., pelas quais vale a pena morrer. A vida não é meramente vida. É sempre acompanhada por um certo excesso, por algo que a pessoa pode arriscar a própria vida”.

Teorias da Conspiração e Totalitarismo

Luiz Carlos Vulcanis

A crença nas chamadas Teorias Conspiratórias é um traço comum no imaginário não apenas ocidental. Estas constam de uma sequência razoavelmente lógica de suposições e de fatos, em sua grande maioria impossíveis de serem comprovados, mas que explicariam acontecimentos da história de forma diferente da versão estabelecida oficialmente. De modo geral, tais teses normalmente buscam dar algum sentido à avalanche de acontecimentos que mudam a vida do homem simples. Com traços de fé e dogmatismo, este modo de lidar com o imponderável apresenta um componente comum: o “Eles”, a existência de uma entidade quase onisciente e onipotente, a qual seria a responsável pelo plano. Em geral, este tipo de teoria dificilmente tem sua origem identificada, difundindo-se em meio a uma situação de certa instabilidade política. Entretanto, há também o fenômeno em que uma tese é “fabricada” por interesse de determinado grupo. A personificação do “mal” em uma determinada figura política tem o poder de mobilizar a população, criando um ambiente de medo, onde o que está em jogo é não somente a integridade do Estado, mas também a segurança do indivíduo e a defesa de valores fundamentais. Este trabalho, além de aprofundar o estudo das teorias conspiratórias, trata do modo como as mesmas, se alimentadas por grupos políticos, podem conduzir o imaginário popular em seu favor. Realiza ainda um estudo de caso brasileiro,

o chamado “Plano Cohen”, obscuro episódio em que uma falsa insurreição comunista foi forjada supostamente para simular uma reação integralista, e que por fim foi utilizado pelo governo Vargas como pretexto para o estabelecimento de um regime de exceção, o Estado Novo.

Mesa – Direito e Poder

Análise dos critérios constitucionais de relevância e urgência na medida provisória 518 de 2010

Angélica Nunes

O presente artigo visa analisar os pressupostos constitucionais de relevância e urgência na Medida Provisória de número 518, que disciplina a formação de bancos de dados com informações de adimplemento de pessoas naturais ou jurídicas, para a formação de cadastro de crédito. O trabalho abordará a origem do instituto, seu processo de criação, e, por fim, analisará especificamente os critérios constitucionais na Medida Provisória 518, ressaltando a necessidade de utilização do instituto com parcimônia. A Constituição da República Federativa do Brasil, em caráter excepcional, possibilitou ao Presidente da República adotar Medidas Provisórias nos casos de relevância e urgência, que, se passadas pelo crivo do Congresso Nacional, adquirem força de lei. Com o advento da Emenda Constitucional de número 32, o artigo 62 da Constituição Federal sofreu mudanças em sua redação, a fim de limitar a atuação normativa do Chefe do Executivo na adoção de Medida Provisória. Pretende-se com este artigo, além de apresentar o instituto, possibilitar uma reflexão crítica acerca do uso indiscriminado deste e da necessidade de observância dos pressupostos constitucionais em sua adoção.

Direito Internacional e Relações Internacionais: uma análise a partir da escola inglesa de Hedley Bull

Jeancezar Dittz

A proposta de trabalho é a análise crítica, a partir do clássico “A Sociedade Anárquica” de Hedley Bull, sobre o Direito Internacional. Procura-se investigar a influência do Direito Internacional Contemporâneo no comportamento internacional e rediscutir o papel do Direito Internacional em relação à ordem internacional na contemporaneidade. O artigo parte das definições clássicas do Direito Internacional para a teoria política clássica e pretende investigar a importância do Direito Internacional para o indivíduo na sociedade internacional contemporânea. Entende-se o Direito Internacional como um conjunto de regras para os Estados e para os agentes da política mundial em suas relações recíprocas, é uma variedade de normas, um sistema único de dever-ser, ideal. Procura-se com o presente artigo considerar os fundamentos do Direito Internacional para justificar e analisar sua existência na sociedade internacional contemporânea. Como contraponto ao conceito clássico de Direito Internacional, o artigo pretende também apresentar o Relatório da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre as tendências do Direito Internacional contemporâneo, entre eles a jurisdicionalização (o direito internacional aplicado pelos tribunais internacionais, inclusive em Cortes de Direitos Humanos) que passa a ser a consequência lógica de várias tendências, como a codificação, a humanização, a funcionalização, a institucionalização, a universalização e a regionalização do Direito Internacional. Por fim, pretende-se explicar a eficácia do Direito Internacional na contemporaneidade, apesar das flagrantes violações, por alguns estados, de algumas regras básicas do Direito Internacional.

Judicialização e Democracia: Encontro ou desencontro?

Marcos Cardoso

O artigo aborda a interferência judicial no mundo político, como ‘um dos temas que vem ganhando projeção na agenda da ciência política contemporânea’ (OLIVEIRA e CARVALHO, 2002). Baseando-se em análises teóricas acerca da relação entre o Judiciário e democracia – suscitadas por autores como Dworkin, Cappelletti, Habermas e Garapon, na esfera internacional e, dentre as abordagens metodológicas na literatura nacional, a referência iniludível de Luiz Werneck Vianna. Algumas percepções permeiam os trabalhos, sendo reconhecido o Poder Judiciário como um conjunto de instituições estratégicas nas democracias contemporâneas, não limitadas às funções meramente declarativas do direito. Dessa forma, o objetivo do trabalho é pensar a judicialização, no seu sentido

macro, em concomitância a três pontos cruciais da sociedade pós-moderna ocidental: Democracia, Capitalismo e Identidade na pós-modernidade. Utilizando-se de fundamentações teóricas e dados empíricos, o artigo conclui que o processo de judicialização (ou representação pelo judiciário), em certos momentos, está em contraposição à regra da maioria – condição básica da democracia. O artigo ainda conclui que há uma forte conexão entre o processo e os ideais liberais. Desta forma, a judicialização como sucesso da mentalidade democrática, mas como uma falha do governo democrático. Contudo, O judiciário é o lócus de reivindicações da sociedade pós-moderna: multivariada, sem tradições ancoradas, fragmentada. Onde prevalece a individualidade.

A postura do povo e do Estado brasileiro no cumprimento das leis: questão relevante no cenário do ativismo judicial

Victor_Hugo_Souza

Muito se fala hodiernamente acerca do ativismo judicial. Parte da comunidade jurídica defende a postura ativista do judiciário porém, existem opinião contrária a toda e qualquer inovação no ordenamento jurídico por parte do judiciário como legislador positivo. Ocorre que, além de saber se o ativismo é ou não o ideal para o estado democrático de direito, urge também investigar alguns fatores que dão azo à postura ativista de alguns magistrados e ministros da nossa Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal. O presente trabalho visa a apresentar um fator em específico que incrementa a atuação ativista: a postura do povo e também do Estado brasileiro no que concerne ao cumprimento das leis, isto é, a reiterada tentativa de sempre se buscar as “brechas” da lei. Nessa esteira, também é incumbência do estudo comprovar que tal comportamento só assoberba o legislativo – que já enfrenta severa crise de legitimidade – e aduba o terreno para aumentar a atuação do poder judiciário na função de legislador positivo. Essa conduta faz com que as leis sejam cada vez mais específicas, tornando nosso compêndio legislativo por vezes até repetitivo. Além disso, como são constantes as modificações na lei, o poder legislativo não é capaz de acompanhá-las. Assim, para a efetivação do direito e para o real cumprimento das normas, outros atores preenchem a lacuna deixada pelo poder legislativo. O principal desses atores é sem dúvida o poder judiciário que – como defendem alguns doutrinadores – quando não inova, interpreta a lei de maneira diversa daquela pretendida pelo legislador original. A questão é polêmica e controversa e, por envolver o entrelaçamento e delimitação da área de atuação de poderes, incide diretamente na sociedade brasileira, no estado democrático de direito e, principalmente, nas questões de políticas públicas, uma vez que possuímos uma constituição dirigente que precisa de normas ulteriores para ver seus dispositivos serem cumpridos de fato.

TPI, Soberania e Relações Internacionais

Otávio Piva

O artigo comenta a inclusão na Constituição Federal do Brasil de 1988 do art. 5º, § 4º, segundo qual o Brasil passa a se sujeitar à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (Estatuto de Roma). Relembra antecedentes históricos que contribuíram para a criação do TPI. Apresenta a participação do Brasil na construção do TPI pela voz do representante brasileiro na ONU. Retoma a noção clássica de soberania de Bodin, Hobbes e outros. Traz a concepção de juristas brasileiros, os quais criticam a mudança da Constituição brasileira para legitimar a sujeição do Brasil ao TPI. Estabelece que alguns artigos do Estatuto de Roma poderiam ser incompatíveis com nossa Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à entrega de nacionais, a imprescritibilidade de delitos entre outros. Conduzido pela noção de pensamento complexo e multidisciplinar de Edgar Morin, analisa a questão à luz da Teoria das Relações Internacionais e da necessidade de proteção aos Direitos Humanos, evitando o olhar estritamente jurídico e disjuntivo. Apresenta visão crítica à ideia de que a sujeição do Brasil ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional seria ofensiva à soberania brasileira. Argumenta ser uma contradição o fato de que o papel do Estado seria defender os valores essenciais da segurança, da liberdade, da ordem, da justiça e do bem-estar e, ao mesmo tempo, criar obstáculos à punição da violação dos Direitos Humanos no seu território. Inscreve como marco fundamental da discussão a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, de 1993. Especialmente, analisa a questão sob o olhar da Interdependência Complexa de Robert Keohane e Joseph Nye e, ainda, defende a flexibilização e a redefinição ética, internacionalista e humanista do conceito de soberania.

O presente estudo teve como objetivo principal a análise da atuação da mais alta instância judiciária trabalhista, o Tribunal Superior do Trabalho, durante as décadas de 1990 e 2000, quando do seu processo de homogeneização de seu posicionamento no processo de flexibilização das estruturas de trabalho promovidas pela agenda político-econômica neoliberal, assim como a breve quebra do referido paradigma na década seguinte, até a instituição da Emenda Constitucional n. 45/2004, que veio a modificar os requisitos de ajuizamento de dissídios coletivos. Para tanto, foi feita uma análise dos conceitos de flexibilização, precarização e terceirização, para melhor entendimento da caminhada do Tribunal em efetivar tais fenômenos modernos. A seguir, foi feita uma análise histórica da Justiça do Trabalho, em especial de sua instância máxima, delimitando-se, desta forma, o objeto desta dissertação. Em seguida, foi feita uma análise da configuração do mundo do trabalho na década de 1990 e as pressões de uma nova configuração socioeconômica na Justiça do Trabalho, para, a partir deste panorama, analisar a atuação do Tribunal Superior do Trabalho na década de 1990 dentro do eixo flexibilização-precarização.

Mesa – Marxismos e Teoria Crítica

Subsídios marxistas à Ciência Política: as tipologias de Nahuel Moreno

Carlos Serrano

As relações entre o marxismo e a Ciência Política sempre foram conturbadas, tendendo a andarem separados. O peso da tradição norte-americana e as próprias características do marxismo, em particular ser uma teoria orientada para a ação política, foram fatores que contribuíram para afastar as reflexões políticas marxistas da Academia. Contudo, sua introdução poderia contribuir para os debates na Ciência Política, com o contraditório, e colaboraria para o alcançar de uma teoria mais unificada, fornecendo uma perspectiva totalizante em inter-relação com outros campos das Ciências Sociais. Disso deriva a importância de tentativas como a de Nahuel Moreno, no seu livro *Revoluções do Século XX*. Ao estabelecer uma sistematização, inclusive construindo tipologias, a partir do ponto de vista marxista, de Estado, de regimes e de governos, traz um contributo fulcral para que esta corrente do pensamento adquira um estatuto não de ideologia, mas de corrente científica legítima na área, como já conseguiu em áreas do conhecimento tão variadas como a pedagogia ou a sociologia, superando preconceitos antes existentes. O presente trabalho inicia pela apresentação da biografia do autor e os efeitos que esta produz em seus trabalhos teóricos. O central, no entanto, é a análise das tipologias de Estado, Regime e Governo, a tripla dimensão do sistema político para Nahuel Moreno. Apresenta-se e efetua-se a crítica aos critérios utilizados na construção de cada tipologia, bem como dos tipos sugeridos e a inter-relação entre as dimensões, em particular entre Estado e Regime. Finaliza com um balanço das proposições morenistas, apresentando os pontos fortes e fracos dessa versão do marxismo e as necessárias implicações que a migração de conceitos do pensamento revolucionário para a Ciência Política pode trazer para absorção dos subsídios morenistas neste campo científico.

Gramsci: a reintrodução do Político

Flávio Badaró

A principal crítica liberal endereçada à teoria marxista mira seu núcleo central, ou seja, sua concepção de história. Classificando o marxismo como irreversivelmente determinista. Esse tipo de formulação encontra terreno fértil no desenvolvimento do próprio campo teórico. Podemos observar três ondas de expansão do determinismo no interior do seu campo teórico, nas quais os silêncios e as omissões do campo teórico fundante foram apagados em nome da construção de um campo analítico homogêneo. Nosso objetivo é demonstrar que as categorias políticas (Hegemonia, Bloco Histórico, Revolução Passiva etc) desenvolvidas Gramsci nutri o marxismo de categorias analíticas que visavam suprir as deficiências no interior do campo teórico de conceitos-chaves capazes de ajudar na compreensão da dinâmica sócio-política tendo como referência a práxis coletiva dos atores sociais. Essa refundação filosófica e política do marxismo pode permitir superar os impasses no qual se encontra. Uma vez que, com essas categorias, é possível reconstituir uma análise pautada na autodeterminação coletiva construída pela ação autônoma das vontades sociais organizadas. Nosso intuito, assim, é mostrar como a reconstrução, e somente nesse

caso, do campo conceitual marxista é que permite a sua entrada no debate contemporâneo das Ciências Políticas sobre democracia.

A recepção do pensamento político de Gramsci no Brasil

João Claudio Bonfim

No Brasil, a obra de Gramsci, sobretudo sua teoria política, tem forte influência no mundo acadêmico, nos movimentos populares, na sociedade civil, partidos políticos e mais recentemente no Estado. Do ponto de vista partidário, do PSTU ao PPS, passando por todo o PSOL e PT, além de PCdoB, PCB, PSB, todos, mesmo em graus diferenciados, estabelecem algum tipo de interlocução com o pensador político Italiano. A mesma abrangência acontece em relação aos movimentos sociais. Sua influência vai do MST ao chamado terceiro setor, passando por inúmeras manifestações da sociedade civil. Mesmo do ponto de vista do Estado não são poucas as políticas públicas formuladas tendo como referência sua obra. Das conferências nacionais de políticas públicas ao orçamento participativo, passando por políticas educacionais, conselhos de saúde e o tema da reforma do Estado. Em relação às áreas do conhecimento acontece a mesma abrangência. Gramsci tem sido investigado pela Ciência Política, pela Educação, História, Sociologia, Serviço Social, Filosofia, Relações Internacionais e Letras. Ora visto como comunista revolucionário, seguidor de Lênin, ora como uma alternativa ao marxismo-leninismo, ou teórico da cultura, estrategista da revolução no “ocidente”, teórico do Estado ampliado, proponente de um novo reformismo, inspirador dos movimentos populares na América Latina, Gramsci tem sido mobilizado de diferentes maneiras e com diferentes objetivos. O presente artigo propõe-se investigar as principais características das diferentes interpretações do pensamento político de Gramsci no Brasil.

O desenvolvimentismo na crítica de Mário Pedrosa

Josnei Di Carlo

O trabalho procura analisar a crítica empreendida pelo intelectual e militante comunista Mário Pedrosa (1900-1981) ao desenvolvimentismo. Ela foi realizada ao longo da Quarta República (1945-1964). Mas, com a emergência do Golpe de 1964 e a necessidade de compreendê-lo, Pedrosa sistematizou sua crítica no interior das obras *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*, publicadas em 1966. Ao tentar apreender a crise política e social envolta no golpe de Estado, Pedrosa apanhou que o projeto desenvolvimentista desvinculou as transformações econômicas da dinâmica social. E, ao esboçar as Reformas de Base, que alterariam as relações capitalistas, tanto entre as classes sociais quanto entre o capital nacional e o capital estrangeiro, o Governo João Goulart (1961-1964) sofreu a reação da burguesia nacional, apoiada pelos interesses dos Estados Unidos da América (EUA) e executada pelos militares.

A centralidade do trabalho: Uma discussão entre Habermas e Lukács

Daniel Gaspar

Neste artigo serão comentados alguns aspectos da discussão entre Jürgen Habermas e Georg Lukács acerca da centralidade do trabalho na Modernidade, a fim de compreender as recentes manifestações das juventudes ao redor do mundo, que tomaram às ruas em movimentos de contestação, demonstrando seus anseios e demandas sociais. Habermas advoga a não centralidade do trabalho. Segundo o autor, o que se esgotou foi a utopia da sociedade do trabalho, uma vez que ela perdeu como referência a capacidade de socialização pelo trabalho abstrato. Esse esgotamento da utopia Habermas o vê em seu dia-a-dia ao assistir a crise do Estado de bem-estar social, que era um projeto político que se contrapunha ao *laissez-faire* e ao socialismo ao mesmo tempo, valorizando o trabalho e a democracia dentro de uma sociedade capitalista. O problema, para Habermas, é que a emancipação do homem no projeto sócio-estatal não está mais ligada à transformação do trabalho heterônomo em trabalho autônomo. Para Lukács, o trabalho está no centro da humanização do homem; é através do trabalho que saímos das formas pré-humanas para nos tornarmos um ser social. O autor afirma que o trabalho deriva de um pôr teleológico que existe em sua consciência; é por meio do trabalho que o ser social produz e se reproduz. O homem passa a pensar a natureza e a se pensar com autonomia, com controle de si, sua consciência não é mais uma mera adaptação ao meio ambiente. Minha conclusão aponta para a centralidade do trabalho, tendo em vista que a crise financeira que atingiu o mundo nos últimos anos, ao provocar uma crise estrutural no mundo do

trabalho, coloca a juventude numa situação de impasse, em que seus projetos de vida, que são mediados pela inclusão no mercado de trabalho, perdem sentido.

A teoria procedimentalista de Habermas e o formato dos orçamentos participativos

Franklin Augusto

Um dos temas centrais no debate político é o da soberania. Na modernidade, observamos a passagem de sistemas políticos descentralizados, baseados no sistema feudal de produção, para o domínio absoluto do estado moderno, fundado na conjunção com o sistema capitalista de produção. A teoria contratualista, expressa nas obras de Hobbes, Locke e Rousseau, referendou a soberania do Estado moderno, advogando que advinha de um contrato social mutuamente assinado entre os sujeitos da comunidade política. Eles influenciaram sobremaneira a orientação política dos Estados contemporâneos, tanto na formação dos Estados autoritários (Fascista, Nazista, Socialista etc.), quanto nos Estados liberais, e sua vertente neo-liberal. Atualmente, encontramos-nos em um impasse: as instituições políticas contemporâneas são herdeiras da tradição moderna e, portanto, são depositárias daquela ordem social e econômica, não conseguindo mais acompanhar a dinâmica de redes da era contemporânea (Guehenno, 1999). O Estado moderno, antes dono absoluto da política e do mercado, não consegue mais impor-se em seu território, vendo-se enfraquecido o poder de legislar, administrar e policiar. A mola mestra dessa degeneração é a ingerência cada vez maior do sistema financeiro globalizado na alta política, que torna opaca a vinculação entre a política democrática, o Estado e a Sociedade (Genro, 1997). Dessa forma, cria-se um vazio que deve ser superado por novas instituições que respeitem as decisões populares e empoderem a sociedade civil como um todo. O objetivo deste trabalho é mostrar como a teoria deliberativa de Habermas se contrapõe a hegemonia liberal da política e oferece instrumentos para pensar em novos espaços democráticos de debates políticos. Paralelamente, pretende-se relacioná-la a uma experiência de cunho prático que vem se alastrando pelo Brasil: os orçamentos participativos. Em seguida, pretende-se avançar apontando alguns limites teóricos e práticos desses espaços democráticos.

Mesa – Segurança Pública, Estado de Exceção e Política

Segurança Pública e a cidadania da pessoa surda

Bárbara Parente

O artigo 144 da CRFB/88 diz que segurança pública é de responsabilidade de todos, porém as pessoas com deficiência não possuem este direito respeitado. Estes não possuem telefone emergencial acessível e muito menos operadores de segurança pública capacitados em LIBRAS. De imediato, já observamos dois descumprimentos legais, pois além da CRFB/88, existe também o descumprimento da Lei de Libras, isto sem falarmos da Convenção da ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Convenção esta com equivalência de Emenda Constitucional. Este descumprimento legal é ainda mais grave com os eventos mundiais que acontecerão, como Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas. Situações simples de exercício da cidadania, pode ser muito complexa. Por exemplo, uma pessoa que não seja surda, pode ligar para um telefone de emergência e chamar a polícia, bombeiro, ou outro operador de segurança pública caso precise, porém como é possível o surdo fazer isso se aqueles ainda não estão preparados para atender a esta demanda? Observamos assim como os deficientes estão desprotegidos na prática (porque legalmente existe sustentação para que isto não ocorra) e a necessidade premente de um novo conceito a ser seguido que chamo de Segurança Pública Inclusiva.

Soberania e Estado de Exceção em Carl Schmitt: caráter pessoal e decisionista da manifestação do poder político como crítica ao Estado Liberal

Pedro Ivo Mattos

A presente reflexão tem por objetivo analisar a teoria de Carl Schmitt acerca do conceito de soberania, e a tentativa de construção, pelo autor, de uma definição que atribua um significado autônomo àquele conceito, o que denota, sobretudo, formular uma acepção que o compreenda enquanto inserido em uma ordem concreta, histórica, isto é, situado no tempo e espaço. Dentro dessa perspectiva de análise, será importante destacar, inicialmente, o contexto dentro do qual se inserem as reflexões schmittianas acerca

do conceito de soberania, bem como as teorias frente às quais o autor estabelece a necessidade de formulação de um “pensamento jurídico-político decisionista”, principalmente ante àquela concepção de origem liberal, que busca fundamentar o Estado Democrático de Direito, em face da qual o autor estabelece sua doutrina. Na tese schmittiana, o argumento liberal que busca “decisões puras” [derivadas lógica e dedutivamente da lei] como fundamentos de todo e qualquer ato jurídico-legal demonstraria a falência do normativismo liberal, pois, na visão do autor, o “enigma” da indeterminação legal, ou seja, o fato de normas jurídicas gerais serem incapazes de revelar um sentido uno e preciso no momento de sua incidência no caso concreto proverias as bases críticas capazes de reconhecer o caráter ilusionista do Estado liberal. Precisamente nesse contexto é que o autor propõe a relação entre o conceito de soberania e exceção, esta entendida como um caso de extrema necessidade, como risco para a existência do Estado, mas que não pode ser descrita como um preceito legal. Dessa forma, pretender-se-á estabelecer, a partir daquelas formulações teóricas, as diretrizes propostas por Carl Schmitt para a crítica ao discurso jurídico-político liberal e seu formalismo legal, o que, em sua visão, levaria à queda dos modelos liberais, tais como parlamentarismo, constitucionalismo, divisão entre Estado e sociedade etc, a partir da premissa básica de que “soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção”.

O significado do antagonismo político em Carl Schmitt, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Rafael Bruno

A noção de antagonismo ocupa um lugar de destaque na teoria desenvolvida por Carl Schmitt, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para estes autores, partindo de uma concepção ontológica, o antagonismo compõe o político, já que as lutas, disputas e conflitos pelo poder fazem parte deste cenário. Schmitt adverte que o antagonismo político representa a mais intensa e extrema contraposição, e neste sentido, um mundo que não evidencie distinções entre amigo e inimigo, seria um mundo marcado pela ausência total da política. Percorrendo uma abordagem mais contemporânea, de acordo com o pensamento de Laclau e Mouffe, o antagonismo contribui para a produção de diferentes sentidos, dentro de uma lógica discursiva, onde um elemento exterior, perfeitamente representado pelo discurso antagônico, ameaça constantemente um elemento interior já formado. O antagonismo, segundo estes autores, representa a impossibilidade de constituição de um sentido pleno a partir de uma ordem discursiva previamente estabelecida. Um sentido sempre é alterado dentro de um campo marcado pelas disputas discursivas, e isto demonstra a impossibilidade de formação de uma totalidade discursiva devido a presença permanente de um discurso contrário, assim, de acordo com estes autores, o antagonismo representa uma relação interior-exterior estabelecida que será sempre marcada por este impedimento da constituição plena do outro, no campo da discursividade. Apoiado neste referencial teórico, o presente artigo pretende trazer subsídios para pensar a noção de antagonismo a partir das relações que se estabelecem no âmbito político, ao mesmo tempo em que será realizada uma genealogia deste conceito chave no desenvolvimento da obra destes três autores em um contexto de análise política.

Poder Midiático e naturalização do Estado de Exceção no Rio de Janeiro

Rodrigo Fernandes

O presente trabalho problematiza, dentro das limitações de um artigo, as relações de legitimação e naturalização do Estado de Exceção, no âmbito da Política de Segurança Pública fluminense, através dos meios de comunicação de massa. Parte, para tanto, da análise da constituição do que se chamou de Poder Midiático e da construção do conceito de Opinião Publicada, para abordar a atuação da mídia na naturalização de discursos e visões orientados pelas concepções de Estado e sociedade que a regem. Num segundo estágio, enfoca-se, a partir da leitura do Estado de Exceção promovida por Giorgio Agamben, a estruturação dos conceitos de Ditadura, Soberania e Inimigo por Carl Schmitt, com o objetivo de avaliar a presença destes discursos na cobertura dos eventos envolvendo a “ocupação” do Complexo do Alemão. Pode-se, assim, concluir pela naturalização, pelo Poder Midiático, de um “sentimento geral de insegurança”, que legitima a atuação contra os “inimigos”, através do Estado de Exceção.

Discurso antidrogas e biopolítica: de cidadão a Homo Sacer

André Saldanha

A presente comunicação é uma versão alterada da exposição feita na 35ª Reunião da ANPOCS. Neste trabalho examina-se o processo de deslocamento e transubstanciação dos sujeitos à política antidrogas – tomando esta política como um dispositivo – da condição de cidadão pertencente a um Estado Democrático de Direito à figura do Homo sacer. O Homo Sacer surge como uma possibilidade de assujeitamento na política contemporânea em face da ampliação do estado de exceção permanente que vigora no ordenamento político contemporâneo (AGAMBEN: 2004). Neste sentido a política de drogas aplicada no ocidente tem servido como dispositivo a serviço deste processo de ampliação do estado de exceção e da constituição de hominies sacri. Este debate coloca em foco a complexa inscrição dos sujeitos nesta forma de dominação política que tem nos discursos antidrogas um mecanismo estratégico de governamentalidade, operando uma transferência de signos, significantes e significados que dotam o agente soberano da possibilidade de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT: 2002). Tal problema é considerado sob a perspectiva da formação social brasileira em que o autoritarismo e a intolerância são tendências de longa duração que se manifestam como características e sintomas que impedem o livre desenvolvimento das forças políticas liberais e democráticas. Observamos como estas tendências imponderáveis se tornam um complicador intrínseco para a efetivação dos princípios jurídicos de um Estado de direito positivo e democrático (como exortado na constituição) tendo como exemplo, a inviolabilidade do jazo e/ou a inviolabilidade/sacralidade do corpo dos indivíduos. Através deste exame procura-se problematizar como as instituições e os discursos emanados por estas, incorporam e legitimam a prática discursiva da política antidrogas, desenvolvendo formas sofisticadas de exclusão/inclusão de sujeitos em processos de seleção punitiva.

Mesa – Teoria Política

Reflexões Constitucionalistas a partir dos clássicos: remontando o cenário

Beatriz Brandão

O artigo tem como eixo paradigmático a análise sobre a tradição do pensamento constitucionalista, trazendo o recorte da constituição mista. As definições sobre a constituição mista permearam a teoria de muitos pensadores políticos, ganhando notoriedade no panorama histórico e político. Na perspectiva de trazer autores importantes ao diálogo, o trabalho busca uma interlocução entre São Tomás de Aquino e Jean Bodin, que partem de pontos de vistas diferentes. Por tal modo, o objetivo é, em primeira instância, analisar como se dá a relação entre a defesa da monarquia como a melhor forma de governo, por Tomás de Aquino, e sua conexão com o regimen bene commixtum. Num segundo momento pretende-se responder porque Bodin renuncia a existência de uma constituição mista, para daí realizar um canal expositivo entre os dois autores. Sendo assim, problematiza o cenário contemporâneo apresentando as interpretações distintas a partir do pensamento exposto por Aquino e Bodin.

Narcisismo e Iluminismo: a onipotência do pensamento coletivo

Victor Tiribas

Kant afirmou que a Ilustração representava a saída do homem de sua menoridade, enquanto Weber defendeu que, nesta época, ocorreu o “desencantamento do mundo”. Discordarei aqui de ambos. A meu ver, devemos tratar a Ilustração como um período de re-encantamento do mundo. Trocando em miúdos, o homem não sai de uma heteronomia para uma autonomia plena. Ele apenas substitui os operadores de infinito (GIL, Fernando), ou seja, Deus pela Razão. Tentarei explicitar como a Razão iluminista concebe o mais alto grau de narcisismo freudiano – constituído na ciência. Este novo garantidor de sentido ao mundo representa a mudança de sensibilidade ocorrida na Ilustração – percepção de que podemos conformar o mundo no qual estamos inseridos – e, por advir da ciência, pretende-se mais legítimo do que qualquer outro. Assim, a teoria da Ilustração adquire uma “dimensão oceânica” e hipercausal. A Razão explica tudo. Uma onipotência do pensamento coletivo – capacidade imaginativa de inventar algo novo que conforme a realidade – criada nestes moldes é totalizante e pode tornar-se totalitária. Tanto Gadamer quanto Koselleck, ao analisar o Iluminismo, já apontam nesta direção: a Ilustração como um movimento de (in)tolerância. Tais ideais, se radicalizados, são extremamente nocivos à alteridade e à religião. Este

delírio solidário ou alucinação, promovidos com base na Razão, são tão fortes, que a sociedade esquece o fato de serem meras construções históricas – como o caso dos direitos humanos ou da propriedade privada – e representações schopenhauerianas, dentro de uma pluralidade de mundos sociais possíveis (LESSA, Renato). O que se pretendia ser baseado em fundações, transforma-se em fundamentos. Um discurso forjado no espaço-tempo passa a pretender-se verdade universal e princípio perfeito. A história dos conceitos construída por Pocock, Skinner, Venturi, dentre outros, juntamente com a adoção de uma atitude cética diante do mundo, pode constituir uma alternativa para estas divinas ilusões.

O conceito de política em uma tradição republicana

Luis Falcão

Este trabalho pretende argumentar que existe um determinado conceito de política dentro da tradição do pensamento republicano que seguiu as primeiras reflexões teóricas da modernidade. Iniciada com Maquiavel, a compreensão da política como uma atividade humana autônoma dos quesitos morais, religiosos e metafísicos, encontrou eco em pensadores que igualmente se dedicaram à república. Montesquieu, embora não haja consenso de que fosse um republicano, segue os passos do florentino ao afirmar a exclusividade humana da política, sobretudo em sua rejeição ao contratualismo e sua classificação dos diferentes direitos dos homens. James Madison, a partir de sua proposição inovadora do sistema partidário, identifica na legitimação do processo político o caminho alternativo às posturas de alguns de seus contemporâneos americanos. Em comum, as três versões do republicanismo confluem para o reconhecimento de que a política é uma invenção civilizacional que busca a resolução dos conflitos, ao invés de negá-los, por sua institucionalização. Nesse sentido, a política se mostra como uma atividade pública conflituosa que nega tanto a violência física, quanto interpretações metafísicas como parâmetros. O ponto alto dessa linha argumentativa reside na crítica aos fundamentos do direito natural. Com isso, pretende-se afirmar que no seio do republicanismo existe uma corrente de autores que não apenas divergem dos fundamentos originais do liberalismo e da democracia, a possibilidade do consenso, como também de outros pensadores mais recentemente interpretados como republicanos, como o caso de Rousseau. A expressão mais clara e contemporânea da genealogia que aqui se apresenta se encontra em Hannah Arendt. Esta se mostra como a síntese desse conceito de política que se aproxima do republicanismo. Por fim, conclui-se que a política é uma atividade aberta aos desígnios humanos e que o conflito é sua condição de existência.

Pluralismo na América Latina: Os frutos dos terrenos inférteis.

Bruno Rodrigues/Luis Cardoso/Brena Almeida/Muriel Leal

O texto é o início de uma pesquisa que busca entender a fertilidade da noção de pluralismo na América Latina (com foco nos países da região dos Andes) para explicar uma realidade que está se formando. Para tanto, utilizaremos os referenciais de Boaventura de Souza Santos e de Edgar Morin para realizar esse exercício, introduzindo, respectivamente, a hermenêutica diatópica e o paradigma da complexidade para penetrar nas conexões mais intrínsecas, obscuras e mistificadas do momento de transformação social atual. Dessa forma, com o auxílio desses dois autores se buscará delimitar a abrangências, as possibilidades e pertinências do pluralismo para explicar uma realidade que pretende ser libertária, cultural e socialmente, dando maior enfoque para o processo de formação, realização e interpretação do pluralismo nas últimas três décadas e como se interpretou as principais estruturas/instituições sociais em cada uma delas, como contrato social, o direito, a cultura e etc... Ademais, mister é referendar a discussão sobre a pertinência da ampla aplicação de conceitos de berço eurocêntricos em países latino-americanos e até que medida é possível desvencilhar-se deles e/ou reificá-los sobre novas estruturas com raízes locais, ou seja, será que podemos substituir conceitos como democracia, indivíduo, a distinção entre o público e o privado, justiça social, racionalidade científica, soberania popular, etc, por outros com face latina.

Definindo Regimes

Luiz Fernando Miranda

O artigo discute a definição conceitual dos tipos de sistema de governo, presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo, concentrando-se mais no último por ser o de maior divergência conceitual. Dividido em cinco sessões, na primeira introduzo os objetivos do artigo. Na segunda, trato da

obra de Sartori, Engenharia Constitucional, onde abordo as definições do autor acerca dos três sistemas e sua preferência em prol dos sistemas mistos. Na terceira, trato da obra de Elgie, Semipresidencialismo na Europa, onde abordo a crítica terminológica ao sistema semipresidencialista, a partir do trabalho de Duverger. Na quarta, trato da obra de Shugart & Carey, Presidentes e Assembléias, onde abordo a crítica terminológica ao sistema semipresidencialista e seu desmembramento em dois. E na última, apresento uma proposta de redefinição dos critérios classificadores do semipresidencialismo.

Mesa – Movimentos Sociais e Partidos

O Estudo da Liderança nos Movimentos Sociais

Brena Lerbach

Este trabalho tem como objetivo abordar a liderança como um dos elementos que devem ser considerados nas análises sobre movimentos sociais e ações coletivas. Os líderes desempenham importantes tarefas dentro e fora dos movimentos: organizam demandas; reconhecem oportunidades políticas; traçam estratégias; atuam na mobilização, internamente, e na articulação, externamente; etc. Além disso, os estilos de liderança influenciam o próprio perfil dos movimentos e organizações, afetando sua atuação e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Com isso, a ação dos líderes pode ser fundamental para o destino dos movimentos, contribuindo para seu sucesso (ou fracasso), bem como para seu próprio surgimento. Apesar da pertinência do tema, nos últimos anos, a literatura sobre movimentos sociais não deu muita importância ao papel da liderança na resolução dos problemas relacionados à ação coletiva, não a reconhecendo como fator importante no processo de transformar “grupos latentes” em “grupos organizados”. Os líderes dos movimentos sociais não tiveram sua ação analisada, servindo, na maioria das vezes, apenas como “informantes privilegiados” (HERKENHOFF, 1995). Assim, vários autores observam (HERKENHOFF, 1995; MORRIS, 2000; AMINZADE et al., 2001, BARKER et al., 2001, KLANDERMANS, 1989, MELUCCI, 1996, MORRIS, 1999, ZURCHER e SNOW, 1981 apud MORRIS e STAGGENBORG, 2004) que a liderança nos movimentos sociais ainda não foi adequadamente teorizada. Dessa maneira, o trabalho pretende chamar a atenção para a importância do estudo da liderança, apontando em que sentido a ação dos líderes é relevante para os movimentos sociais e quais as tarefas por eles desempenhadas. Nesse sentido, considera também sua natureza relacional, observando a relação estabelecida com os liderados, cujas ações são decisivas para os rumos do movimento ou ação coletiva em questão. De maneira mais ampla, trata-se de atentar para o papel da agência humana nos fenômenos sociais ligados às ações coletivas mais gerais.

Do lugar da moral nas mobilizações: Uma análise a partir de mobilizações na categoria bancária

José Luiz Soares

O presente trabalho tem por tema como os trabalhadores da categoria bancária vêm se mobilizando e desenvolvendo ações em conflitos trabalhistas coletivos nos anos 2000. Buscamos pensá-lo a partir do papel que elementos morais desempenham nas mobilizações entre os bancários. Tradicionalmente, as teorias sociais e políticas se concentraram na noção de “interesses” ao descrever as lutas sociais ou para explicar os motivos que levam à mobilização coletiva. Segundo esse enfoque, as coletividades se mobilizam em prol de interesses materiais e do resguardo de suas condições de sobrevivência econômica. Os interesses, assim, são pensados como orientações dirigidas a fins e dizem respeito às situações econômicas e posições sociais que os indivíduos experimentam. Por volta dos anos 1980, tornou-se comum a ideia de que era preciso considerar mais decisivamente a subjetividades dos atores sociais e as modalidades práticas e argumentativas da ação. Com isso, ganharam espaço concepções sobre as mobilizações distintas daquelas baseadas apenas nos interesses. Diversos autores desenvolveram análises considerando o papel da moral nas ações coletivas e nos processos políticos, seguindo trilhas que remetem à teoria pragmatista e/ou à construção histórica da experiência feita por E. P. Thompson. Aplicamos modelos de teoria da moral ao nosso objeto e buscamos ressaltar como os sentidos de justiça dos bancários estão envolvidos no desenvolvimento de suas ações coletivas, tanto em relação ao “que fazer” (escolha de suas pautas de ação) quanto a “como fazer” (seus procedimentos). Com isso buscamos responder à questões: Quando e como os bancários se mobilizam? Em torno de quais interesses (tanto em suas dimensões materiais quanto nas dimensões subjetivas) e sentimentos de injustiça? Como os atores

sociais justificam suas escolhas quanto a pautas e procedimentos de atuação? Quais pretensões de reconhecimento e senso de justiça estão implícitos nessas escolhas?

Valores Políticos e desempenho eleitoral: possibilidades para se pensar o Partido dos Trabalhadores no Paraná

Carla Ayres

O Partido dos Trabalhadores, certamente, foi a legenda que mais atraiu a atenção de pesquisadores e críticos da política nacional no período posterior à redemocratização. Dentro do campo da Ciência Política brasileira os estudos durante muitos anos voltaram-se ao entendimento da organização do PT que, segundo análises pioneiras, congregava uma “lógica da diferença” ao incorporar em seu interior diferentes setores da sociedade. Durante os anos 90, muitos foram aqueles também que se dispuseram a compreender a atuação do partido enquanto governo e a prática do chamado “modo petista de governar”. Passados 30 anos da fundação do partido poucos, porém, são os estudos que buscam a compreensão dos traços que compõem o próprio petista. Levando em consideração os diagnósticos que apontam que para chegar ao poder o PT sofreu transformações em seu interior, a proposição de nosso estudo é observar como este fato impactou os valores políticos dos dirigentes partidários. Mais especificamente, tendo em vista algumas particularidades do PT no estado do Paraná como, por exemplo, o fato de que, enquanto o PT nacional trilhou um caminho de otimização do seu desempenho eleitoral no Brasil é notório o insucesso do PT-PR, sobretudo no que se refere às eleições majoritárias. Pretendemos identificar possíveis peculiaridades nos valores dos dirigentes paranaenses frente àqueles que compõem a Cultura Política do PT em geral, em especial ao que se refere ao posicionamento ideológico e estratégia de influência, sem perder de vista as possíveis correlações que tais atitudes valorativas podem ter com os contextos sub-regionais e econômicos do estado.

Sistemas eleitorais: O conceito de “desperdício de votos” na teoria política

Theo Rodrigues

O debate sobre a reforma política assumiu enorme protagonismo na agenda política do parlamento no ano de 2011. Para contribuir com o debate o presente trabalho pretende apresentar o conceito de “desperdício de votos” utilizado nos estudos sobre sistemas eleitorais. O conceito de “desperdício de votos” foi formulado originalmente pelo professor Renato Lessa em um artigo publicado em 1993 numa coletânea organizada por Emilio Eigenheer, intitulada Raízes do Desperdício e editada pelo ISER. O artigo intitulado Notas sobre o desperdício e sua ubiquidade: uma perspectiva da ciência política foi posteriormente reproduzido na coletânea de artigos do professor Renato Lessa intitulado Presidencialismo de animação. Empiricamente utilizaremos os dados da eleição brasileira de 2010 para deputados federais e estaduais com o objetivo de testar o conceito de “desperdício de votos”. Esperamos, portanto, contribuir com alguns subsídios para o atual debate sobre a reforma política, em especial a reforma do sistema eleitoral.

Mesa – Relações de Poder

O discurso evangélico no Grande Expediente da Câmara Federal: uma análise a partir da teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Isabel C Veloso

O presente artigo parte de uma análise do comportamento discursivo do segmento evangélico na Câmara Federal na 52ª legislatura a partir dos pronunciamentos identificados nas sessões do Grande Expediente. O termo evangélico utilizado neste trabalho recobre todas as denominações protestantes históricas, pentecostais, deuteropentecostais e neopentecostais identificadas no Brasil no período investigado. Atentos aos temas que entraram em pauta durante o exercício legislativo, estes parlamentares evangélicos demonstraram uma maior preocupação em torno de duas temáticas identificadas durante a 52ª legislatura: o Projeto de Lei de Biossegurança nº. 2.401/2003, que tratava de questões relacionadas a pesquisas com células tronco-embrionárias e a proposta de reforma política representada no Projeto de Lei nº. 2679/2003, que, entre outros pontos, mencionava a questão do financiamento de campanha e o voto em

listas fechadas. O principal aporte teórico utilizado na análise discursiva destas temáticas tem base na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, identificando, a partir deste referencial, o discurso enquanto prática política. Ao abordar o comportamento discursivo evangélico, alicerçado nesta teoria, o presente trabalho pretende trazer subsídios para o campo das ciências sociais sobre a conexão entre política e religião no poder legislativo brasileiro, verificando assim, a existência ou não de uma “bancada evangélica” coesa neste espaço político de atuação.

Os Milicianos na atividade política: Territorialidades e controle do voto no Rio de Janeiro – a democracia “domesticada”

Gustavo Silvino

No Rio de Janeiro, sobretudo em determinados bairros como Rio das Pedras, Campo Grande, Santa Cruz, Bangu entre outras localidades pobres, do Grande Rio, longe da paisagem elitizada, grupos paramilitares milicianos se multiplicam (de um modo geral agentes do Estado e da “ordem”, que portam armas de fogo), estabelecem estruturas e redes de oportunidades, esquemas militarizados de poder, onde fornecem serviços, atividades na base da ilicitude e ilegalidade, cobram taxas de moradores por “segurança” e conformam oportunos "currais eleitorais" de modo a eleger candidatos. Os grupos "criminosos" amadurecem projetos de poder perigosos e caros para a democracia. No panorama eleitoral de 2010, por exemplo, embora enfraquecidos (em virtude de uma CPI aberta na ALERJ em 2008), os paramilitares não se intimidam e submetem candidaturas a deputado de personalidades (lideranças de entidades) enraizadas em certas localidades e ligadas a esquemas de oportunidades. Interferem nos votos dos moradores, impedem campanhas de outros candidatos e limitam o papel da cidadania e da democracia. Alugam o Estado para o crime, armam palanques para “notabilizados” políticos fluminenses e preparam os redutos para “domesticar” a democracia.

Abuso do poder econômico nas eleições 2008/Pará

Maria Edith

O trabalho tem por objeto uma investigação acerca da temática Abuso do Poder Econômico no processo eleitoral, tendo por recorte temporal as eleições municipais de 2008 e por recorte espacial o estado do Pará, com uma análise das denúncias ocorridas nos municípios desta unidade federativa e da consequente decisão judicial proferida em cada específico caso. Tal tema nos remete à ideia moderna de Democracia que descreve a realidade na qual os princípios democráticos são aplicados e onde as regras do jogo são claramente informadas. Isto significa dizer que a análise desloca-se da democracia como ela deve ser para democracia como ela é, descrevendo a realidade na qual os princípios democráticos são aplicados. Embasados por este raciocínio realista da vida política, podemos dizer que Schumpeter e Dahl partilham uma concepção metodológica de democracia realista, "a verdade efetiva das coisas". Esses estudiosos compartilham diferentemente a noção de participação em um regime político considerado democrático, onde a essência da democracia schumpeteriana está no elemento competitivo e Dahl, numa perspectiva diferente de Schumpeter, afirma que variáveis institucionais são invocadas para explicar o processo de democratização das sociedades contemporâneas e que os cidadãos, além de escolherem seus representantes, têm outra função importante no processo político que é organizarem-se em grupos de interesses que desempenharão a função de processar as demandas advindas da sociedade e os cidadãos nessa sociedade têm liberdade para se associarem em grupos, segundo seus interesses, para escolherem e formularem suas preferências. Nessa sociedade, o poder político é disperso entre os grupos que compõem sua estrutura. Tem-se, portanto, que numa sociedade democrática contemporânea o cidadão tem o poder de decidir, pelo seu voto, de acordo com seus interesses. Contudo, o processo de escolha e decisão é normatizado através de regras que visam proporcionar igualdade na disputa dos candidatos por esse voto e burlar tais regras traz sérias consequências àquele que assim procede. Neste diapasão é que hoje parlamentares, partidos políticos e até mesmo representantes do executivo, recorrem ao Poder Judiciário com o intuito de dirimir conflitos, buscando sua intervenção em determinadas ações praticadas por membros daqueles poderes. Surge, assim, o fenômeno da Judicialização da Política, que possibilita ao Judiciário intervir e decidir em questões como o abuso do poder econômico, fazendo valer a norma posta pelo legislador. A norma instituída pela LC 64/90 tem por meta proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do poder político; este dispositivo visa à punição não só do infrator como também do favorecido por sua conduta. O abuso do poder econômico se caracteriza pelo desequilíbrio nas relações de igualdade e oportunidade e pode trazer duas consequências

jurídicas distintas àquele que a pratica: a inelegibilidade e/ou a perda do mandato. As informações que embasam o trabalho foram obtidas junto ao TRE/PA acerca das reclamações ocorridas nas eleições municipais do ano de 2008 e, como referencial teórico metodológico, nos utilizamos de autores estudiosos da Democracia como Schumpeter, Downs e Dahl, além de estudiosos da questão da Judicialização como Dworking e Werneck Viana, a partir de onde buscamos traçar um perfil dos municípios onde tal prática ocorre com maior frequência no Pará.

Cidadania no Brasil hoje – o caso da Praça Carlos Gianelli

Maria Inês Veloso

O presente trabalho pretende a partir do diálogo entre duas propostas distintas de análise da democracia participativa contemporânea brasileira, quais sejam, - a realista e a otimista -, discutir através de estudo de caso sobre desafetação de área pública - da Praça Carlos Gianelli, RJ, concedida ao setor privado - os processos e as práticas de implementação de políticas urbanas na esfera municipal que invariavelmente vêm sendo conduzidos na região em parceria com elites empresariais, sem consulta à sociedade e a despeito de oposição manifesta. O fracasso coletivo e a inércia social, tal como desenvolvidos por Wanderley Guilherme dos Santos – Horizonte do Desejo – bem como as dinâmicas de participação local estudadas por Leonardo Avritzer, são os temas e as linhas de análise aluídas a partir dos quais desenvolver-se-á a crítica ao discurso da participação política, como discurso da potencialidade e do aprimoramento das práticas da ação coletiva e da expansão das arenas democráticas. Como exemplo de práticas virtuosas de fomento à participação democrática, serão apontadas algumas parcerias e ações na área de inovação institucional no Brasil que se manifestam tanto na gestão pública, tendo o Estado como agente, assim como no controle social do mesmo, através da agência da sociedade. Serão examinados os marcos jurídicos e institucionais aplicados especialmente à política urbana e à gestão democrática da cidade -, bem como a revisão bibliográfica sobre os marcos teóricos aqui entendidos como essenciais para a presente reflexão: as abordagens teóricas do Institucionalismo e da Lógica da Ação Coletiva. Para além da limitação que o caso concreto pode revelar, a presente indagação sobre a relação entre Estado e Sociedade e portanto do comportamento político do brasileiro, pretende contribuir para a reflexão sobre a cidadania no Brasil contemporâneo.

O Estado do Apartheid versus O Estado de Direitos: um estudo sobre o acesso à terra na África do Sul contemporânea

Paula Monteiro

Existem diferentes formas de compreender a história. Para os que crêem na linearidade dos processos histórico-sociais, a análise da experiência sul-africana, sobretudo a partir do século XIX, revela um pretensioso projeto colonial europeu que culminou com a formação de um Estado autoritário, cujo arcabouço centrava-se no reconhecimento assimétrico de direitos à população, a partir de uma concepção racista de sociedade. Esse tipo de narrativa – modernista, linear e, em certo grau, evolucionista – ao mesmo tempo em que denuncia o processo de violência ao qual esteve submetida a população negra sul-africana, cria, ainda que, por vezes, involuntariamente, efeitos perversos capazes de comprometer uma análise que se proponha porta voz daqueles que lutam contra a desigualdade racial e a violência – física e simbólica – que individualizam a história deste país. Outra forma de leitura histórica consiste no exato inverso da linearidade e do evolucionismo; nesta, rejeita-se a ideia de que existe um traçado retilíneo do percurso humano e admite-se a possibilidade de múltiplos movimentos sociais, inclusive de formas cíclicas. Os fatos são apresentados em sua complexa e ofuscada realidade. Por assim ser, permite-nos compreender as experiências sociais sem condená-las a uma espécie de vazio científico que pouco ou nada contribui. Valendo-nos desta segunda forma de compreender a história, buscamos, neste artigo, estudar a questão do acesso a terra na África do Sul, a partir de uma perspectiva histórico comparativa que contrapõe o Estado modelo do apartheid e o Estado modelo de Direitos que se apresenta como democrático. O objetivo é elucidar as formas de reconhecimento (e de negação) de direitos em um e em outro modelo, demonstrando que a construção de ambos está, por vezes, mais próxima do que oposta.

A vida nua como sintoma

Eduardo Beniacar

O italiano Giorgio Agamben, autor de uma das séries mais celebradas da filosofia de nosso tempo – Homo Sacer – é, sem dúvidas, um dos pensadores mais influentes na contemporaneidade. Ao articular a relação ontológica existente entre o poder soberano e a produção da vida nua, Agamben nos oferece termos para repensar a relação entre natureza e cultura no mundo ocidental. E repensando a relação entre natureza e cultura, o autor também nos leva a reavaliar as articulações entre voz e linguagem (a linguística), entre potência e ato (a metafísica), entre fato e norma (o direito). A soberania, que na leitura que Agamben fez, mostra-se, como um englobamento do estado de natureza na sociedade, o exato limiar de indiferença entre natureza e cultura, entre violência e lei, e esta própria indistinção constitui uma específica violência soberana que instaura a ordem. E se estendêssemos, também, essa leitura para a relação entre o corpo e a mente? Poderíamos apresentá-la, aqui, como o limiar de indiferença entre o corporal e o psicológico. E não é justamente da indistinção entre o somático e o mental, conjugados no termo alemão *Trieb*, que provêm uma das maiores dificuldades dos tradutores da obra do Sigmund Freud? *Trieb* é ora traduzido por instinto e ora traduzido por desejo, justamente porque nele, natureza e cultura, somático e psíquico são absolutamente indiferentes e simultâneos. Se Agamben não trabalha suas conclusões em termos psicanalíticos, é nosso objetivo, então, será tentar traçar um pequeno paralelo, que nos parece bastante significativo, entre o pensamento de Giorgio Agamben e a psicanálise, a partir da leitura de *Homo Sacer I* e da leitura de “Como Marx inventou o sintoma?”, onde Slavoj Žižek relê a o fetiche da mercadoria de Karl Marx.

Mesa – Subjetividades, Identidade e Política

Psicanálise e Política: convergências e interpolações

Barbara Breder

A teoria política vem sendo influenciada por certas correntes da psicologia que são baseadas no comportamentalismo e na racional choice. Para ambas, o parâmetro ontológico que as suporta é a concepção de homem enquanto um ser centrado na razão. A proposta deste trabalho é realizar um contraponto entre a psicanálise e a ciência política. Com o intuito de compreender as conexões e interpolações entre estes campos, a fim de analisar as possibilidades de avanço, que um escopo teórico pode fornecer a outro. Tendo em vista a concepção de homem, a partir do constructo sujeito, proposto por Lacan e que permite pôr em cena a outras dimensões como o inconsciente e o desejo. A nosso ver, é necessário que tais aspectos devam ser levados em conta na discussão política, principalmente no que tange as políticas públicas. Da mesma forma, pretendemos analisar as influências do pensamento político à teoria psicanalítica, principalmente sua práxis. Tendo em conta a concepção de relação de poder apresentada por Foucault, ao levar em conta o conceito de transferência estabelecido no processo analítico.

Brasil sob novos olhares: um exame sobre a percepção da mídia colombiana ao governo Lula e suas repercussões na política venezuelana de Chávez

Tuília Lins

O artigo pretende mostrar como a ascensão à presidência do candidato Luis Inácio Lula da Silva foi vista e recebida em parte da mídia sul-americana, procurando focar especialmente na reação da mídia colombiana. Este trabalho apresenta, de maneira preliminar, a repercussão deste fato através da análise de jornais e artigos acadêmicos locais. Procura mostrar a expectativa de parte da opinião pública colombiana acerca do governo Lula como um possível contraponto ao governo de Hugo Chávez na Venezuela. Esta pesquisa se insere nas investigações do Grupo de Estudos de Relações Internacionais, Direito e Informação (GRIDI), que aborda a constituição, por parte do Brasil, de uma identidade sul-americana, ao mesmo tempo em que tenta despontar como uma liderança regional.

“Sociabilidade do medo” e espaço público: uma discussão política

Fabio Costa

O medo tem se configurado em um elemento relevante para se pensar a sociabilidade nas metrópoles brasileiras. Como este tema possui diversas significações destacamos a dimensão política nesta discussão, pois ele é qualificado através do conceito de espaço público criado por Hannah Arendt e suas relações com a “sociabilidade do medo” especialmente a partir de alguns elementos de sua “gramática” sócio-política. A justificativa para a inclusão desta reflexão na área temática da Teoria Política se deve ao fato da Ciência Política adotar como uma proposta relevante a de estruturar novas conexões interdisciplinares com, por exemplo, a Sociologia e o Planejamento Urbano, possibilitando pontes estimuladoras para a reflexão como a Sociologia Política, que representa mais claramente esta posição. Como resultado desta proposta é apresentada a relação entre o espaço público como uma categoria política e a “sociabilidade do medo”, conexão esta que colabora para estreitar os laços entre estes campos disciplinares. Logo, esta questão é trabalhada a luz de três autores de considerável peso, Hannah Arendt, Zygmunt Bauman e Henri Lefebvre, pois ao elaborarem uma discussão sobre o espaço público e a política; o medo e a política e o direito à cidade, respectivamente, contribuem para a construção e esclarecimentos das principais questões desta reflexão. A coadunação destes três autores e suas respectivas discussões é utilizada para aprofundar o escopo desta relação, pois o primeiro item através da análise de sua gramática sócio-política abre um caminho de extrema utilidade teórica para se esclarecer as relações entre esta gramática sócio-política e o espaço público através de uma ênfase na dimensão política. É possível enumerar algumas delas como a “anemia” do espaço público; os impactos de um individualismo exacerbado e a existência do medo como um condicionante social.

Drama Trágico Alemão e Psicanálise

Rafael Morena

Tanto Walter Benjamin, quanto Georg Lukács, são críticos mordazes do chamado “drama trágico alemão”, principalmente no que diz respeito a sua pretensão de fazer-se tragédia como a grega. Eles destacam o caráter político desta iniciativa, relacionado-a com a decadência da aristocracia alemã da época. Este trabalho propõe-se a refletir, a partir destes autores, sobre a influência que este movimento artístico teve na obra de Sigmund Freud e nas conseqüentes articulações teóricas da Psicanálise, considerando que ele cresceu na sociedade vienense do século XIX, fortemente influenciada pelos autores alemães do período. Fazemos um estudo de alguns termos psicanalíticos que descendem da Tragédia Grega, tais como “Catarse” e “Édipo”.

Viena: Os Intelectuais e o Fracasso liberal

Daniel Nunes

Na década de 1860 a política liberal clássica chegou ao império dos Habsburgos. Este período do liberalismo foi bastante curto, chegando efetivamente ao seu fim na virada do século. O colapso do liberalismo e ascensão das forças de direita, conservadoras e anti-semitas deixaram a comunidade liberal de Viena cambaleando em estado de choque e deslocamento. O império se desmoronava e logo não mais existiria. Os novos movimentos políticos de massa, violentos e irracionais, fizeram o sonho de uma sociedade racional guiada pela ciência, a harmonia entre os povos e tolerância se tornar um pesadelo. As classes aristocrática e intelectual liberal ao se desesperarem com a política, se inclinaram para o romantismo estético, o ocultismo e a rejeição dos valores e significados do passado. Ao fazer isso, eles criaram um ambiente de alta cultura e modelo de uma nova sociedade que se mistura com o surgimento do modernismo em outras partes da Europa. O intelectual que daí surge transcende o escapismo, aponta em direção a áreas fronteiriças do saber.

Notas sobre ideologia e forma

Larissa Ormay

Ao se reunir autores como Marx, Lukács e, talvez inusitadamente, Foucault, é possível estabelecer um paralelo entre ideologia e forma, verificando-se repercussões de uma sobre a outra. Segundo o materialismo histórico, a ideologia em geral é falsa consciência, pois se forma como reflexo da

experiência cotidiana de vida, de acordo com o correspondente grupo de interesses. Ocorre que, a princípio, sendo falsa consciência, toda ideologia manifesta pretensões universalizantes, impondo valores, ditando normas e pautando condutas, de maneira a integrar o sistema de códigos que informam a pauta cultural e a estrutura de comunicação vigente. A pretensa neutralidade do discurso científico, entendido como o discurso da verdade, pode ser identificada como mais um mecanismo para mascarar a ontologia do ser social – para usar termos lukacsianos –, sem olvidar que os discursos se estabelecem a partir de formações discursivas históricas que, inevitavelmente, estão carregadas de vicissitudes ideológicas. Desta sorte, o ensaio se mostra como contraponto à forma do discurso científico, calcada na metodologia propriamente dita, permitindo a seu autor um aprofundamento até a ontologia das coisas. E, a partir daí, viabiliza-se transformações a fim de retirar a mudez dos gêneros, colocando-se questões outrora encobertas.

Mesa - Mudanças e permanências na democracia e acesso a justiça

Democratização do Estado Digital: as TIC como ferramenta para a participação popular no ciclo de políticas públicas

Ana Julia Possamai

A década de 1980 ficara marcada pela crise do modelo de Estado que sustentou o desenvolvimento dos países capitalistas ocidentais ao longo do século XX. Distintos foram os diagnósticos apresentados, tanto pelo o campo da Nova Direita (que defendia a descentralização e a privatização de atividades não-nucleares), quanto pelos movimentos de esquerda (que apontavam para uma crise de governabilidade, em que o modelo de Estado como único protagonista político estava fadado ao fracasso). Resultado desse embate de ideias, as principais demandas por reforma do aparelho do Estado resumiram-se em duas: modernização e democratização. Nos anos 1990, enquanto a primeira demanda teve tratamento privilegiado, a segunda fez-se presente de forma significativa, porém tímida, e fundamentalmente no nível local. Na década de 2000, porém, a democratização tem recebido maior atenção, e novos canais de participação e interação com a sociedade estão sendo abertos, inclusive através de meios eletrônicos. O presente trabalho objetiva avançar esse tema, buscando compreendê-lo a partir da perspectiva do governo digital, isto é, do progressivo emprego das TIC como ferramenta da Administração Pública. Seguindo a dupla lógica da reforma, o governo digital foi inicialmente desenvolvido como estratégia na busca de maior eficiência estatal. Já hoje, percebe-se a expansão do governo digital para a seara das relações Estado–Sociedade, configurando a chamada democracia digital. Cada vez mais as TIC vêm sendo empregadas com o fim de oportunizar e viabilizar a participação cidadã ampliada, em diferentes etapas do ciclo de políticas públicas: na formulação da agenda, na definição de alternativas, na tomada de decisão e, ainda, nas etapas de avaliação e monitoramento. Para ilustrar o argumento aqui apresentado, serão apresentadas três experiências nacionais: as consultas públicas eletrônicas do Governo Federal, o Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Orçamento Participativo Digital, da prefeitura de Belo Horizonte.

Representações sociais e políticas públicas de acesso à justiça

Célia Nascimento

As teorias da separação de poderes e dos freios e contrapesos, que tanto na França quanto nos E.U.A, tiveram por objetivo limitar e controlar o exercício dos poderes políticos, foram admitidas no Brasil desde a nossa primeira Constituição, em 1824. No entanto, a construção normativa destes princípios e competências que ensejaram tanto a separação de poderes (a saber: o fracionamento do poder de império dos Estados, na medida mesma da natureza de suas funções de criação da norma, realização da norma e ajustamento à norma) quanto o sistema de freios e contrapesos (assim entendido o conjunto de mecanismos institucionais pelos quais cada poder exerce a contenção dos demais) têm sido insuficientes ao equilíbrio e controle do poder político no Brasil, particularmente no que diz respeito ao Poder Judiciário. O acesso à justiça, direito básico para o exercício da cidadania, sobretudo em um cenário de forte desigualdade sócio-econômica e reduzido exercício de cidadania conduziu-me à reflexão sobre os fatores que impedem sua efetividade. Atenta (1) ao fato de existir uma vasta bibliografia que cuida dos óbices jurídicos e administrativos ao acesso à justiça; e (2) do pouco sucesso alcançado pela adoção de políticas públicas lastreadas em tais estudos, cuidei de investigar os fatores psicossociais que, segundo

suspeitei, poderiam estar a interferir na realização deste direito. Neste sentido, lateralizando as teorias liberais sobre a justiça e o acesso a esta, busquei desenvolver uma discussão acerca dos problemas políticos que se refletem sobre esta questão em específico; voltando-me, assim, à análise das representações sociais que, de um lado, os profissionais dos serviços judiciais e, de outro, seus potenciais usuários têm, não só da instituição de poder judiciário, como também uns em relação aos outros.

Uma análise acerca do caso “Julia Gomes Lund e Outros X República Federativa do Brasil” e os efeitos políticos da sentença internacional para o país.

Edson Luiz

O artigo pretendido visa analisar os efeitos políticos domésticos decorrentes da sentença internacional proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – órgão permanente da Organização dos Estados Americanos. Esta decisão, referente ao desaparecimento de Julia Gomes e outros durante a Guerrilha do Araguaia, condenou o Brasil ao cumprimento de diversas medidas em face ao ocorrido durante o regime liderado pelos militares. É válido ressaltar que o país é signatário dessa Organização Internacional, existente desde 1948, e diversos tratados foram incorporados pelo país, passando pelos devidos trâmites constitucionais. Assim, como será demonstrado, não há como alegar que o Brasil foi “perseguido” por tal. Isto porque, a sentença foi devidamente prolatada, conferido ao Estado Brasileiro a oportunidade da “ampla defesa e contraditório”, princípio vinculado à administração da Justiça em Estados ou Organizações Democráticas de Direito. O caso específico retrata algumas questões política pendentes ainda para o país, no que se refere ao processo de democratização, já que a Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, conferiu situação de não punir aqueles que realizaram ou ordenaram a ocorrência de atos contrário à dignidade da pessoa humana. Assim, pretende-se com o referido trabalho compreender os efeitos que esta decisão terá ao cenário brasileiro para as Políticas Públicas domésticas que versam sobre a questão como a “Comissão de Anistia” e a “Comissão da Verdade”.

Políticas Públicas de Gestão Participativa: entre as teorias elitista e participativa de Democracia

Felipe Brasil

Quando o poder público abre uma janela de oportunidade para a população interferir diretamente em assuntos anteriormente monopolizados pelo Governo, formulando políticas participativas e deliberativas como os OPs, Conselhos e Conferências, é preciso repensar e reavaliar como estão sendo construídas estas novas instâncias de empoderamento e qual o real sentido na adoção dessas formas de políticas. Propõe-se, então, acompanhar a relação entre formulação e implementação, partindo do pressuposto de que, pela forma como são implementadas, as políticas de gestão participativa são, na verdade, formas institucionalizadas de manter o poder nas mãos das elites políticas vigentes, sob a fachada da participação e deliberação popular. Assim, tem como objetivos refletir sobre o aprimoramento de experiências de participação retomando as teorias elitista e participativa de Democracia, comparando-as às práticas das políticas de gestão participativa. Também pretende considerar suas limitações frente aos desafios da burocratização, oligarquização e elitismo, analisando seu Regimento interno, contrapondo os objetivos da formulação dessa política com a forma de implementação proposta. Os resultados demonstram que as políticas de gestão participativa, explicitam uma tensão entre os princípios da democracia participativa e do elitismo. De fato, a participação e a alta adesão popular às políticas participativas evidenciam sua aceitação e a necessidade de políticas que reforcem a democracia com direitos de cidadania universais, mas ao concluir este estudo, percebemos que, pela sua engenharia institucional, acaba por repetir o sistema representativo em menor escala, burocratizando e oligarquizando o processo participativo/deliberativo dessas políticas, tornando-se, assim, mais um processo de negociação de demandas moldadas e determinados por fatores políticos de ordem partidária e eleitoral, com destaque para o poder de articulação e manobra nas mãos dos representantes do Executivo.

A Mediação como Política Pública de acesso à Justiça

Juliana Torres

O objetivo do presente estudo é trazer uma análise da mediação como possibilidade dentro das políticas públicas praticadas pelo Estado. A mediação é um meio alternativo de resolução de conflitos que tem como intento não apenas a solução desses, mas sim a desconstrução dos conflitos e o acesso à justiça. O alcance real do acesso à justiça deve ir além do simples e formal acesso aos Tribunais, deve primar pela efetivação prática dos direitos; a realização objetiva do bem da vida. Desse modo, o acesso à justiça como forma de efetivação de direitos possibilita a utilização de meios adequados para tal. O Estado, detentor do poder-dever da tutela dos direitos do cidadão, ao utilizar a mediação dentro da ação de políticas públicas, poderá proporcionar maior acesso à justiça, pois a mediação tem como objetivo possibilitar a dissolução do conflito com ganhos mútuos, buscando manutenção da relação entre as partes. Nesse sentido, este trabalho terá um enfoque jurídico e um enfoque sócio-político onde serão abordadas as análises de Boaventura Sousa Santos que coloca que o tema acesso a justiça é o que mais equaciona a relação processo civil e justiça social.

Os Centros Sociais e a Justiça no Brasil

Marli Paulo

O trabalho aborda a criação e o funcionamento de instituições prestadoras de serviços à população, muitas vezes denominadas de “centros sociais”. A proposta é realizar a análise dessas entidades e verificar até que ponto seu funcionamento está de acordo com as determinações da Justiça eleitoral. Nos centros sociais são disponibilizados serviços permanentes, independentemente de ser época eleitoral ou não. Com a sua construção podemos observar que houve uma mudança na prática adotada pelos políticos. Através deles, é possível constatar não só a intermediação do político entre o eleitor e o poder público – através da concessão de emprego, de vaga em hospital, de vaga em escola... – ou a concessão de benefícios pessoais. Através dos centros sociais podemos perceber que os políticos mantêm uma instituição permanentemente prestando serviços à população. O estudo sobre os centros sociais nos leva a indagação sobre até que ponto a manutenção dessas obras são uma alternativa válida no atendimento de carências sociais. A intenção deste trabalho é realizar uma abordagem crítica sobre o funcionamento dessas entidades e entender como essa forma de prestação de serviços pode interferir na sociedade brasileira.

Mesa - Integração regional, migrações e processos políticos

Cabo Verde: morabeza, cultura política e democratização

Leão Pina

Cabo Verde é um arquipélago situado na costa ocidental da África, nas proximidades de Senegal. Foi colônia portuguesa desde o seu descobrimento, em 1460, até 1975, data de sua independência. Em 1990, no quadro da terceira onda de democratização, depois de quinze anos sob um regime autoritário de partido único, conhece a transição para a democracia. Desde essa altura, as eleições e alternâncias políticas no país têm decorrido num clima de estabilidade; as principais instituições democráticas foram instaladas e têm funcionado com normalidade, tendo o país conhecido também melhorias no seu desenvolvimento socioeconômico. Este desempenho tem despertado avaliações positivas sobre o processo de democratização cabo-verdiano, como sendo exemplar no continente africano, em que parte das transições para a democracia entrou facilmente em depressão. Isto tem suscitado a cristalização da imagem de que Cabo Verde está dotado de uma democracia robusta. Constatamos, também, que esta imagem está associada a uma ideia, recorrente na interpretação da identidade cultural cabo-verdiana, de que a cultura cabo-verdiana é, na sua essência, naturalmente democrática, comum em sociedades de forte mestiçagem e/ou de colonização luso-ibérica. Isto fica mais visível quando se recorre à categoria cultural morabeza, espécie de cordialidade cabo-verdiana, tida como uma das maiores marcas culturais do país. Assim, pretendemos, em paralelo com a cordialidade brasileira, com esta reflexão, expor algumas das principais perspectivas à volta da relação da chamada cultura de cordialidade com a democratização, e, a partir disto, sugerir a aplicabilidade desse debate no caso cabo-verdiano, buscando averiguar algumas tendências de cultura política neste cenário, no qual a categoria cultural morabeza, é largamente assumida como expressão acabada da cabo-verdianidade.

Redefinir para Resistir: Estratégias de atuação política do movimento indígena equatoriano a partir da década de 1990

Mariana Guanabara

As políticas neoliberais implementadas no Equador no final do século XX geraram uma onda de insatisfação popular que fizeram emergir uma série de mobilizações da sociedade civil. Um dos maiores atores sociais nesse contexto foi o movimento indígena equatoriano, que passa, a partir da década de 1990, a reivindicar uma transformação estrutural do Estado. Através de uma análise da trajetória do movimento indígena no Equador, faz-se um mapeamento de suas principais estratégias de atuação política, de modo a entender como esse movimento, através da ocupação de espaços públicos diversos e da ampliação de suas demandas, vem redefinindo o cenário político equatoriano e reconfigurando as relações entre o Estado e a sociedade em tal país.

Aspectos da inserção recente de peruanos no Estado do Rio de Janeiro: representações na imprensa fluminense, espaço público e cidadania

Paloma Augusto

Não é incomum encontrarmos nos bairros de cidades como Rio de Janeiro ou Niterói, estrangeiros asiáticos, africanos e latino-americanos vendendo suas mercadorias no chamado comércio ambulante, expondo-as sobre as calçadas e em barracas que montam e desmontam todos os dias: são imigrantes e ambulantes. Logo, nos interessamos em pesquisar e identificar como vive e trabalha parte dessa população de imigrantes que atuam como vendedores ambulantes e, como um resultado inicial de nossa pesquisa nos levou ao conhecimento de que parcela significativa da população de latino-americanos no Rio de Janeiro que se mantém com a renda obtida no comércio informal é constituída por peruanos que vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida e trabalho, nosso estudo se voltou especificamente para a inserção dos peruanos no Rio de Janeiro. Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa em andamento é identificar aspectos da inserção recente de peruanos que recorrem ao comércio ambulante e que vivem no Rio de Janeiro e, para tanto, os entrevistamos em seus locais de trabalho e de lazer e acompanhamos como participam de festas aqui realizadas, em datas importantes em seu país de origem, colhendo depoimentos pessoais e histórias de vida, recorrendo a esta metodologia das Ciências Sociais e verificando que esses peruanos utilizam o espaço público de forma criativa ao exercer sua atividade econômica, mas que têm sido representados de forma discutível pela imprensa fluminense. Por fim, apresentarmos os resultados obtidos através de nossa pesquisa é relevante ao se discutir Estado, Sociedade e Políticas Públicas, pois é preciso que pensemos na garantia de condições para o exercício da cidadania desses imigrantes ambulantes, cada vez mais presentes no espaço público, além de identificar criticamente como estão sendo representados na imprensa fluminense de modo oposto ao que apontou o nosso estudo.

Cooperação sim, competição não: o bem estar em harmonia política. Visões e permanências do corporativismo no Brasil

Sara Zarucki

Gostaria de apresentar uma relação, construída com interesses em uma formação que envolve, como na política, disputa de poder. Compreender o Estado brasileiro e uma das suas mais fortes características aqui apresentadas, o corporativismo, já foi realizado por diversos autores (muitos serão usados nessa pesquisa). Observo mesmo assim a necessidade de estudar o assunto tendo em vista a manutenção do corporativismo, que fica claro que não possui somente base institucional como também a sua importância na estrutura cultural política brasileira uma vez que mesmo com diversas mudanças, o corporativismo estatal se mantém presente em uma estrutura democrática como a nossa. O debate se inicia pensando primeiramente o Estado Brasileiro. O ponto é discutir o modelo de Estado a partir da concepção de Bresser Pereira em seu artigo: “Do estado patrimonial ao gerencial” contrapondo com as percepções de Edson Nunes em “Gramática política do Brasil”. Partiremos então do ponto que o Estado Brasileiro ainda possui suas gramáticas em pleno funcionamento – no caso específico do à gramática corporativista uma vez que seus resquícios ainda estão presentes e na estrutura política brasileira e especificamente na estrutura sindical. Será necessário também salientar quais são os grandes teóricos do

tema proposto, portanto, serão utilizados os trabalhos de Alfred Stepan e Mihail Manoilescu em “Estado, corporativismo e autoritarismo” e “O século do corporativismo” respectivamente. No Brasil atual usarem as reflexões de Vanda Maria Ribeiro Costa em seu “A Armadilha do Leviatã: A construção do corporativismo no Brasil”. O desafio é pensar o corporativismo como instrumento que visa valorizar a cooperação em detrimento da competição ou cooperação no qual o Estado se torna o coordenador ou o descentralizador nessas relações.

A regionalização: uma síntese entre o local e o global?

Ricardo Martins

O mundo vive uma nova configuração geopolítica e neste contexto os processos de integração e cooperação regional entre Estados nacionais e seus entes subnacionais (estados, províncias, departamentos e municípios) são seus principais vetores. No Brasil, após a constituição de 1989, com as unidades da federação ganhando mais autonomia, foi possível aos estados da federação organizar suas próprias ações na esfera internacional, principalmente com a realização de acordos de cooperação. Contudo, observamos que há uma manifesta carência de estudos nesta área. Este artigo tem como objetivos (i) apresentar a regionalização como nova configuração geopolítica mundial no contexto da globalização e do pós-Guerra Fria; (ii) apresentar a tensão entre o local e o global; e (iii) verificar, através do case do Estado do Paraná, como os atores subnacionais articulam sua inserção global. A primeira parte do estudo baseia-se em revisão bibliográfica e a segunda em análise documental e em entrevistas não estruturadas. Neste estudo pode-se aferir que há uma vontade política forte, por parte do Governo do Estado do Paraná, em manter relação e celebrar acordos com subunidades nacionais estrangeiras, principalmente na esfera do Mercosul e da CAN. Este direcionamento político se concretiza por meio dos vários acordos de cooperação celebrados e da institucionalização, embora parcial, da área internacional do Estado do Paraná, como a criação das coordenadorias de Assuntos do Mercosul e a de Assuntos Internacionais no seio da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Relações do Mercosul. A Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia também possui sua Coordenadoria de Relações Internacionais, bem como a Casa Civil mantém contatos internacionais. Além destes, diversos órgãos ligados ao Governo do Estado mantêm relações internacionais, como o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). O segundo elemento a destacar é que não existe uma coordenação centralizada de todas as ações internacionais das diversas Secretarias de Estado e órgãos ligados ao Estado do Paraná. A criação de uma Secretaria de Relações Internacionais para centralizar, coordenar e dinamizar as diversas ações e evitar a duplicidade de atuações e esforços é a recomendação primeira que se pode fazer.

Movimentos Sociais e Capitalismo: Mapeando Mudanças nos últimos 30 anos

Dulcinea Medeiros

Os movimentos sociais contemporâneos e os atores sociais pertencem ao que se denominam nas ciências sociais de “novos movimentos sociais”. São movimentos mais heterogêneos, vinculados a temas culturais, organizados horizontalmente, e, principalmente, sua pauta de demandas encontram-se no reconhecimento de direitos. Os movimentos sociais de corte clássico eram centralmente organizados a partir do setor de ocupação, por exemplo: o movimento estudantil, de trabalhadores. Eram, de maneira geral, mais homogêneos, vinculados a partidos políticos e organizados hierarquicamente e suas demandas encontravam-se, sobretudo, na esfera de redistribuição econômica ou da reestruturação do modo de produção. O objetivo deste texto é aclarar e mapear os motivos das mudanças no seio dos movimentos sociais e suas necessárias inter-relações com as mudanças estruturais do capitalismo nos últimos 30 anos.

Mesa – Reformas urbanas e agrárias

A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres dos movimentos sociais do campo: o caso da Cosan-Shell

Kelli Mafort

O estágio atual do desenvolvimento do campo brasileiro hegemônico pelo chamado agronegócio, está mudando de modo substantivo a estrutura agrária brasileira, tornando produtivos os históricos latifúndios ociosos. Tenho desenvolvido estudos com o objetivo de compreender se, neste contexto atual, continua preservado o sentido da Reforma Agrária. Procuo problematizar algumas questões: a base material da realidade agrária que temos hoje permite uma convivência e complementaridade com uma política de Reforma Agrária? Ou esses são projetos antagônicos? Num contexto de hegemonia do agronegócio, a Reforma Agrária perderia o seu sentido? Qual tem sido a percepção dos movimentos sociais, especialmente o MST, para essas mudanças ocorridas no campo? O fio condutor desta reflexão são as ações protagonizadas pelas mulheres do MST e da Via Campesina, sobretudo no Dia Internacional da Mulher. Ações que são marcadas por profundos questionamentos acerca do modelo do agronegócio e denúncias de suas mazelas. Mais especificamente esta proposta será realizada mediante as ações dessas mulheres no ano de 2009, frente o relevante e ativo grupo econômico da cadeia sucroalcooleira: a empresa Cosan-Shell, localizada no estado de São Paulo. Por estar inserida num conjunto de manifestações ocorridas em nível nacional, a referida ação teve grande repercussão naquele momento. Para a análise sociológica cabe a reflexão sobre os diferentes projetos para o campo que este encontro conflituoso entre as mulheres sem terra e um dos maiores grupos econômicos do agronegócio pode indicar: a necessidade de se realizar a Reforma Agrária, essa velha bandeira histórica no Brasil, ficou encerrada no século passado?

Rio de Janeiro, Cartão-Postal: o poder político na estética urbana pela defesa de uma identidade internacional

Leonardo Mercher

Após as transformações políticas que se sucederam com o fim do Regime Militar, em 1985, e a ampliação na participação da sociedade civil nas decisões sobre o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, pôde-se ver um crescimento, tanto nas iniciativas voltadas para a preservação e pelo resgate de sua identidade local, como também é perceptível um novo debate sobre a dinâmica de atores diversos envolvidos na consolidação de uma imagem internacional positiva. Grandes eventos de visibilidade internacional, de 1990 até a década de 2010, bem como o surgimento legal de iniciativas público-privadas, através da Lei nº11.079 de 30 de dezembro de 2004, redirecionam a relação entre o poder político, o espaço urbano e a identidade local. Este artigo aborda, através da revisão de literatura e de análises sobre iniciativas público-privadas na região central da cidade do Rio de Janeiro, durante os anos de 1990 até 2010, uma nova preocupação das relações internacionais contemporâneas; a construção local de uma identidade global pela participação positiva junto ao sistema. A nova dinâmica entre o poder político e a estética urbana, bem como a identidade gerida, é interpretada como um processo que se torna amplo e envolve, não somente as decisões de gabinetes, mas também as novas agendas internacionais e os novos processos nas dinâmicas participativas da sociedade civil e do capital privado.

As Políticas Públicas das moradias populares no Brasil ao longo da História

Mellyna Wendland

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica a respeito de conjuntos habitacionais, moradias populares, e criação de bairros e loteamentos, analisando assim, tipologias existentes no país desde o final do séc. XIX até os dias atuais. A determinação para se realizar essa pesquisa foi saber no passado como eram as moradias e o que acontecia no país para que se tenha os programas habitacionais hoje existentes. Quais foram as tipologias de moradias existentes, em qual contexto histórico elas se encaixavam, e quais os princípios ideológicos promovidos por empreendedores particulares e pelo poder público. Desde o início do déficit habitacional com a construção dos cortiços e a preocupação com a salubridade nessas edificações até as construções dos conjuntos habitacionais. Quais foram os principais empreendedores de habitação do período compreendido pelos - Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), da Fundação da Casa Popular (FCP), do Banco Nacional da Habitação (BNH) até a sua extinção e a transferência para a Caixa Econômica Federal na qual persiste até hoje com a oferta de cartas de crédito para o trabalhador de qualquer classe social, até o subsídio para aquisição da moradia pelo Governo Federal em parceria com entidades privadas. Neste trabalho, observa-se a flexibilização proporcionada por esses órgãos, que ofereceram verdadeira experimentação dos pressupostos da arquitetura no Brasil sobre os espaços dimensionais para adequar-se às necessidades da família e sua crescente demanda, observando-se muitas vezes que acabam inviabilizando a ocupação dessas moradias.

Mas, que talvez atualmente e daqui em diante, possa estar se aproximando das reais necessidades da população, já que são temas de intensos estudos por parte de pesquisadores e debates entre a população brasileira. Vê-se assim uma tendência a democratização do setor imobiliário em favor dos seus moradores.

O surgimento e o desenvolvimento de Nova Friburgo: uma crítica ao ideal da Suíça Brasileira

Rodrigo Garcia

Nova Friburgo é um município da Região Serrana fluminense e possui uma interessante história de formação social. Ele foi criado em 1818, como vila, por decreto de Dom João VI, especialmente para receber imigrantes suíços católicos que chegaram em 1820. O objetivo do monarca era promover uma colônia de mão-de-obra livre, européia e agro-familiar, em contraposição ao Brasil (então reino de Portugal, Brasil e Algarves) escravocrata e latifundiário daquela época. Em 1824, a cidade recebeu também 300 imigrantes alemães protestantes. Este foi seu surgimento. Em 1911, Nova Friburgo iniciou sua industrialização. Instalaram-se lá indústrias de capitais alemães que fomentaram o desenvolvimento da cidade. Por causa destes processos, ao longo do século 20 a cidade recebeu a alcunha de “Suíça Brasileira”. Este termo corresponde à crença de que Nova Friburgo surgiu e desenvolveu-se sob influência de características liberais que permitiram a consolidação de uma cidade diferenciada em relação ao restante do Brasil. Porém, 1) os suíços e alemães que chegaram a Nova Friburgo em sua maioria emigraram para outras localidades em poucos anos, e 2) as fábricas instaladas na cidade não foram fruto de uma industrialização coordenada pelos friburguenses ou ligada à antiga colônia europeia. Por isto, proponho que o ideário liberal da Suíça Brasileira não corresponde à história e à formação da cidade.

O Plano Diretor como um possível instrumento da gestão democrática das cidades

Rodrigo Alberto Toledo

O intuito desse artigo é reconduzir o debate para o tema da gestão democrática das cidades, importante conceito que permeou a formulação de Planos Diretores a partir da década de 1990, para, posteriormente, produzirmos interpretações que diferenciem planejamento de gestão. Objetiva-se, com isso, demonstrar que planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, pois possuem referenciais temporais distintos e, por assim ser, se referem a diferentes tipos de atividades. Pretende-se elaborar análises suficientes que possam elucidar as inter-relações entre esses dois termos, planejamento e gestão, fundamentais para compreendermos os processos metodológicos de elaboração de Planos Diretores a partir dos anos 90. O artigo pretende demonstrar que o processo de autocriação do social na e pela história incluiria a dimensão espacial, isto é, os vínculos múltiplos e complexos entre as relações sociais (produtoras de espaços) e a espacialidade (que condicionam de maneiras variadas, as relações sociais). Assim, objetivamos focar a cidade, produto dos processos socioespaciais que refletem a interação complexa entre as várias escalas geográficas, como um ente que não pode ser controlado por um Estado tecnicamente assessorado por racionalistas e tecnocráticos. As análises elaboradas no presente artigo estão fundamentadas em pesquisa bibliográfica, leitura, análise e interpretação de livros e periódicos, a partir da qual foi possível estabelecer um painel crítico sobre o Plano Diretor como um instrumento de reforma urbana, parte de um conjunto de estratégias de promoção da democratização do processo decisório na formulação de políticas públicas urbanas. Entretanto, o procedimento de análise do processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara identificou que o maior desafio para a tarefa de planejar é o de se aliar gestão e metodologias democráticas participativas. O caráter técnico, especializado e burocrático do estado, impõe à realidade social instrumentos de formulação de políticas públicas urbanas que comprometem o desenvolvimento socioespacial e a autonomia individual.

A culpada pela paisagem é sempre a janela: tragédia de Realengo e desarmamento civil

Walter Moreira

O objetivo do trabalho é analisar como o debate em torno da tragédia ocorrida na Escola Municipal Tasso de Oliveira, em Realengo, que vitimou 12 estudantes, foi conduzido novamente à questão do desarmamento civil, evidenciado por pautas dos meios de informação. A resposta que surgiu de imediato

de alguns políticos foi reavivar o debate sobre o comércio legal de armas, propondo um novo referendo para a questão. Assim, políticos forjaram um comprometimento com a situação, chegando a propor uma solução que não resolve o problema do tráfico de armas, da criminalidade e nem da falta de investimento nas escolas públicas: o fim do comércio legal de armas. Portanto, ao invés de se investir na estrutura das escolas públicas, capacitação de professores, espaço para atuação de psicopedagogos e psicólogos, debateu-se uma restrição à liberdade individual do cidadão, de possuir porte legal de arma para a defesa de sua residência. Inverteu-se a questão principal e tentou se demonstrar que este direito dos cidadãos tivesse sido a causa preponderante para que Wellington Menezes, que adquiriu as armas e munições ilegalmente, realizasse o massacre na escola municipal em 07 de abril de 2011.

Mesa - Saúde, educação, gênero e etnia: por novas políticas

Limites à implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde: constatações a partir do campo de trabalho nas UBS

Catia Rufino

Esta pesquisa constitui-se a partir de uma vivência profissional de mais de duas décadas na área de atenção à saúde primária, atuando em Unidades Básicas de Saúde (UBS), em que se constatou que determinados paradigmas das relações saúde/doença e médico/paciente por parte da população atendida e dos profissionais da área, dificultam a adoção de outras formas de pensar e agir em saúde. O serviço público de saúde no Brasil, em sua maior parte é ainda baseado no modelo biomédico-curativo, que minimiza a responsabilidade pela saúde por parte dos clientes, conduzindo a um estado de descontentamento em relação ao atendimento prestado e à sensação de impotência e da não obtenção de resultados efetivos por parte dos profissionais de saúde. Fato que se agrava diante de uma demanda quase que inesgotável, em face de uma oferta limitada por parte das UBS, com resultados questionáveis em termos da melhoria da saúde da população. Esta realidade se contrapõe aos objetivos da Política Nacional da Promoção da Saúde (PNPS) do Ministério da Saúde, decretada em 2006, e que objetiva que a população se capacite e busque meios de controle dos fatores de vulnerabilidade à sua saúde e à qualidade de vida. Nesta perspectiva, a participação do cliente no processo de promoção da saúde seria fundamental, devendo-se construir um novo pensar/agir que remeta à reflexão social, ao entendimento dos determinantes sociais de saúde e suas influências, à construção de autonomia e responsabilidades compartilhadas na promoção da saúde, segundo outra perspectiva que valorize algumas das características adaptativas da pessoa, tais como resistência, esperança, sabedoria, criatividade, coragem e espiritualidade. Nesse contexto, um dos desafios atuais para a gestão e políticas públicas na área da saúde seria uma mudança de tais paradigmas da população e dos profissionais de saúde, superando o modelo biomédico atual, visando à integralidade do ser humano na promoção de sua própria saúde.

O Estado de Bem-Estar Social e as políticas de igualdade de gênero: uma abordagem possível para a América Latina

Clarisse Goulart

A literatura contemporânea do Estado de Bem-Estar Social (EBES), produzida desde meados dos anos 60 aos dias de hoje passou por diversas transformações e em determinado momento, sofreu influência considerável das proposições teóricas das feministas. Posteriormente ao estabelecimento do mainstream da área, as feministas passaram a incidir sobre a análise do Estado de Bem-Estar, explicitando as críticas ao seu desenvolvimento teórico e as bases patriarcais da sua construção e buscando repensá-lo de modo a entender como suas estruturas contribuem para perpetuar ou transformar as hierarquias de gênero. A nova agenda social da América Latina, adotada após o período neoliberal, por governos progressistas eleitos democraticamente na região, abre uma nova questão teórica sobre como analisar as transformações em curso, a partir dos conceitos de EBES. Nesse sentido, é possível entender, a partir da atuação do movimento feminista da região e da institucionalização da agenda de gênero pelos governos latino-americanos, qual o atual momento das políticas de igualdade de gênero nesses países. O artigo busca, portanto, recuperar o desenvolvimento teórico mainstream e feminista sobre o Estado de Bem-Estar Social (EBES), de modo a relacioná-lo à nova agenda social da América Latina, construída a partir do início do século XXI. O objetivo é menos uma aplicação de conceitos e mais uma exploração das potencialidades analíticas que a literatura do EBES proporciona para uma leitura sistematizada do sistema

de proteção social latino-americano. Além disso, ao explorar as críticas feministas ao Welfare State e os esforços teóricos de pensar as potencialidades desse sistema para dissolução das hierarquias de gênero, é possível analisar, por essa frame, os avanços e desafios da agenda da igualdade de gênero latino-americana.

Um olhar sobre a presença de mulheres afrodescendentes no Parlamento Nacional

Liandra Carvalho

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a baixa participação de mulheres afrodescendentes na área política brasileira. Embora nas últimas eleições ocorridas, em 2010, para os cargos de Deputados Estaduais, Governadores, Deputados Federais, Senadores e Presidente da República tenha se registrado um recorde de candidaturas femininas, tendo 3.968 mulheres candidatas, representando 20,38% do universo de candidatos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral -TSE, um marco na história da democracia brasileira, tal fato não significou um aumento da representação feminina nas esferas de poder, tal mudança não se refletiu na eleição de mulheres. Pode ser percebido com base levantamentos que baixíssima é a participação feminina na arena política brasileira e quase irrisória, a participação de mulheres negras, poucos inclusive são os levantamentos sobre tal participação. De acordo com o Relatório das Desigualdades Raciais, em 2006, foram eleitas somente três deputadas federais negras ou pardas, sendo estas duas pardas e uma negra, tal universo representa 0,6% do contingente de deputados federais eleitos em todo o país. Um levantamento realizado pela autora com base nos sites oficiais da Câmara de Deputados e do Senado, verificou que ao longo das 14 últimas legislaturas da Câmara de Deputados, somente 29% das deputadas eram afrodescendentes, já a realidade do Senado se mostrou mais relevante ainda, ao longo das três últimas legislaturas, das 25 senadoras eleitas neste período, somente três eram afrodescendentes, sendo que ambas tiveram dois mandatos consecutivos.

Reconhecimento e igualdade na equiparação da união homoafetiva à união estável no Brasil

Tayra Fonseca

Tendo como objeto de análise a recente decisão do STF que estendeu os direitos relativos ao instituto da união estável às uniões homoafetivas, buscando desenvolver os conceitos de igualdade pelo reconhecimento, se pretende discorrer estudo acerca da cidadania no contexto brasileiro. Para tanto se utilizará os referenciais teóricos de Nancy Fraser e Axel Honneth para buscar elementos que sejam capazes de explicar qual sentido atribuído à cidadania nos votos dos Ministros do Supremo, bem como a possibilidade de reconhecimento e respeito às diferenças no material selecionado. Com isto se acredita ser possível fazer uma reflexão sobre a forma que a questão de direitos de minorias vem sendo tratada no campo político e jurídico brasileiro.

Os Sistemas “Únicos” de Saúde

Thais Ferreira Rodrigues

Em artigo publicado em janeiro de 2010, Mangabeira Unger sugere ser a saúde o problema mais preocupante para os brasileiros e que, apesar de termos um Sistema Único de Saúde (SUS) que abrangeria toda a população em qualquer procedimento necessário, na prática ele estaria longe de funcionar, ter o alcance e a qualidade que deveria e poderia. A causa desse déficit para aqueles que o propuseram seria a falta de financiamento adequado, porém Unger inova ao dizer que além de recursos insuficientes o que levaria o SUS e as políticas públicas de saúde ao descrédito e ineficiência seria o fato do espaço público ser destinado à parte pobre da população enquanto quem possui recursos é estimulado pelo Estado para utilizar o sistema privado de saúde. A partir disso, desenvolverei esse trabalho abordando o contexto em que foi desenvolvido o SUS e quais atribuições ficaram destinadas a cada ente da federação em relação às políticas públicas de saúde, demonstrando como um arranjo federativo mal feito pode interferir nos serviços de saúde da população, principalmente para a parcela que necessita dos auxílios governamentais em todo tipo de necessidade. Identificarei a desigualdade existente no país, detentor de não cidadãos denominados ralé, destituídos de qualquer tipo de capital, usuários do SUS que, para eles, se caracteriza por ser um serviço qualquer para um tipo de gente qualquer. Porém, nesse ponto questionaremos até onde vai essa ineficiência atribuída ao SUS, na medida em que nos procedimentos não efetuados pelos planos de saúde, o que se vê são atendimentos de ponta. Existiriam dois SUS, aquele que trata da ralé com suas

doenças de pobreza negligenciadas e aquele que trata da classe média e precisa prestar contas para imprensa e para estatísticas internacionais. O primeiro estereotipado e carente, o segundo retrato de um país que dá certo.

Raquel Moreira

Este trabalho de dissertação foi requisito para a conclusão de Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/RS e está vinculado à linha de pesquisa questão social, direitos humanos e acesso à justiça, o qual estuda os paradigmas no contexto das relações sociais e jurídicas que envolvem Direito, Espaço Público e Cidadania, com destaque especial à participação da cidadania nos processos de efetivação dos direitos sociais e humanos. O presente trabalho visa como objeto de pesquisa as práticas educacionais - em termos de educação - existentes, e em perspectivas, na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, nos presídios A e B. A educação, objeto desse estudo, se contextualiza num sistema punitivo, o qual se propõe legítimo através da promessa de (re)inserir o indivíduo na sociedade, sem entrar aqui no mérito das motivações para o crime. O dado empírico é que a população encarcerada possui características e perfil, entre outras coisas, de baixa escolaridade, sugerindo, então que oferecer educação é, além de garantir um direito constitucional, uma estratégia importante. O trabalho se assenta em uma densa revisão ao Projeto Educando para Liberdade, criado no ano de 2005, pelo Governo Federal, para atender à demanda educacional dentro dos ambientes prisionais. O trabalho esta pautado num referencial teórico de Pierre Bourdieu e Michael Foucault. Além do estudo teórico sobre educação/prisão, foram feitas entrevistas com técnicos dos presídios, administradores das instituições prisionais, presos, Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação, delegacia penitenciária e professores. A pesquisa permite analisar realidades regionais/locais, ainda que balizados por diretrizes nacionais, para se produzir, não só conhecimento mais preciso, mas também desenvolver embasamento, conhecimento e estratégias adequadas para sua abordagem.

Mesa – Política e Conjuntura

Reflexões sobre o desenvolvimento no Brasil à luz de Daniel Bensaïd, Larry Bartels e Albert Hirschman em face da globalização, das restrições institucionais da democracia representativa e das limitações estruturais da economia de mercado

Carlos Eduardo Pinho

Este trabalho articula o pensamento de Daniel Bensaïd, Larry Bartels e Albert Hirschman - no contexto da globalização, das restrições institucionais da democracia representativa e das limitações estruturais da economia de mercado – para pensar o modelo de desenvolvimento conduzido pelas elites estratégicas e burocráticas do Estado brasileiro desde o início do século XXI: o Novo-Desenvolvimentismo. Em suma, emprega-se o acervo conceitual e teórico desses autores para analisar, do ponto de vista discursivo, como se dá o conflito distributivo em matéria de provisão de políticas públicas para os setores mais pobres.

Seria o assistencialismo uma estratégia eficaz para se vencer uma eleição?

Joyce Fonseca

É por meio de uma revisão da literatura especializada em estudos sobre o comportamento político que este trabalho aspira responder a pergunta-título. A investigação testará a hipótese que relaciona o emprego do assistencialismo como moeda de troca, na barganha político-eleitoral, por parte de alguns indivíduos desejosos de ocuparem posições no quadro efetivo da política, dos que já estão envolvidos com estas atividades e que pretendem manter-se na máquina política. A análise científica desta pesquisa aponta que a tipificação dual das ações comportamentais dos envolvidos com os pleitos influencia a complexa rede eleitoral brasileira. Neste sentido, especifica-se que há duas linhas lógicas válidas para elucidar os questionamentos acerca do recrutamento político de determinados candidatos e da conservação de seus cargos eletivos. A primeira sugere que a definição comportamental dos envolvidos seja baseada nas premissas mercadológicas e a segunda fundamenta-se na interpretação desta conduta como sendo originada pelas demandas subjetivas das partes, como o status e o prestígio. Além disso, volto minha atenção para a maneira como estes indivíduos movimentam-se nos bastidores das campanhas eleitorais e

como são seus perfis ao fazer um balanço geral da política nacional. As problemáticas contidas no processo eleitoral também serão abordadas. Caracterizar-se-ão as artimanhas da democracia representativa que culminam para a possibilidade de existir um processo eleitoral corrompido. Verso também, acerca dos conceitos clientelísticos e da patronagem local, passando pela caracterização da barganha praticada pelas partes envolvidas no processo interacional dos bastidores políticos, até chegar ao julgamento desta prática como crime eleitoral.

Conflito e Governabilidade: a questão da Disciplina Partidária na Ciência Política Brasileira

Leo David

A literatura acadêmica que se dedica ao estudo das relações institucionais Executivo-Legislativo compõe-se de divergências pontuais no que tange ao funcionamento do Sistema Político Brasileiro. Autores como Figueiredo e Limongi (1991) apontam para uma situação de superioridade do poder Executivo sobre o poder Legislativo na negociação das pautas do Congresso. Enquanto no polo oposto se encontra Ames (2003) e a proposição que no jogo político o Presidente é “refém” dos partidos e que se encontra em desvantagem na negociação das pautas. Assim sendo o presente trabalho tem como objetivo confrontar o conteúdo das principais correntes teóricas da Ciência Política Brasileira no que concerne a questão da disciplina partidária, identificando as questões mais polêmicas desse debate acadêmico. Entende-se que essa proposta se constitui numa tarefa muito extensa e inesgotável. Então como ferramenta metodológica, optou-se por separar o trabalho em dois eixos de estudo: (1) a relação Executivo-Legislativo, dando ênfase na forma como o presidente negocia as pautas com o Congresso. (2) O debate a respeito da disciplina partidária, tentando deslindar de que forma os incentivos advindo da arena eleitoral reverberam nas tomadas de posição dos congressistas.

Entre crime de bagatela e crime insignificante – a sutil alteração de natureza jurídica para salvaguardar o destinatário da proteção de bens jurídicos penais: a sociedade

Leonardo de Paula

Como o título do trabalho induz, se estudará o que se usualmente classifica como crime de bagatela. Entretanto, para a compreensão do crime de bagatela deve ser feita uma distinção do crime de bagatela para o crime tido como insignificante. O último parte da concepção da teoria dos bens jurídicos, no qual se verifica que o Direito Penal deve ser utilizado como ultima ratio. Depois de verificar o que se enquadra como última ratio se observa que o direito penal deve vincular-se ao princípio da lesividade. Após estes esclarecimentos verifica-se que há uma diferença sutil do crime insignificante para o crime de bagatela. O crime de bagatela, pelo estudo etimológico realizado denota uma troca comercial muito favorável. Essa troca comercial mostra que a bagatela na esfera penal se realiza caso o custo do processo para a sociedade seja muito maior que o dano causado pelo acusado. Isto pode ser verificado na esfera de crimes tributários, mas por conta de uma política pública voltada para criminalizar o excluído socialmente não se aplica dessa forma para esta esfera da sociedade. Como o estudo se pauta na análise da sociedade e das políticas públicas brasileiras, será necessário verificar o como o judiciário tem-se manifestado para afirmar o Direito Penal nos crimes ditos de bagatela.

As bases da consolidação das políticas públicas educacionais diante contexto neoliberal no Brasil

Luciana Lenoir

Nos marcos do neoliberalismo desencadeado no final da década de sessenta do século passado, enfatizam-se correntes teóricas que discutem as funções e a reorganização do Estado, assim como a formação e a reestruturação das políticas públicas enquanto mecanismos para solução da crise social interpretada em escala mundial. São análises relacionadas as demandas de contextos diferenciados; aos processos políticos e culturais acompanhados das transformações sociais; as redefinições dos conceitos de democracia e cidadania e aos condicionantes entre o universo público e privado. Desse modo, o presente artigo expõe considerações teóricas que buscam refletir, criticamente, as bases da consolidação das políticas públicas da educação frente ao contexto neoliberal no Brasil. Pondera-se que a educação sempre obteve posição de destaque nas pautas governamentais e na agenda dos debates científicos no país, mas com a acepção neoliberal, recebeu novas interferências diante das alterações promovidas pela revolução tecnológica, pela globalização dos mercados, pelo balanço do poder político na esfera internacional e pela

predominância do mercado enquanto instituição central. Na gênese neoliberal, a construção do conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa são meios destacados que valorizam a educação como símbolo para a competição e produção por intermédio da ideia do “desenvolvimento como oportunidade”. Ressalta-se, assim, a tendência em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado que acaba por minimizar o seu caráter de direito em detrimento da sua condição de propriedade. Mediante breve esboço histórico, registram-se no artigo supra, abordagens acerca dos aspectos socioeconômicos e das estratégias culturais que configuram a retórica neoliberal conforme a classificação da “crise de qualidade” vivenciada pela educação a partir de elementos reguladores que preconizam eficiência, produtividade e eficácia.

Tensionamento entre Estado e Sociedade civil no Espírito

Marcelo Souza Marques

O presente artigo resulta da pesquisa “Sociedade civil e Estado no Espírito Santo – tensões e alinhamentos”, desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS-UFES) entre os meses de agosto de 2010 e setembro de 2011. Analisou-se a configuração da sociedade civil no Espírito Santo e as relações de tensionamento entre as entidades sociais e o Estado, problematizando as consequências dessas relações para o aprofundamento e controle democrático. Para tanto, utilizou-se de técnicas de pesquisas qualitativas, tendo como coleta de dados o estudo documental, aplicação de questionários e entrevistas com as entidades pesquisadas e com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SEASTDH). Consonante com Laclau e Mouffe (1987, 1996, 2003, 2005), partiu-se das abordagens da Teoria Democrática Radical, nas quais as relações de tensionamento, constituídas por dimensões conflitivas, são inerentes e salutares às democracias pluralistas contemporâneas, pois expressam tanto as reivindicações por novos espaços políticos, quanto as novas relações sociais, o que exige, dessa forma, o alargamento das práticas democráticas para além das ideias consensuais. Assim, o trabalho insere-se na temática ampla das teorias da democracia, sobretudo, nos estudos que analisam os possíveis papéis da sociedade civil no processo de desenvolvimento dos sistemas democráticos. Constatou-se que, apesar da existência de inúmeras organizações pautadas em diferentes lutas na esfera pública, a sociedade civil, no Espírito Santo, é um fenômeno incipiente. Ademais, as relações de tensionamento entre as organizações sociais pesquisadas e o Estado não são relações fixas, isto é, ora as relações se apresentam como tensionamento, ora como parceria.

Mesa - Novas e antigas questões: inovação e modernização I

A Economia Criativa na pauta das Políticas Culturais: (re)criação de realidades ou mercantilização da Cultura?

Andreza Leitão

O Brasil retomou o seu processo democrático há pouco mais de duas décadas, mais precisamente em 1985, com o que nós chamamos de período de transição, passando a contar com eleições diretas só em 1990. Isto posto, pode-se afirmar que somos uma democracia representativa recente que ainda esbarra em uma cultura arraigada de privilégios de uma pequena parcela da população. Por outro lado, seria justamente dentro da esfera da cultura que poderíamos identificar afirmações emancipatórias. No presente trabalho, procuro acompanhar o panorama recente das Políticas Culturais no Brasil, com a aprovação do Plano Nacional de Cultura, analisando até que ponto isso pode ser compreendido como uma transição em relação ao modelo neo-liberal praticado em gestões anteriores e observando o processo por meio do qual o conceito de “Economia Criativa” se institucionaliza no MinC, através da criação de uma Secretaria homônima, quais os possíveis objetivos e demandas iniciais da criação da pasta. Desse modo, busco delimitar a conceituação do termo “Economia Criativa”, traçando um histórico de seu surgimento e apontando a evolução de experiências e eventos no contexto brasileiro que antecedem à criação da referida pasta, no intuito de compreender que possível projeto de desenvolvimento ela trás em seu bojo.

Um país cujas indústrias e finanças encontravam-se em frangalhos após uma década de desastrosas políticas de abertura comercial, cambial e financeira à concorrência internacional e aos colossais fluxos de capitais financeiros desregulados. Envolto em grave crise de governabilidade protagonizada por um governo inerte e incapaz de propor alternativas, a despeito de desfrutar de ampla maioria no Poder Legislativo e de um consenso ideológico fabricado por uma mídia amplamente favorável. Uma sociedade na qual grassava o desemprego, onde violência e repressão cresciam exponencialmente ameaçando o controle social nas principais metrópoles do país. Tudo isto num contexto global desfavorável a qualquer ideal de comando político do capitalismo pelo Estado. Assim poderia ser descrito o Brasil no momento em que Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência em janeiro de 2003. O faz sob oposição das finanças internacionais – apesar de garantir submissão aos seus interesses ainda na campanha eleitoral - e necessitando corresponder às expectativas de ascensão social das classes historicamente marginalizadas. A hipótese central deste artigo é a de que o governo Lula logrou construir em torno de si um pacto político silencioso capaz de unir os interesses da haute finance com as expectativas de inclusão social da ampla massa de pobres e miseráveis. Para isto contribuiu uma ativa política de difusão do crédito bancário àquelas massas, permitindo a ascensão social de grandes contingentes até então marginalizados via consumo endividado ao mesmo tempo em que abriu vastas oportunidades de lucro ao rentismo. Este cenário possibilitou o que André Singer identificou nas eleições de 2006 como um realinhamento eleitoral, padrão que, tudo indica, permaneceu válido nas eleições 2010.

Modernização da Administração Pública: Um estudo da Câmara de Políticas de Gestão

Ludmila Fávero Romani

Criada em 2005 pela então Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade tinha como objetivo “formular políticas de gestão para a administração pública federal, assim como coordenar e articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão” de acordo com o Decreto nº5383 de 2005. Em 2011, a presidente Dilma recria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República, mantendo as características da experiência anterior e tendo como base legal o Decreto nº 7478. O objetivo central da Câmara consiste, de acordo com o governo, em aprimorar a gestão - reduzindo custos, racionalizando processos e otimizando os serviços prestados à sociedade -, para atualizar o Estado brasileiro em relação às exigências que a conjuntura econômica requer do país. Esse artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre a modernização da administração pública, a qual é baseada no uso de ferramentas originadas do setor privado. E essa é a perspectiva adotada pela Câmara, cujo conselho é composto por grandes empresários nacionais. A aplicação de técnicas desenvolvidas no ambiente privado na gestão pública é um tema recorrente na história brasileira e nas teorias de administração pública. Diferentes reformas administrativas adotaram esse modelo nos anos 1930, com o Dasp, nos anos 1960, com o Decreto-Lei 200, e mais recentemente com a Reforma do Aparelho do Estado, no governo de Fernando Henrique. Do ponto de vista teórico, a aproximação entre administração pública e privada é um tema clássico, presente na constituição do próprio campo de administração pública. Este artigo discutirá esses aspectos – teóricos e práticos – com o objetivo de compreender a formulação da política de gestão no governo Dilma, no âmbito da Câmara de Políticas de Gestão.

Ambiente e Latifúndio: breve análise de uma relação conflituosa, um estudo de caso dos assentamentos da Região Médio Paraíba-RJ

Nívia Silva/Marcelo Durão Fernandes D'Oliveira

Compreender as características ambientais atuais em determinado território e as formas dominantes de apropriação do espaço implica necessariamente em uma análise da questão histórica do processo de ocupação. Assim, a maior ou menor preservação da cobertura florestal original, o predomínio de uma ou outra atividade nos dias atuais, estão diretamente associados aos processos sociais e econômicos que

marcaram a história das regiões no território Fluminense. As áreas que estão sendo destinadas para a reforma agrária contêm um passivo ambiental oriundo da monocultura e abandono, logo, em sua grande maioria são terrenos que se encontram em um estágio de degradação do solo diante do mau uso. Nesse sentido nos parece fundamental para pensarmos as atuais políticas de reforma agrária recuperar essa trajetória de usos do solo para entendermos como nesse processo de ocupação acabou por gestar, por um lado, num a nova configuração territorial e, por outro, nos desafios impostos às famílias de trabalhadores rurais sem terra que objetivam uma produção diversificada. Nos limites desse texto, analisa-se três assentamentos localizados na Região Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, conhecida como Região Sul Fluminense. Os trabalhos nos assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz no Município de Piraí e Vida Nova no Município de Barra do Piraí identificaram os diferentes ciclos econômicos que marcaram fortemente o ambiente das fazendas do vale Paraíba do Sul, RJ, constatando as consequências do modelo de produção realizado pela oligarquia do café com uma ampla destruição da Mata Atlântica, implantação posterior da pastagem e mais recentemente a monocultura eucalipto, num ambiente de alta degradação.

A questão da reforma agrária e dos índices de produtividade – o caso da região de Ribeirão Preto

Paulo Francisco Freire

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro vem se sustentando num modelo de produção agrícola baseado na monocultura e no grande imóvel, cujo destino é o mercado externo. O modelo, esse velho conhecido da história brasileira, uma vez pautado na eficiência do agronegócio, significa um avanço das forças produtivas agrárias. O modelo, porém, traz consigo um acentuado avanço do processo de concentração de capitais, o que vai impactar de modo grave na criação de novos atores sociais em conflito de interesses. Isso significa que o desenvolvimento, mais que dirimir, acentua as contraditórias relações existentes entre os sujeitos da produção social e aqueles que se apropriam da riqueza socialmente produzida. Neste quadro, o setor sucroalcooleiro da região de Ribeirão Preto-SP desponta como um dos pólos mais sólidos dessa tendência. Ou seja, o elevado grau de produtividade econômica agrícola da região dá-se à custa de contradições sociais, dentre as quais se sobressai a superexploração do trabalho. Os critérios estipulados para aferir se um imóvel é produtivo ou improdutivo, baseiam-se em dados estatísticos de 1975/76 e até o hoje não foram atualizados, acentuando mobilizações sociais de defesa da Reforma Agrária. Em 1975, foram colhidos, em 1 milhão e 900 mil hectares, 88 milhões e 920 mil toneladas de cana, gerando, portanto, uma produtividade de 46,82 toneladas de cana por hectare colhido. Já em 2006 colheu-se, em 6 milhões e 190 mil hectares, 457 milhões e 980 mil toneladas de cana, gerando uma produtividade de 74,05 toneladas por hectare colhido. A intenção deste estudo é analisar o anacronismo entre os índices de produtividade estabelecidos e os índices de produtividade real, bem como a relação entre produtividade e exploração do trabalho, aspecto polêmico que acirra os conflitos sociais entre os movimentos sociais que lutam pela terra e as entidades patronais do campo.

A Política Energética Brasileira em consonância com o Protocolo de Quioto: um estudo de caso da construção e dos resultados do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia – PROINFA

Tadeu Rocha

O artigo contempla a análise da construção da Política Energética no Brasil e sua interface com os princípios do Protocolo de Quioto estabelecido pela Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas – CQNUMC. O Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia – PROINFA, criado pela Lei 10.438/2002, configura-se no cerne da pesquisa. O exame da pertinência e dos resultados do programa exige uma análise prioritária e antecedente sobre os mecanismos de construção da Política Energética no Brasil, o grau de encadeamento com as diretrizes dos acordos internacionais de que o Brasil é signatário e a reflexão sobre os instrumentos para viabilizar a inserção das fontes renováveis (energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas e geração a partir do bagaço de cana) na matriz elétrica brasileira. Neste contexto, merecem destaque a acoplagem entre a Política Energética e a Política Industrial para a instalação de fornecedores de aerogeradores e equipamentos hidromecânicos no país, a criação de condições de financiamento de longo prazo para os empreendimentos (envolvendo os recursos do BNDES e a compra de energia pela Eletrobrás), além da superação de diversas barreiras a entrada. A aderência e concomitância entre os instrumentos do PROINFA e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, estabelecido pelo Protocolo de Quioto, permitiram a rápida expansão das fontes

renováveis de energia no Brasil nos últimos anos. Os resultados do programa serão analisados de forma pormenorizada. Por fim, a pesquisa utiliza diversos elementos do campo da Ciência Política, tais como a atuação dos policy makers no setor energético, prerrogativas para proteção à indústria nascente de energia eólica no Brasil, a transferência de tecnologia e a atuação do Estado Brasileiro na construção de uma matriz elétrica de baixo carbono.

Mesa - Novas e antigas questões: inovação e modernização II

Programa Bolsa-Família e Projeto Cururu: analisando os efeitos das condicionalidades desse Programa para essas famílias

Carla Marília

Este texto disserta sobre os efeitos das Condicionalidades Saúde e Educação do Programa Bolsa Família. Para sua construção foram realizadas inicialmente pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A partir da leitura de textos referentes aos Programas de Transferência de Renda no Brasil e assuntos afins foi realizada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental ocorreu mediante a sistematização das fichas de cadastro de crianças e adolescentes do Projeto Cururu. Conforme as incidências das fichas foram selecionadas 10% das famílias para serem entrevistadas em suas residências. O Projeto Cururu foi criado em 2002, ele oferece aulas de música e dança para crianças e adolescentes do bairro da Cremação e proximidades na cidade de Belém, no estado do Pará. A pesquisa de campo iniciou-se com entrevistas semiestruturadas aos responsáveis por essas crianças e adolescentes do Projeto Cururu. Com a reunião e análise dessas pesquisas foi construído esse texto. O artigo aborda inicialmente sobre as ideias iniciais para a construção da pesquisa, logo após fala dos Programas de Transferência de Renda no Brasil. Em seguida ele apresenta o Programa Bolsa Família como ponto de reflexão a ser ligado com os efeitos das condicionalidades do Programa para 10% dos beneficiários procedentes do Projeto Cururu. As análises desse estudo expõe que ainda há indagações por parte de alguns beneficiários a respeito do Programa Bolsa Família, considerando que apenas uma das pessoas entrevistadas tinha conhecimento a respeito da obrigatoriedade do cumprimento das Condicionalidades para receber o benefício do Programa.

Vereadores eleitos deputados estaduais no RS nas eleições 2002, 2006 e 2010: uma análise de carreiras políticas

Rafael Nachtigall

O presente artigo pretende trabalhar a condição de vereador para a continuidade da carreira política no Brasil. Para tal, serão pesquisados os vereadores que conseguiram aproveitar-se, primariamente de seu reduto eleitoral, para conquistar a cadeira de deputado estadual nos pleitos de 2002, 2006 e 2010. Os estudos de carreiras políticas são bastante recentes no Brasil. Exatamente por ser um campo que apenas recentemente despertou interesse nos acadêmicos brasileiros, torna-se importante identificar como as carreiras políticas se estruturam no Brasil (MIGUEL, 2003; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; MADEIRA, 2004; BOURDOUKAN, 2006; MADEIRA, 2008). Nessa literatura identificar trajetórias políticas torna-se relevante, uma vez que é uma forma de revelar qual a experiência política adquirida nos cargos anteriores e o grau de treinamento político dos candidatos (MARENCO, 2000; SANTANA, 2008). Utilizar dados que revelem os partidos aos quais esses políticos pertenceram, os cargos a que concorreram anteriormente e os municípios onde fizeram carreira política podem fornecer uma indicação das pretensões desses candidatos na disputa eleitoral. A preocupação com essa temática surgiu da constatação de que a literatura que se compromete a analisar a hierarquia da carreira política no Brasil tende a reconhecer a existência de uma “estrutura da carreira política” (MIGUEL, 2003, p.116), ainda que ela não seja rígida, pela presença de vários outros fatores em jogo. Mesmo que não se tenha um acordo sobre a forma como as carreiras políticas estruturam-se no Brasil, é consenso que a base dessa carreira se dá com o cargo de vereador, cuja posição é tratada como “grau zero” (NOLL e LEAL, 2008), ou posição eletiva de menor prestígio político (MIGUEL, 2003), de menor expressão (BARRETO, 2008) ou o mais baixo na ordem de relevância política dos cargos eleitorais existentes (MALUF, 2006). Noll e Leal (2008, p.9) constata que “o cargo de vereador é visto muitas vezes como uma espécie de porta de entrada para o mundo da política, cada vez mais profissionalizado”. Dessa forma, o cargo de Vereador tem duas características principais, se de um lado pode ser um trunfo a mais, uma vez que oferece ao político um padrão de carreira hierarquizada (MIGUEL, 2003) e um treinamento para a vida política, de outro lado, o

cargo é dotado de certa estática, exatamente pelo fato de que essa carreira tem que ser mais bem trabalhada, dependendo do talento para conquistar novos apoios e conquistar a atenção das lideranças partidárias para avançar na carreira (MARENCO, 2000). Ainda inserido nos estudos de carreira política, existe a corrente que defende que os atores políticos são dotados de ambição, ou seja, os atores políticos estão sempre buscando avançar na carreira concorrendo a cargos de maior expressão, é essa ambição que molda o comportamento dos atores (BOURDOUKAN, 2006; BOTTERO e RENNO, 2007; SANTANA, 2008). Dessa forma, combinando essas perspectivas, a hipótese do trabalho é a de que se evidenciaria um cenário no qual os vereadores, principalmente aqueles com carreira em grandes cidades, teriam como perspectiva de avanço na carreira a candidatura a deputado estadual. Tendo em vista essas diferentes observações, torna-se importante saber quais foram os vereadores em exercício que se elegeram deputados estaduais. O trabalho partirá da hipótese de que os vereadores em exercício que se candidatam a deputado estadual pertencem a grandes municípios, com os maiores colégios eleitorais do estado. Isso porque a literatura de carreiras políticas tende a reconhecer que, entre outros fatores, o tamanho do município onde o candidato fez carreira política é característica importante para o sucesso eleitoral (BARRETO, 2008; MALUF, 2006; LEONI, PEREIRA E RENNÓ, 2003 e BOLOGNESI E TRIBESS, 2009). A primeira parte da pesquisa consistirá em identificar entre os deputados estaduais eleitos aqueles que eram vereadores em seus municípios. Esse processo será feito em duas etapas: em primeiro lugar tratou-se de verificar entre os deputados estaduais eleitos, quais declararam como ocupação “vereador” nos registros do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (www.tse.gov.br) nas eleições de 2010; em segundo lugar, para cobrir o caso de deputados que mesmo titulares da cadeira de vereador em seu município não declaram esta como sua ocupação, foi necessário fazer uma investigação deputado por deputado para concluir quais eram vereador. Após a definição dos deputados a serem estudados, fez-se a leitura dos resultados eleitorais encontrados no sítio do Tribunal Regional Eleitoral - Rio Grande do Sul (TRE-RS) (www.tre-rs.gov.br), os quais serão separados quanto ao total de votos, total de votos dentro do município de vereança, percentual dos seus votos dentro do município e a posição dentro do município. Após essa etapa, os deputados serão analisados conforme a cidade onde exerceram a vereança, o partido político ao qual pertenceram e a importância do município em termos de votos, dentro do estado.

Tendências Contemporâneas de Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas: o papel das ONG's nos Arranjos Produtivos Locais

Rodrigo Nippes

Esse trabalho busca analisar um novo fenômeno presente atualmente no cenário econômico-político, denominado Arranjos Produtivos Locais (APL's), que arregimenta agentes econômicos competitivos em bases cooperativas, com vistas a que se mantenham no mercados de trocas face aos desafios da economia globalizada. Tendo em vista que a maioria dos APL's se constituem a partir da interveniência de organizações não governamentais (ONG's), desencadeando novas políticas públicas e formas de gestão, procura-se tratar deste tema e fazer uma leitura política dos mesmos. Parte-se da consideração de que, a partir do fim dos anos 80 e início de 1990 instauram-se novos tipos de ordenamentos nas relações entre Estado, mercado e sociedade no Brasil, pelos quais questiona-se a excessiva gama de funções do Estado e seu papel centralizador, ao mesmo tempo em que dele se requer uma ampliação da esfera pública. Deste paradoxo, nascem e se ampliam novos formatos de participação política, bem como as agregações produtivas de que tratamos na presente dissertação. Composto-se à base de relações cooperativas e de reciprocidade, como também de competição, os APL's apontam estratégias econômicas novas, constroem parcerias com o Estado e outras fontes de fomento, bem como são capazes de induzir o Estado na proposição de novas políticas públicas e de novas modalidades de gestão.

Processo de institucionalização da Atividade de Inteligência no Brasil: alguns desafios à constituição de um Estado Democrático de Direito

Sérgio Gonçalves

Esta pesquisa analisa alguns dos desafios que envolvem a institucionalização da Atividade de Inteligência (AI) no Brasil, no contexto de democratização do Estado brasileiro, focando a criação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a partir de 1999, no âmbito do poder executivo federal. Para tal análise, considera-se parte dos debates que se estruturaram em torno desse processo e de seu controle por parte da Comissão Mista de Controle das Atividades de

Inteligência (CCAI), do poder legislativo. Somam-se a estes materiais, uma análise de parte da política de recrutamento e formação de recursos humanos da Abin, analisados sob a ótica dos concursos públicos realizados e das atividades sua escola de governo, a Escola de Inteligência (Esint). Ainda em termos empíricos, avaliaram-se algumas das contribuições ao debate atual sobre a AI no Brasil, presentes na mídia especializada. Os referenciais teóricos desta pesquisa partem de uma revisão das principais contribuições científicas brasileiras à temática da institucionalização da AI no país. As conclusões desta pesquisa apontam para alguns dos desafios ao processo de democratização do Estado brasileiro, tendo-se em vista o contexto internacional e a necessidade de institucionalização da AI no país. Nesse sentido, é importante considerar as atribuições e competências legais da AI no Brasil, tendo-se em vista o resguardo das garantias constitucionais que alicerçam a construção da democracia brasileira, desde que há um paradoxo estrutural entre as atividades sigilosas de Estado e a liberdade das pessoas e organizações. A ausência de um intenso debate público em torno da institucionalização da AI no Brasil aponta para certo desinteresse da sociedade civil, e mesmo de setores específicos do governo, em relação à temática da segurança institucional, por vezes alimentando estigmas relativos a AI no âmbito do Estado brasileiro contemporâneo.

Um oratório como proposta de política pública

Vicente Wagner

O presente trabalho visa mostrar a atividade recreativa pastoral que os salesianos desenvolvem todos os domingos à tarde no bairro da Pedreira chamado “Oratório Salesiano” como proposta preliminar de políticas públicas de como uma possibilidade de diminuição da violência urbana. Discutindo o conceito de políticas públicas como um cálculo que precede, preside ação, e que avalie as ações em vista de todos os cidadãos que pagam impostos, e que querem saber a respeito de como o seu dinheiro está sendo investido. O estudo foi conduzido considerando duas partes importantes da metodologia: a primeira corresponde a leituras bibliográficas sobre políticas públicas, educação, adolescência, lazer, e o conceito de oratório; a segunda parte diz a respeito ao levantamento de dados da frequência das pessoas que participam das atividades do Oratório nos domingos à tarde, e coletar uma amostra da média dos participantes para saber o perfil socioeconômico dos frequentadores do Oratório do segundo semestre de 2005 e do primeiro semestre de 2008. Contatou-se que a maioria dos frequentadores do Oratório tanto de 2005 como de 2008 é do sexo masculino tem uma média de idade entre os 13 anos mora no bairro da Pedreira, e a principal motivação de vir para o Oratório é os jogos que tem no ambiente, e os amigos que encontram. Assim, o Oratório funcionando desde origem da Escola Salesiana do Trabalho mais de quatro décadas atendendo uma média de 200 jovens por domingo pode ser considerada uma proposta preliminar de políticas públicas de lazer, e educação, pois não é somente um espaço de aglomerar gente, mas um espaço de acolhida e socialização.

Atuação Política do Ministério Público do Estado do Pará nas políticas públicas de saúde: Região Metropolitana de Belém (2007-2010)

Marla Mesquita

A instituição Ministério Público-MP a partir da Carta Constitucional de 1988, assumiu a prerrogativa de defesa da efetividade de direitos da sociedade, passando a confrontar, inclusive, o próprio Estado. A Ação Civil Pública é o instrumento judicial para promover a defesa dos direitos da coletividade, apesar de existirem outros legitimados a propor tal ação, é o MP que acaba por assumir em primazia a defesa desses direitos. Nessa sistemática ampla das instituições de Justiça, o MP torna se o impulsor da judicialização e de politização do sistema judicial. A condição de tutor dos cidadãos assumida pelo MP pode se explicar não somente pela institucionalização de suas novas funções, como também, pelo posicionamento ativo de seus integrantes, diante dos desafios de redução de desigualdades sociais e ampliação da cidadania. Esse ativismo político visa vencer a hipossuficiência da maior parte da população que não tem acesso aos direitos fundamentais garantidos, porém não efetivados por políticas públicas. Este artigo apresenta o resultado da pesquisa de extensão do Observatório do Judiciário na Amazônia – UFPA sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Pará na proposição de ações coletivas em matéria de saúde no período de 2007 a 2010, avaliando o quantitativo e as consequências políticas, como os empecilhos criados por essa atuação para a governança dos municípios da região metropolitana de Belém em políticas públicas de saúde. A pesquisa buscou ponderar sobre o ativismo político do Parquet

levando consideração as relações de poder e as influências no comportamento decisório sobre a implementação de políticas públicas de saúde.

Mesa - Análises do Sul: Hegemonia, Cooperação e Segurança

Subimperialismo: história e perspectivas

Andrei Chikhani

A última década consolidou a posição do Brasil como principal economia latino-americana, o país tropical – tendo como alavanca propulsora, principalmente, a exploração de sua vasta reserva de recursos naturais – se destaca como potencia regional e tenta garantir sua influência na América do Sul. É o quarto maior credor dos EUA e suas multinacionais se expandem continente adentro, algumas figuram entre as maiores empresas do capitalismo contemporâneo. Uma nova burguesia brasileira se consolida no mercado internacional, para além das mercadorias, as multinacionais tupiniquins passam a exportar também capital – com investimentos diretos – expandindo-se continente afora. Expansão esta que fez crescer o número de conflitos de nossa burguesia com os países vizinhos. As exportações do país cresceram 200% entre 2003 e 2008 e no triênio de 2006 a 2008 nossas empresas investiram mais na mercado internacional do que ele em nós; somado a isso, alguns fatos como: ações de “treinamento” militar em nossas fronteiras, o comando de tropas no Haiti, a busca por uma cadeira no conselho de segurança da ONU e algumas divergências comerciais com os EUA formam um caldo de cultura que nos remete ao conceito de subimperialismo desenvolvido por Ruy Mauro Marini. O presente trabalho busca analisar este caldo de cultura e até que ponto o conceito de subimperialismo de Marini nos ajuda a compreender este processo. Faremos uma discussão teórica acerca do subimperialismo recorrendo ao tribunal de apelação da história (THOMPSON, 1978) recente para verificar se há vigência do conceito. O presente trabalho não visa, de forma alguma, encerrar a discussão a respeito do tema, apenas o início de futuras pesquisas.

A cooperação internacional para o desenvolvimento nas relações sul-sul do Brasil

Ariane Saraiva

O Brasil vem implementando projetos de cooperação com países em desenvolvimento, a partir da demanda destes países, localizados na América Latina, África e Ásia. Este artigo tem por objetivo investigar o sentido dado pela política externa brasileira ao estabelecimento de iniciativas de cooperação internacional no marco das relações sul-sul e ainda, promover maior conhecimento a respeito da temática na qual o objeto de estudo se insere, ou seja, o da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). A investigação se faz sob a pergunta de como a promoção e coordenação de projetos de cooperação com vias para o desenvolvimento se inserem nos interesses nacionais. A hipótese repousa no fato de que esse mecanismo baseado na solidariedade tem capacidade de gerar um efeito spill over (de transbordamento) de produzir uma imagem internacional positiva de prestígio e confiança, servindo de apoio às aspirações de reconhecimento e influência no âmbito regional e também multilateral. A partir da utilização de dados e estudos, parte deles disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ipea, entre outras fontes, toma-se como parâmetros para o estudo a cooperação estabelecidas nos PALOP, identificando-se áreas e agentes dos projetos. Também são utilizados os discursos oficiais e questionamentos levantados por autores e veículos internacionais. Justifica-se o estudo por esta pelo fato de a CID ser ainda pouco debatida como instrumento de política externa, embora atual e relevante. Espera-se verificar que com ela o Brasil pode alcançar, no longo prazo, um nível de relacionamento qualitativamente mais eficiente e benéfico, principalmente se mantidos critérios como transparência.

Unasul e a Integração de Defesa Sul-Americana

Mara de Oliveira

A América do Sul tem vivido em paz por um longo tempo, tendo os Estados Unidos como um “fiador protagonista”. A última grande guerra entre Estados da região ocorreu ainda no século XIX e envolveu o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e o Brasil na luta pela hegemonia regional. Desde então não houve guerras totais entre os países sul-americanos, o que gerou alidade um contraste interessante: enquanto tais países administram sua Política Externa de modo a manter certa estabilidade em suas relações

internacionais, há em seu ambiente doméstico um alto grau de instabilidade política e de violência social. Além disto, as “novas ameaças”, que são um dos problemas mais relevantes no cenário internacional por apresentarem alta capacidade de desestabilização social e fragilização das instituições políticas estatais, se encontram bem presentes nos Estados sul-americanos. Uma das possíveis soluções para estes desafios é a cooperação entre os países da região na área política e de defesa. Deste modo, propõe-se estudar neste artigo a integração regional sob a égide da UNASUL, verificando os principais desafios enfrentados atualmente pelos Estados sul-americanos em relação à cooperação para a defesa.

Hidropolítica e Segurança no contexto do Complexo Regional de Segurança do Cone Sul: o caso da Bacia do Prata (1966-1992)

Fabio Queiroz

Em várias regiões do mundo os múltiplos usos de águas compartilhadas apresentam-se como um componente importante no jogo de poder regional. Esta situação explica porque a gestão de recursos hídricos encontra-se vinculada à preocupações de ordem estratégica ou outras questões de alta política em muitos destes casos. Mas, em que intensidade? Em busca de respostas para essa questão, o presente estudo analisa o caso da América do Sul, uma região que ostenta em seus domínios alguns dos sistemas hidrográficos mais relevantes do planeta, dentre os quais a Bacia Platina. A fim de verificar as implicações dos usos dos recursos desta bacia hidrográfica para a segurança regional, esta proposta investigativa emprega a estrutura teórica desenvolvida pela chamada Escola de Copenhague usando, para tal, conceitos como securitização, atores securitizadores, objetos de referência e Complexos Regionais de Segurança (CRS). Usa-se, também, a ideia dos Complexos Hidropolíticos, originalmente desenvolvida por Michael Schulz como uma forma distinta de CRS aplicável em áreas onde as questões relacionadas aos recursos hídricos destacam-se como uma característica proeminente nas relações internacionais dos atores que a integram. Ao aplicar este quadro teórico, a pesquisa apresenta, como resultado, o papel das ideias compartilhadas como guia para a agência de importantes atores em relação às dinâmicas hidropolíticas. Essa metodologia também permitiu verificar a disposição das unidades e subunidades de análise, os padrões de amizade e inimizade entre os Estados ribeirinhos e as medidas de emergência tomadas por esses atores para lidar com os problemas identificados. Como resultado, as inferências observadas demonstraram a existência de um Complexo Hidropolítico na Bacia do Prata, um arranjo estrutural que prevaleceu até 1979 quando então, imediatamente após a resolução do problema Corpus-Itaipu, houve a linear e progressiva dessecuritização de um tema notadamente sensível nas relações internacionais dos cinco ribeirinhos - Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia - fruto da superação de constrangimentos decorrentes de um longo período de antagonismos e desconfianças mútuas.

Poder e Estratégia do Chile no Pós-Guerra Fria

Luiz Monteiro

A referida proposta de artigo para o Seminário do PPGCP da UFF tem como tema os esforços chilenos visando a obtenção de segurança tendo em vista a conjuntura política e estratégica do Pós-Guerra Fria. Esses esforços chilenos serão analisados vislumbrando-se a definição do caráter qualitativo das políticas de segurança internacional e defesa do Chile, as quais se limitam idealmente pelo espectro cujos extremos são a cooperação internacional e a competição. O desenvolvimento do trabalho se dará em duas vertentes. Primeiramente será definido conceitos importantes para a análise do objeto de estudo (o Estado chileno) tais como segurança, defesa, dissuasão, competição e cooperação. Tais conceitos são chave para um entendimento tanto de como se enxerga o Chile de fora como o próprio Estado se percebe no cenário internacional. Após tal esforço, o artigo buscará analisar o Estado chileno através de suas múltiplas estratégias de segurança no âmbito sub-sistêmico, qual seja o da América do Sul e também no que concerne a segurança chilena no sistema internacional como um todo, tendo por enfoque os seguintes pontos: - A percepção de ameaças vistas pelo Chile e, uma vez percebidas, - 1) As respostas a estas no sentido estritamente militar (dissuasão, defesa, aquisição de armamentos, produção de estratégias e doutrinas) - 2) As respostas a estas no sentido de cooperação (criação de medidas de fomento em segurança, acordos bilaterais e multilaterais, adesão a Tratados, participação em foros internacionais etc.).

A Minustah: Uma análise estratégica da Missão de Paz no Haiti

João Arthur Reis

Em 2004 a resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou o lançamento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a Minustah. Desde então, tropas internacionais sob a liderança do Brasil tem buscado garantir a estabilidade política e garantir eleições democráticas para o país caribenho. Porém, uma série de fatores - os terremotos de janeiro de 2010 e a posterior crise de cólera - tem dificultado esse processo e mergulhado o país em uma situação de maior instabilidade e insegurança. Além disso, a própria missão da ONU tem sido alvo de críticas da parte da população civil, que passou a vê-la como uma ocupação estrangeira. Frente a isso, o governo brasileiro considera agora uma retirada gradual das forças de intervenção da missão de paz por parte do Brasil e dos outros membros da Unasul. O artigo busca compreender as razões da atual conjuntura do Haiti, analisando a conturbada história da nação e fazendo uma análise mais profunda dos elementos envolvidos no processo de estabelecimento intervenção humanitária. Para tanto, se faz uma análise qualitativa e quantitativa do contingente militar da missão de paz e dos propósitos desta, utilizando-se de teorias de estudos estratégicos. Através disso, analisar-se-á se os objetivos da missão foram de fato alcançados, verificando a legitimidade da retirada das tropas.

Os princípios da democracia, da cidadania e da defesa dos direitos humanos como fundamentos para a análise do Mercosul e da Unasul

Sergio Santanna

Este trabalho acadêmico objetiva aprofundar os marcos teóricos e jurídico-institucionais que demonstram o compromisso dos países componentes do processo de integração sul-americano, em particular o Mercosul e a Unasul, com os princípios da democracia, da cidadania e da defesa dos direitos humanos. A análise destes processos de integração permitirá compreender a importância da democracia como fundamento para a integração e o efetivo compromisso institucional com o Estado Democrático de Direito. Pretende-se abordar pontos relevantes e relativo ao processo histórico do nascimento daqueles processos de integração até a presente data, enfocando aspectos de natureza histórica, política, social, econômica, jurídica e cultural, e, sobretudo, os marcos institucionais relativos ao tema em análise, permitindo aprofundar e compreender o processo de evolução das temáticas em estudo, bem como as perspectivas de avanço no campo da institucionalização. O respeito aos compromissos democráticos, ao avanço da cidadania e à efetivação dos direitos humanos tende a refletir a importância dos governos com os respectivos temas enquanto política de Estado no campo da efetivação da democracia e no avanço e no compromisso com os direitos sociais. Em conclusão, pretende-se estudar se o contexto atual tem demonstrado a importância de aprofundamento dos marcos teóricos e das políticas públicas em benefício do cidadão sul-americano, objetivando o avanço da cidadania, dos direitos humanos e sociais fundamentais.

A política externa do governo Lula e a internacionalização das empresas brasileiras na América do Sul

Tais Ristoff

A convergência da política interna do governo Lula – com um modelo de desenvolvimento baseado no fortalecimento do mercado interno com estabilidade macroeconômica – com a política externa – agressiva e independente, colocada a serviço do desenvolvimento nacional – e com um sistema internacional passando por profundas transformações e avançando na tendência a uma multipolarização com a perda de poder relativo dos Estados Unidos, propiciou um aumento da expressão do país no mundo e da sua importância nas grandes decisões na política internacional. De acordo com a definição de Amado Cervo, no paradigma logístico o Estado, além de assumir a responsabilidade pela estabilidade econômica, apoia os “interesses nacionais diversificados”, como o dos empresários que passaram a receber amplo apoio logístico, diplomático e financeiro para o processo de internacionalização das empresas nacionais, ampliando sua presença no mercado internacional. Dentro deste contexto, a integração regional, é fundamental para a reconfiguração da estrutura de poder mundial. A América do Sul e, sobretudo, o

Mercosul, com quem se tem buscado desenvolver conjuntamente estratégias de desenvolvimento nacional de longo prazo, são grandes opções estratégicas nesse processo contínuo e crescente da internacionalização das empresas brasileiras com apoio expressivo e crescente do BNDES, que teve sua função histórica resgatada pelo governo Lula e se transformou em importante instrumento de política externa. Procura-se, assim, no presente trabalho, ressaltar a importância dos investimentos externos brasileiros para uma redefinição do papel do Brasil no mundo, principalmente na América do Sul, questão que está diretamente vinculada à construção de meios de poder.

A Cooperação Sul-Sul na agenda diplomática brasileira: explorando suas dimensões técnica e científica e tecnológica

Lana Bauab

Embora atualmente muito se discuta a respeito do assunto, a Cooperação Sul-Sul (CSS) – também conhecida como cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) ou cooperação horizontal – não é uma inovação na política externa brasileira. Desde a década de 70, o país se inseriu no marco da CSS, posicionando-se como prestador de cooperação para diversos países em desenvolvimento. Com o passar dos anos, a CSS brasileira evoluiu significativamente, não apenas em termos de números de projetos implementados e na quantidade de parceiros nacionais envolvidos na prestação da cooperação junto ao Governo brasileiro, como na construção de instituições nacionais que permitissem ao país compartilhar suas experiências exitosas a nível nacional com uma ampla gama de países do Sul. A chegada de Lula à presidência, ao reforçar a ênfase conferida ao eixo Sul-Sul na política externa nacional, propiciou, com efeito, uma maior visibilidade das iniciativas de CSS carreadas pelo país. Seu governo ampliou o engajamento brasileiro nas relações com países em desenvolvimento, dando continuidade e intensificando inúmeras atividades de cooperação, resultando, ademais, no envolvimento de inúmeros parceiros nacionais na implementação dos projetos. Levando em consideração a eleição do eixo Sul-Sul como uma prioridade na agenda diplomática brasileira e a intensificação das práticas de cooperação com inúmeros países em desenvolvimento, o presente artigo objetiva apresentar a evolução da CSS na agenda da política externa nacional e evidenciar, por meio de dois breves estudos de caso, a CSS em sua dimensão técnica e científica e tecnológica. A CSS em seu viés técnico é ilustrada a partir da cooperação brasileira realizada com Angola no âmbito da formação profissional. Já a CSS em seu viés científico e tecnológico é evidenciada tomando como exemplo a cooperação sino-brasileira na área de satélites.

Mesa - Novas agendas: Segurança Cibernética e a Esfera Digital

Mídia e Relações Internacionais: implicações da mídia digital nas relações entre os Estados

Beatriz Thomaz

Com o avanço tecnológico da internet nos últimos anos, essa ferramenta tem se tornado cada vez mais importante nas relações entre os Estados, agindo tanto contra quanto a favor dos mesmos. O advento e a popularização da internet acarretaram em um aumento da velocidade e da disponibilidade da informação, que por sua vez trouxe diversas consequências sociais e políticas. Dessa forma, o presente artigo tem como proposta fazer uma breve análise sobre as implicações da mídia digital nas relações internacionais, principalmente em termos de segurança. Inicialmente, será feita uma reflexão acerca do impacto geral que os meios de comunicação podem exercer nas relações internacionais. Em seguida, serão enfocados alguns casos recentes que ilustram os usos e consequências da mídia digital por parte dos Estados, como, por exemplo, o uso da internet por parte de governantes ou outras figuras importantes para veicular ideias e obter a atenção da opinião pública nacional ou internacional para algum tema ou questão; o caso do vazamento de dados confidenciais do governo americano através do site wikileaks; ou ainda o uso da internet por parte de alguns cidadãos árabes durante os acontecimentos da denominada “primavera árabe” para veicular ações consideradas violentas e ilegítimas perpetradas por seus respectivos governos, vistos como autoritários.

Guerreiro Albino? considerações sobre o perfil do soldado cibernético

Oscar Filho/André Machado/Walfredo Neto

O presente trabalho visa discutir o perfil necessário à formação e emprego de militares para a chamada “guerra cibernética”. Em termos militares, a chamada guerra cibernética faz parte de um conjunto de novas ameaças que tem se destacado nos últimos anos. Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu o tema como uma das prioridades do Exército Brasileiro. Apesar de possuir uma etimologia aparentemente clara (deriva do grego *kybernetiké*, pilotar, governar), o termo cibernética passou a referir-se, a partir dos trabalhos de matemático Norbert Wiener, em meados do século XX, ao campo do conhecimento que aborda o campo de controle e comunicação na relação entre máquinas e seres humanos. Partindo da origem e das peculiaridades do termo, buscar-se-á descrever a natureza desse novo tipo de combate que, aparentemente, sugere um novo campo de batalha para além dos tradicionais ambientes aeroespacial, marítimo e terrestre. Tendo como objetivo específico discorrer sobre o perfil do militar atuante nesse novo campo do combate, o trabalho se propõe a apresentar três alternativas que se apresentam às Forças Armadas: a) Inserir na formação de seus quadros disciplinas que capacitem todos os militares para o “combate cibernético”; b) Criar núcleos dentro de cada Força para fazer frente a esse tipo de ameaça; c) Criar uma quarta força, para além dos tradicionais Exército, Marinha e Força Aérea. Sem a pretensão de oferecer respostas, o trabalho pretende apresentar algumas soluções já adotadas por algumas forças, tanto no Brasil como no exterior. Por fim, uma breve consideração sobre o título deste trabalho. O termo albino visa chamar a atenção do leitor para a possibilidade de mutação no perfil de soldado na guerra cibernética, que provavelmente deixará de ter menos características atléticas, aproximando-se de um perfil de um “nerd”.

O Estado e o Ciberespaço: o fortalecimento dos estudos estratégicos numa sociedade em rede

Rodrigo Andrade

O presente estudo aborda a necessidade de fortalecimento da estratégia de um Estado com base no surgimento de novas tecnologias. Inserido em uma Aldeia Global (Joseph Nye), o Estado, como um dos atores das Relações Internacionais, necessita de um posicionamento no cenário global de forma que esteja incluído em uma nova vertente, a Cibercultura. Diante desse contexto atual, há a necessidade do Estado se fortalecer não somente na seara a qual já está incluso, o Sistema Internacional, mas também se adequar e fortalecer sua estrutura diante da Cibercultura e da perspectiva de Ciberespaço. Com uma abordagem centrada na teoria Neo-institucionalista -a teoria da Interdependência- onde não somente o Estado é visto como ator nas Relações Internacionais, este estudo trabalha o conceito de estratégia em uma sociedade conectada, uma sociedade em rede (Manuel Castells). Dessa forma, fomenta-se não somente a discussão acerca da formação cultural cibernética de um Estado, mas trabalha-se principalmente conceitos que mostram como essa nova seara, a digital, age no posicionamento estratégico de um país. Destarte, tais estudos estratégicos são amplamente avaliados e, desta forma, é possível analisar se há anarquia neste cenário e, na confirmação de tal premissa, se a mesma é comparável à anarquia presente no Sistema Internacional. Portanto, o conceito trabalhado nas Relações Internacionais pela teoria neo-institucionalista é o objeto ímpar deste estudo, que aliado ao conceito de estratégia, propõe-se a avaliar também o posicionamento de um Estado e a utilização que este faz do poder ideológico, o *softpower*. Com efeito, o estudo aborda como as Relações Internacionais Digitais agem de forma que um Estado se permita posicionar estrategicamente nessa sociedade em rede e até que ponto esta atuação pode se assemelhar ao seu posicionamento no espaço físico, o Sistema Internacional.

Por uma Teoria da Fronteira Cibernética

Walfredo Ferreira Neto

“Fronteira” possui um duplo viés: separa/delimita o poder (político) e inspira interpenetrações de culturas, interesses e objetivos difusos. Por isso, esse tema desperta interesse sazonal, ao longo da história humana. Através da obra “Geopolítica e Teoria de Fronteiras: fronteiras do Brasil” (1990), o General Carlos de Meira Mattos estuda o processo de fixação das fronteiras e suas implicações políticas. Segundo ele, os povos primitivos não tinham necessidade de estabelecer essa limitação por causa da ínfima e esparsa população que habitava o globo; e, durante as antigas conquistas marítimas, o sentimento de domínio do espaço foi representado pela conquista de cidades/portos e na submissão de governos locais. Dessa forma, não havia, àquelas épocas, necessidade de fixar linhas e faixas de fronteira. Contudo, tal realidade alterou-

se, sobretudo no ocidente europeu: o surgimento das monarquias absolutistas e o acréscimo populacional – acarretando pressões por territórios –, tendem a delimitar uma linha fronteiriça, caracterizando, assim, uma zona de transição entre nacionalidades. Diferentemente das fronteiras delimitadas até então (terrestre, marítima, aérea) – todas visíveis e perceptíveis, incluindo-se, de certo modo, até a espacial –, uma nova emerge: a cibernética. Sua delimitação desafia homens e Estados, devido à suas idiossincrasias, como: virtualidade, velocidade, versatilidade, flexibilidade, descentralização, autoexpansão e volatilidade. A delimitação de poder e responsabilidades no ciberespaço (ou território cibernético) torna-se uma meta que visa principalmente à garantia da segurança, da harmonia e da paz nacionais e internacionais. Assim, utilizando-se do Direito Internacional, da Estratégia Nacional de Defesa, do Livro Verde, da Convenção de Budapeste e de aspectos técnicos, este trabalho analisa a fronteira cibernética enquanto território desafiador à tomada de decisões estratégicas para a salvaguarda da soberania nacional e da segurança internacional.

Mesa - Responsabilidade de Proteger, Operações de Paz e o Intervencionismo: Questões Teóricas e Empíricas

A Minustah: Uma análise estratégica da Missão de Paz no Haiti

Bruno Guimarães

Após o fim da Guerra Fria, aumentaram consideravelmente o número e a natureza das operações militares autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Isso se deveu ao fato de que a partir dessa época as intervenções passaram a ocorrer também em conflitos internos, caracterizando, assim, as chamadas intervenções humanitárias. Com elas, houve uma modificação doutrinária, em que conflitos puramente internos seriam também ameaças à segurança e à paz globais. Tomado isso, o artigo parte da hipótese de que se constituiu uma trajetória de realização dessas intervenções no sentido da teoria da dependência de trajetória. Basicamente, essa teoria afirma que decisões passadas limitam as decisões do presente e do futuro e que, quão mais distante da primeira decisão, mais rígida será essa limitação. Diferentes tipos de processos dependentes de trajetória são descritos — sequências reativas, feedback positivo e feedback negativo —, além de sua aplicação no contexto de instituições em geral (funcionalidade, utilidade, legitimidade e poder). Utilizando-se desse arcabouço teórico, o artigo mostra como ocorreram as intervenções humanitárias de 1991 até os dias de hoje, evidenciando como teria sido a trajetória construída. Por conseguinte, faz-se uma análise mais profunda da realização da intervenção humanitária na Líbia e da inação quanto à Síria em 2011 e os efeitos que a trajetória teria sobre eles. Então se conclui que existe de fato uma continuidade da trajetória na maneira como foram autorizadas ou não as intervenções nos recentes conflitos internos nesses dois países considerando as ações anteriores do CSNU. Percebe-se que a trajetória seguida é uma de feedback negativo cuja perpetuação a nível institucional se dá principalmente com justificativas de legitimidade. Por fim, nota-se a importância da construção da legitimidade frente à comunidade internacional e à mídia para a realização de intervenções militares humanitárias para a perpetuação de sua trajetória.

Migrantes forçados da crise humanitária na Líbia: entre a lógica da segurança e a da proteção

Diana Thomaz

A partir de fevereiro de 2011, a Líbia passou a ser palco de forte contestação popular contra o regime ditatorial de Muammar Kadhafi, o que levou à imposição de uma Zona de Exclusão Aérea, aprovada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, sob o argumento central de premente necessidade de proteção dos civis líbios. Apesar dessa iniciativa da sociedade internacional e do enfraquecimento progressivo das forças pró-Kadhafi desde então, o quadro de crise política nacional ainda está em vigor, o que se desdobra em consequências humanitárias cada vez mais graves. Reconhecendo que tais consequências são múltiplas, o presente trabalho focará sua atenção em como o atual cenário de conflito na Líbia impacta nos padrões migratórios da região. A partir dessa análise, procuraremos interpretar as respostas internacionais a esse quadro de deslocamentos segundo os marcos de duas orientações teóricas de Relações Internacionais (RI). Basicamente, buscaremos ressaltar como as pessoas que tentam fugir da crise humanitária na Líbia são simultânea e dicotomicamente vistas como fatores de ameaça e como indivíduos que necessitam de proteção. Assim, por um lado, observa-se uma postura bastante temerosa por parte da União Européia com relação a possíveis grandes fluxos de

migrantes e refugiados advindos da crise líbia. Esse tipo de reação, que vê os migrantes como um fator de ameaça à segurança, será interpretada a partir do conceito de Securitização, desenvolvido por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde. Por outro lado, vislumbram-se esforços de atores como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no sentido de dirigir a atenção internacional para a necessidade de proteção e acolhimento desses migrantes forçados, cuja situação é enquadrada, assim, dentro do campo humanitário e dos Direitos Humanos. Esse ponto de vista será considerado, por sua vez, à luz do corrente liberal da teoria das RI, através de um resgate do princípio de Hospitalidade Universal advogado por Immanuel Kant e da ênfase na existência de um regime internacional para os refugiados, nos moldes do pensamento formulado por Robert Keohane e Joseph Nye.

O Combate ao Terrorismo Internacional no Centro e Sul da Ásia: entre o intervencionismo estrangeiro e a institucionalização regional

Edson Neves/Larlecianne Piccoli

O Artigo propõe analisar como o combate ao terrorismo no Centro e Sul da Ásia vem alterando seu perfil ao longo dos últimos anos. A intervenção direta no sul da Ásia, no Afeganistão, já em fins de 2001, e as incursões nas áreas tribais afegão-paquistanesas, não são os únicos exemplos de ações contra organizações extremistas na região. Tem assumido papel destacado nesta tarefa as grandes potências do entorno, como Rússia, China e Índia, em uma estratégia resultante de duas realidades. Primeiro, a incapacidade de Washington em manter sua campanha militar, em razão dos elevados custos da guerra e da crise econômica interna. E segundo, a regionalização e a institucionalização do combate ao terrorismo. Esta última pode ser evidenciada em uma série de acordos e criação de organismos intergovernamentais, como a OCX - Organização para Cooperação de Xangai. Em linhas gerais, dois projetos potencialmente concorrentes estão em desenvolvimento. O do intervencionismo estadunidense, que já demonstrou suas limitações e acena com a possibilidade de extinção com a retirada das tropas da OTAN, prevista para 2014. E o da institucionalização regional, comandada por Rússia, China e Índia, que tem uma concepção ampliada do radicalismo islamista, irrestrito ao Afeganistão, mas estendido aos grupos radicais centro-asiáticos, aos do oeste chinês (uigures de Xinjiang), e aos do norte do subcontinente indiano. Ainda outra diferença fundamental entre estes dois tipos de ação pode ser constatada. Enquanto a presença dos EUA foi marcada nestes últimos pela aplicação da força contra os talibãs, sem muito de estratégia envolvida, a atuação coordenada regional dos membros da OCX tem por meta, além da repressão concentrada, o desenvolvimento econômico do conjunto de países afetados pelo terrorismo, que inclui um projeto de infraestrutura e capacitação industrial e comercial.

Modelos de Cooperação Civil-Militar em Operações de Paz: entre Huntington e a versão humanitária expandida

Fernando Brancoli

O presente artigo tem como objetivo assinalar os modelos de cooperação civil-militar em Operações de Paz no Pós-Guerra Fria, sobretudo os derivados de características apontadas na obra de Samuel Huntington, especialmente a seminal “O Soldado e o Estado”, e o chamado “Modelo expandido”, defendido pelas Agências Humanitárias. As relações entre civis e militares, nesses casos, são ainda notadamente marcadas pela questão do controle civil das Forças Armadas, centralmente os métodos para que o braço armado esteja subordinado ao controle político. Essa alteração traduz tais relações principalmente em termos de poder e tem como principal objetivo assegurar o controle civil das Forças Armadas, garantindo que a elite militar não tenha capacidade de conquistar o poder estatal. As consequências de tal abordagem são diversas em tais Operações, e irá se apontar, neste paper, as principais implicações políticas de tal escolha. As considerações de Huntington sobre a relação civil-militar ainda são predominantemente utilizadas, no meio acadêmico, para se avaliar as ferramentas políticas evidenciadas em momentos de transição de um governo autoritário para regimes abertos. Contudo, é importante ressaltar as consequências que tais pressupostos em um campo ainda relativamente novo, como é o caso das Missões de Paz, é extremamente permeado pelos pensamentos deste intelectual americano.

Uma análise da influência dos racionalismos na gênese da Guerra da Bósnia

Larissa Moreira

A Guerra da Bósnia, ocorrida entre 1992 e 1995, foi o maior conflito travado em solo europeu desde a II Guerra Mundial e é representativa do mais violento dos conflitos ocorridos no contexto da desagregação da antiga Federação Iugoslava. Nesse sentido, é recorrente que as análises acerca da conjuntura que levou ao conflito atribuam aos eventos ocorridos na Bósnia um caráter nacionalista. De acordo com essa visão, a verve nacionalista seria a responsável por levar o país ao conflito, na medida em que teria oposto os grupos étnicos do país – supostamente eivados de ódios primitivos irremediáveis - e tais grupos à guerra. Dessa forma, o presente artigo busca analisar a validade desse argumento, a partir de uma análise lastreada em autorizado referencial teórico, acerca da real dimensão do elemento nacionalista na conformação da Guerra da Bósnia.

A herança de Kosovo: O precedente na Intervenção

Matheus Oliveira

A Guerra de Kosovo, travada em 1999 e representativa do último episódio violento do processo de desagregação da antiga Federação Iugoslava, deixou um legado que não se restringe apenas à região, mas que extrapola das fronteiras da Península Balcânica. Foi em Kosovo que, pela primeira vez, levou-se a cabo uma intervenção militar respaldada pelos novos critérios de legitimidade em torno desse tipo de ação. As intervenções no Iraque, em 2003, e, mais recentemente, na Líbia, trazem a discussão sobre intervenções armadas novamente à baila. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma discussão acerca dos efeitos da redefinição do conceito de intervenção para a defesa dos Estados, a partir do caso ocorrido em Kosovo, em 1999. Sob o manto da alegação de fornecimento de auxílio humanitário e de proteção aos direitos humanos da população civil kosovar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) interveio na região executando pela primeira vez uma prática que se tornaria corrente nos anos do primeiro decênio do século XXI: a intervenção militar em conflitos ocorridos no interior dos Estados.

Mesa - Indústria de Defesa, Geopolítica e Inserção Internacional

Governo George W. Bush: Análise Geopolítica das Guerras do Afeganistão e Iraque

André Varella

O objetivo deste artigo é realizar uma análise geopolítica das operações militares empreendidas no primeiro mandato do Governo George Walker Bush, posterior aos ataques terroristas do Onze de Setembro em 2001. Entendemos que as estratégias adotadas nesses eventos foram resultantes do documento Orientação de Planejamento de Defesa, produzido pelo Pentágono em 1992, logo após o fim da Guerra Fria. A hipótese que procuramos defender é a de que as formulações geopolíticas que orientaram a Doutrina Truman durante a Guerra Fria estão presentes naquele documento e foram mantidas como guias para planos de ação ao longo de toda a década de 90 e utilizadas como ferramentas analíticas na grande estratégia do Governo George Walker Bush. Para demonstrar essa hipótese, realizamos primeiramente o resgate do pensamento geopolítico de Halford J. Mackinder e Nicholas J. Spykman, em seguida fizemos as conexões das ideias estratégicas existentes em vários documentos que estavam vigentes na década de 90; e, por fim, verificamos como essas ideias puderam ser implementadas nas Operações Liberdade Infinita, na Guerra do Afeganistão, em 2001; e Operação Iraque Livre, na Guerra do Iraque, em 2003.

Rússia e a Rosoboronexport: A nova estrutura da Indústria de Defesa

Antonio Henrique Lucena Silva

Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e a União Soviética eram os principais exportadores de armas no mundo. Com o fim da bipolaridade, a exportação de artefato bélico russo entrou em forte declínio. Com a ascensão de Mikhail Gorbachev, essa questão passou a mudar. Gorbachev estava preocupado com o tamanho da participação da defesa no PIB soviético porque havia um prejuízo inerente ao tentar fazer o

resto da economia funcionar, além de retardar a melhoria na qualidade de vida da população. A década de 1990 pode ser considerada como a “década perdida” da indústria de defesa russa, porque países que antes adquiriam armas da União Soviética passaram a adquirir armas dos Estados Unidos. Com início do governo de Vladimir Putin, a Rússia criou um consórcio para a exportação denominado Rosoboronexport. Essa organização institucional serve para facilitar a transferência de armas da Rússia para outros países. Putin possuiu como estratégia melhorar, quantitativamente e qualitativamente, as transferências de internacionais de material de defesa russo. Nesse sentido, uma nova estrutura organizacional se fez necessário. A Rosoboronexport é uma instituição centralizada. Esse artigo tem como objetivo analisar o processo dessa nova estrutura da indústria de defesa russa. A indústria de defesa é considerada, tanto por Putin, como na administração Medvedev, um dos pilares estratégicos da nova economia. Para analisar essa questão, o artigo está dividido da seguinte forma: Na primeira seção, abordamos, de forma breve, a estrutura do Oboronnyi-promyshennyi kompleks até a década de 1980. Na segunda seção, mostraremos como a nova estrutura reflete uma visão stalinista da indústria de defesa. Na terceira seção relacionamos essa nova estrutura com o orçamento e gastos de defesa da Rússia. Nas considerações finais, colocamos os principais achados do trabalho.

O Brasil e a Liga das Nações

Clarissa Gomes Gotelipe Campos

Este artigo busca mostrar, de maneira preliminar, o discurso do Brasil potência e a atuação brasileira na Liga das Nações entre os anos 1920 e 1926. Procura-se revelar a estratégia elaborada pelo Brasil para alcançar um assento permanente na organização e a trajetória do país na mesma. O discurso governamental, que enfatizava um papel determinante para o Brasil no concerto mundial, as práticas diplomáticas e os meios de comunicação da época são as fontes escolhidas para ilustrar e melhor examinar as ferramentas utilizadas naquele contexto. O trabalho procura ainda examinar as motivações, o percurso, os instrumentos utilizados e o resultado alcançado pelo Brasil em tal período. Por fim, busca-se observar tal caso sob a luz dos acontecimentos no interior da Liga das Nações, da Política Internacional e da situação brasileira da época. Esta pesquisa se insere nas investigações do Grupo de Estudos de Relações Internacionais, Direito e Informação (GRIDI), que aborda a constituição, por parte do Brasil, de uma identidade sul-americana, ao mesmo tempo em que tenta despontar como uma liderança regional.

Programa de Desenvolvimento de Submarinos: a Transferência de Tecnologia Estratégica e as experiências e perspectivas dos setores brasileiros de Defesa

Fernanda Côrrea

Desde a década de 1970, a Marinha do Brasil (MB) busca dotar-se de submarinos com propulsão nuclear. Porém, somente, em 7 de setembro de 2009, Brasil e França assinaram o Acordo Militar, no qual a transferência de tecnologia de construção do casco do submarino com propulsão nuclear, exceto, as partes essencialmente nucleares, foi a peça-chave para a sua conclusão. Além do casco para um submarino nuclear de ataque, outros equipamentos estratégicos de defesa, como quatro submarinos nucleares convencionais foram inclusos no Acordo. Neste trabalho, selecionaram-se quatro setores da defesa que se propuseram a conceder entrevistas relatando suas experiências e perspectivas sobre a transferência de tecnologia tanto para o Programa de Submarinos (PROSUB) quanto para a própria Defesa Nacional. A primeira a ser analisada neste texto é a empresa Aplicação de Tecnologias Críticas (Atech S.A.), a segunda é estatal Nuclebrás Equipamentos Pesados S. A. (Nuclep), a terceira é a Divisão de Mísseis Anti-Navio da MB e em quarto e último a Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN). Nos quatro setores entrevistados percebeu-se que a capacitação nacional é a premissa básica para o desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro. A MB deixou a encargo da DCNS selecionar as empresas candidatas a participar do PROSUB, porém, a aprovação dessas empresas está a encargo da MB. As duas empresas citadas já foram contratadas e, assim como a Divisão de Mísseis e a COGENS, se propuseram a conceder experiências e perspectivas sobre transferência de tecnologia estratégica. O objetivo principal deste trabalho é trazer para a comunidade acadêmica o pensamento estratégico do próprio setor brasileiro de defesa, a fim de que, por meio do debate público, novas visões estratégicas surjam, contribuindo e auxiliando a MB e o Ministério da Defesa na busca pela autonomia científica e tecnológica e na consolidação do Brasil como potência mundial.

Cáucaso: Heartland Security Energy?

Sandra Soares

Diante do crescimento vertiginoso do aparecimento dos novos atores para além dos Estados e perfis de desenvolvimento sociais na agenda internacional do Pós Guerra Fria; a mudança das relações geopolíticas e econômicas de poder do Sistema Bipolar para o uni- multilateralismo evidencia-se na indiscutível presença de temas que abarcam as conjunturas integrativas desta nova agenda, como pressupostos definidores de políticas e de segurança, no que concerne em garantir um ambiente favorável a sustentação do equilíbrio no Sistema Internacional. Entretanto, é importante considerar que como este equilíbrio passa a ser estabelecido na inter-relação entre os atores e regiões que no pós guerra fria são muitos, o papel da geoeconomia vem a coexistir ou mesmo a suplantar à geopolítica, em vias de estabelecer os novos interesses, mas caracterizados sob a necessária ótica de posicionamento central das decisões do conteúdo internacional. Com base nisso; o papel desempenhado pelo Cáucaso, neste novo cenário, pode ser observado através do posicionamento, estrutura, reservas energéticas existentes – que tem papel fundamental para esta estrutura e é responsável pela maior parte das recentes coalizões ad hoc de geometria variável condicionadoras de defesa e segurança –, bem como o controle de canais, que permitem o comércio e o deslocamento de tropas extra fronteiriços. Assim, o Cáucaso pode ser entendido no pós guerra fria como uma região estrategicamente centralizada em aspectos políticos, econômicos e de segurança do conteúdo geográfico energético, que condicionam pensá-la sob o panorama teórico do Heartland na chamada nova ordem, tornando-se, portanto, uma área que demanda estudo por sua maior exigência de participação no Sistema Internacional.

O Focem e a questão das assimetrias na integração: um estudo do regionalismo no Cone-Sul no período 2003-2011

Guilherme Sorgine

Esta proposta de trabalho consiste em um estudo sobre o fundo estrutural do Mercosul dentro de um panorama de inflexão recente do regionalismo sul-americano. A análise será conduzida à luz da perspectiva de “regionalismo pós-liberal”, proposta trazida Motta Veiga e Rios (2007). Tal forma de regionalismo, que emerge de projetos heterogêneos como a Unasul e a Alba, fundamenta-se na revisão crítica dos projetos de integração aberta implementados no subcontinente ao longo da década de 90. O presente trabalho tem dois objetivos. Primeiramente, objetiva-se fazer uma avaliação do atual estágio do regionalismo no Cone Sul, salientando-se a inflexão ocorrida na região ao fim dos anos 90, com o esvaziamento do paradigma do regionalismo aberto e a gradual construção (ainda em curso) de um novo paradigma integrador, com espectro mais amplo do que seu antecessor, incluindo não somente o fomento ao livro comércio regional, mas também questões relacionadas à convergência de políticas públicas e a integração estrutural. Como segundo objetivo do trabalho está a identificação do Focem como mecanismo típico desse novo momento do regionalismo verificado no continente a partir dos anos 2000, motivo que torna sua análise indispensável para a compreensão do contexto regional e da inserção do Brasil nessa realidade. Os resultados obtidos na pesquisa apontam para fragilidades na estrutura institucional do mecanismo, assim como para entraves políticos à realização de seus objetivos de convergência regional. Não obstante, reconhece-se a importância da iniciativa, a primeira do continente a efetivamente mirar a secular questão das assimetrias econômicas regionais.

Mesa – Regime, Sociedade e Segurança

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA no Pós-Guerra Fria - continuidades e mudanças na promoção do interesse nacional americano

Flavio Contrera

Instituída em 1986 como parte do Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act, a Estratégia de Segurança Nacional articula as prioridades do governo estadunidense em termos de políticas e instrumentos, como a promoção de interesses nacionais, para lidar com as ameaças à segurança do país. A derrocada da União Soviética no final da década de oitenta determinou o fim do conflito bipolar e a ascensão dos Estados Unidos ao status de única superpotência. A inexistência de uma ameaça vital para

sua segurança nacional na chamada era Pós-Guerra Fria teria resultado numa maior dificuldade para os Estados Unidos definirem o seu interesse nacional. Como resultado, a bibliografia tem apontado que os EUA estariam promovendo interesses nacionais menos associados à sua agenda de segurança e, por outro lado, mais vinculados a temas comerciais e questões étnicas e humanitárias (HUNTINGTON, 1997; NYE, 1999). O objetivo principal deste trabalho é verificar se o fim da Guerra Fria teve impacto sobre a agenda de interesses nacionais promovida nas Estratégias de Segurança Nacional dos EUA. Assim, procederemos a um estudo longitudinal do período 1987-2000, coletando dados nas estratégias das administrações Reagan, Bush e Clinton. Partindo do Framework proposto por Nuechterlein (2001), classificaremos os interesses nacionais descritos nas Estratégias segundo quatro temas – “defesa dos Estados Unidos”, “ordem internacional favorável”, “valorização do bem-estar econômico” e “promoção dos valores americanos” – e quatro níveis de intensidade – sobrevivência, vital, maior, periférico. Nesse sentido, para a metodologia de pesquisa definimos a Análise de Conteúdo. Após coletarmos os dados e classificá-los segundo as unidades de registro, observaremos a frequência com que cada uma destas unidades ocorre. A nossa hipótese é a de que no Pós-Guerra Fria, novas ameaças, de intensidade mais baixa, teriam condicionado a promoção de uma agenda de interesses nacionais mais diversificada.

O Estado no pensamento de Norman Angell e E. H. Carr

João Paulo Bezerra

O presente trabalho tem por objetivo contrapor os conceitos de Estado nas obras de Norman Angell (2002) e E. H. Carr (1981). Na primeira metade do século XX, vários conflitos internacionais eclodiram no continente europeu, culminando nas duas Grandes Guerras. Angell e Carr esboçaram concepções acerca do papel do Estado Nacional na solução desses conflitos e na busca pela paz. A abordagem utópica de Angell defende o fim do Estado Nacional como o conhecemos e se sustenta em dois pontos primordiais: a união desses Estados em blocos continentais e a não busca pelo poder. Para Angell, é necessário reorganizar o mundo em que os estados perderam sua eficácia e modificar a natureza dos mesmos, que não buscam mais o poder e a dominação, mas a segurança. Na sua tese, os organismos internacionais poriam fim ao anarquismo existente entre as sociedades modernas, criando regras para regular as relações entre esses blocos de estados, gerando assim a paz, que se sustentaria na conciliação e no diálogo. A abordagem realista de Carr fundamenta a ciência da política internacional, utilizando-se de mecanismos analíticos para explicar a realidade. Vinte anos de crise é o resultado de uma observação atenta dos acontecimentos políticos do período entreguerras e na ação política dos vencedores para com os derrotados. A metodologia de Carr se assemelha à de Hobbes: o instinto de todo homem é a busca pelo poder e esse instinto natural se transfere para os estados. O fim de todo estado é a busca pela consolidação do seu poder (militar, econômico e de projeção) e a afirmação desse poder no cenário internacional é uma forma de se proteger dos demais estados, mas a utilização desse poder deve ser utilizada de forma racional. Por essa razão, Carr não crê que os estados renunciem à soberania como forma de obter a paz, mas acredita que a utilização comedida desse poder resulte numa sociedade pacífica.

O Controle Civil sobre as Forças Armadas na redemocratização do Brasil

Tiago Reis

O objetivo do trabalho é avaliar no processo de transição para a democracia no Brasil a relação entre as Forças Armadas e a sociedade, em especial os governos civis, quando se buscou estabelecer a dinâmica do “controle civil”, e as implicações dessa transformação para o pensamento estratégico brasileiro, com destaque para a questão da Defesa Nacional. Levando-se em conta o histórico da participação das Forças Armadas na esfera política brasileira com a ingerência dos militares na política, nos atentaremos para as modificações ocorridas nas atribuições das Forças Armadas e dos mecanismos de controle para verificar se a redemocratização possibilitou de fato o estabelecimento de uma relação entre as esferas militar e civil adequada para uma democracia. Trabalhamos com dois modelos de relações entre civis e militares que possibilitaram estabelecer um paralelo para nossa análise, o formato das denominadas “sociedades pretorianas”, e a perspectiva de “controle civil objetivo”, ambas categorias de Samuel P. Huntington. Com efeito, analisar a transição brasileira para a democracia, enfatizando a questão da relação entre civis e militares é pré-requisito para um planejamento estratégico de Estado que vislumbre pensar as políticas de Defesa Nacional, residindo nesse ponto à relevância de nosso para a área de Estudos Estratégicos.

Normas Internacionais e Política Doméstica: O Caso da Justiça de Transição no Brasil

Emerson Maione

Este trabalho propõe como objetivo a análise da relação entre os planos doméstico e internacional, a partir do estudo de como a cultura dos direitos humanos – e especificamente a questão da justiça de transição – no Brasil é influenciada por normas internacionais. Nesse sentido, busca investigar como as normas internacionais afetam as mudanças institucionais domésticas. Especificamente, será analisada a norma sobre transição dos regimes autoritários para a democracia, chamada na literatura especializada de “justiça de transição”. A pesquisa pretende explicar por que o Brasil, ao contrário da maioria dos países latino-americanos, não segue a tendência regional de investigar e punir as violações de direitos humanos cometidas durante o período ditatorial de 1964-1985. Utilizaremos como estudo de caso a questão sobre transição dos regimes autoritários para a democracia. Analisaremos como essa questão se desenvolveu internacionalmente e como ela tem sido implementada no Brasil. A principal pergunta diz respeito justamente ao que tem impossibilitado até agora os julgamentos no Brasil: Por que o Brasil é um dos únicos países transicionais latino-americanos a não criar uma comissão de verdade ou fazer julgamentos penais para cumprir com suas obrigações de investigar, processar, punir e reparar as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial? Ou seja, por que o Brasil não acompanhou a tendência da justiça transicional? A hipótese para a qual se buscará uma verificação cautelosa é que nas “estruturas domésticas” do país está a variável explicativa para se entender por que o Brasil não acompanha essas tendências regionais e até globais com relação à justiça de transição. Discutiremos o conceito de “estruturas domésticas”, bem como nos voltaremos para a discussão da literatura que trata do impacto das normas e pressões internacionais nos países, na área dos direitos humanos.

A participação do Brasil na Guerra do Vietnã

Valterian Mendonça

Este trabalho apresenta aspectos pouco conhecidos relativos à participação do Brasil no esforço de guerra norte-americano no Vietnã. Trata-se de um painel do jogo de poder para o envolvimento do Brasil no referido conflito ao lado dos Estados Unidos. São abordados os interesses econômicos e políticos, os meios empregados em benefício dos Estados Unidos, bem como as mudanças de rumo na postura da política externa brasileira e no pensamento estratégico nacional em decorrência daqueles eventos. Inicialmente contextualiza-se o cenário de Guerra Fria vivido à época com seus reflexos na América do Sul e no Sudeste Asiático. Traça-se um painel histórico-político-social-econômico do país na transição do Governo populista de João Goulart para o regime de exceção do Governo Castelo Branco. A trama se desenvolve através do confronto de interesses entre Brasil e Estados Unidos, do embate entre diplomatas e lideranças militares nos níveis político e estratégico da guerra. O desfecho aponta para os ensinamentos colhidos nos campos político, diplomático e militar, como frutos da experiência vivenciada com aquelas negociações. O trabalho, ainda em execução, se pauta em vasta bibliografia nacional e estrangeira (notadamente norte-americana), matérias de periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, e pretende se estender à documentação oficial, inclusive com depoimentos de políticos, diplomatas, jornalistas, militares e historiadores. A comparação e análise crítica destas fontes, segundo uma perspectiva diferente, estimulam a discussão acadêmica do tema, trazendo ao debate um período da história universal e nacional pleno de fatos significativos, com vistas a deixar registros para futuras pesquisas e estudos relativos ao cenário político-estratégico brasileiro da atualidade.

Notas sobre O Plano Nacional Argentino de Implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança sobre Mulher, Paz e Segurança

Camila Lippi

A aprovação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança, em 21 de outubro de 2000, representa uma mudança de paradigmas nas percepções acerca da segurança internacional. Trata-se da primeira vez em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas percebe que conflitos têm impactos sobre a população feminina, e que, portanto, as mulheres devem fazer parte do processo decisório acerca das negociações sobre a paz, exprimindo isso nessa resolução, a primeira a tratar a mulher como central na segurança internacional. Assim, a aprovação dessa Resolução representa a ruptura de um paradigma estadocêntrico (considerando-se aí que o Estado tem um gênero, que é masculino), e a passagem para um paradigma em que outros atores são focados nas análises de segurança internacional. Propõe-se, aqui, trabalho analítico

em relação ao Plano Nacional de Implementação da Resolução 1325 na Argentina. O marco teórico do qual se parte são as teorias feministas das Relações Internacionais e do Direito Internacional.